



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



***NOSSO, DA GENTE E DE NÓS: UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DA
EXPRESSÃO DE POSSE NO PORTUGUÊS RURAL AFRO-BRASILEIRO***

por

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

**SALVADOR
2005**



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.pgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



***NOSSO, DA GENTE E DE NÓS: UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DA
EXPRESSÃO DE POSSE NO PORTUGUÊS RURAL AFRO-BRASILEIRO***

por

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR
2005

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

A663 Araújo, Silvana Silva de Farias.

Nosso, da gente e de nós: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro / por Silvana Silva de Farias Araújo. - 2005.

224 f. : il. + anexo.

Orientador : Prof. Dr. Dante Lucchesi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

1. Sociolinguística - Brasil - Zona rural. 2. Língua portuguesa - Brasil - História - Zona rural. 3. Língua portuguesa - Português falado - Zona rural. 4. Língua portuguesa - Variação. 5. Língua portuguesa - Pronomes. I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 81'27(81)

CDD - 306.440981

**A Luiz, Rafa e Juli,
por terem acompanhado cada página deste trabalho.**

A Demóstenes Guedes de Farias, meu pai.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me dá toda a força.

Ao professor Dante Lucchesi, pela orientação atenciosa, que aliada ao seu amplo conhecimento acerca do fenômeno lingüístico e da história da língua portuguesa, possibilitou-me escrever esta dissertação com maior tranquilidade.

À Professora Ilza Ribeiro, por ter me incentivado a fazer a seleção para o curso de mestrado e por ter acompanhado este trabalho, quando ele ainda era um sonho muito distante.

À amiga Sônia Coutinho, pela amizade verdadeira e pela companhia constante durante todo o curso de mestrado, o que só reforçou a minha crença de que o “acaso” não existe.

À Secretaria de Educação do Estado da Bahia, pelos dois anos de licença remunerada. Às Professoras Anaci Paim, Lindinalva Cedraz e Celi Rios, em especial.

À Professora Carla Luzia Carneiro Borges, minha primeira orientadora, hoje minha grande amiga, irmã de coração, presença inevitável em importantes momentos de minha vida.

Às vizinhas/ amigas Karina Portugal e Lílian Ferreira, por terem em muito me auxiliado “nas horas de aperto”.

À Vitória dos Santos, pelo zelo e responsabilidade com que cuida da minha casa e dos meus filhos, abdicando muitas vezes de cuidar dos seus.

Aos amigos/ colegas Ana Maria Pales, Jeovânia do Carmo, João Evangelista e Juciana Cerqueira pelo companheirismo desde a época da graduação na UEMS.

Às companheiras do *Vertentes* Maria Cristina Silva e Patrícia Andrade, pela acolhida.

Aos funcionários da Biblioteca Central da UEFS, pela competência com que trabalham naquela instituição, o que possibilita que muitas vezes eu “me isole” por lá.

Aos colegas de turma do mestrado, turma tão alegre e unida. Em especial, a Marian Oliveira a pela força e amizade, nos momentos mais decisivos.

À colega da turma anterior, Adriana Soares, por ter se revelado uma pessoa tão especial.

À ex-aluna Maria da Soledade Reis, pelo acompanhamento importantíssimo, durante a coleta de dados no município de Santo Antônio de Jesus.

Aos professores Lucidalva Assunção (*in memoriam*), Maria Zélia Martins, Iderval Miranda, Norma Lúcia Almeida e Zenaide Carneiro, pela consideração durante o período em que trabalhei na UEFS. A essa última, agradeço ainda o empréstimo de excelentes textos sobre a formação do português do Brasil, quando eu nem imaginava que iria “embarcar nessas águas”; e, à primeira, por seus valiosos conselhos ...

À minha família: Meu pai, por ter me ensinado, desde cedo, que o mais importante é a fé. À minha mãe, por ser meu “porto seguro”, meu anjo. À minha irmã, por desempenhar, com grande mérito, o papel de filha mais velha, cobrindo as minhas ausências com meus pais. A meu irmão, pela nossa cumplicidade e pelo exemplo de ser humano.

À memória de Dona Hilda Sampaio, pela nossa amizade à primeira vista, por suas sábias palavras, pelo seu incentivo aos meus estudos e por sua alegria de viver ...

Por fim, a Luiz Antônio Costa Araújo, pelo nosso amor, por seu apoio, compreensão e tantas outras coisas que não dá para agradecer aqui, pois, aí, seria preciso escrever outra dissertação...

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo central realizar uma análise sócio-histórica do português do Brasil, buscando-se comprovar a hipótese de que o intenso e maciço contato entre línguas, no seu processo de formação, foram de suma importância para imprimir os principais traços dessa variedade lingüística. Para isso, tomou-se como tópico de pesquisa o sistema de representação de posse, em comunidades rurais afro-brasileiras; tópico este que já tinha sido investigado por outros autores, no que tange a variedades urbanas do português do Brasil. Confrontou-se os resultados obtidos, após a análise empírica desta dissertação, com os resultados a que chegaram outros autores. Traçou-se, ainda, um paralelo dos resultados alcançados com o sistema de posse em línguas crioulas. Concluiu-se, então, que há, no português do Brasil, uma bipolarização de normas (um pólo que abriga as variedades cultas e outro que abriga as variedades populares). Desse modo, utilizando-se o modelo teórico-metodológico da Sociolingüística Variacionista e os construtos da Crioulística, comprovou-se a hipótese de que uma análise coerente acerca da história sociolingüística do português do Brasil não pode desconsiderar o contato entre línguas no processo de formação da realidade lingüística brasileira.

Palavras-chave: Formação do português do Brasil; Contato entre línguas; Português afro-brasileiro; Crioulística; Português rural; Sociolingüística Variacionista; Sistema pronominal.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was socio-historically to analyse the Portuguese language in Brazil, aiming to prove that the intense and massive contact of languages during its formation process played a very important role in delimitating the main characteristics of such a linguistic variation. In order to achieve this goal, the possessive system used by afro-Brazilian rural communities became the topic of this research. Authors had already taken this topic into consideration, focusing Brazilian Portuguese urban varieties; such reports were then linked to ours, just after an empiric analysis of this dissertation. Yet, a parallel between these results and the possessive system used in Creole languages was suggested. Wise was to conclude Brazilian Portuguese experiences a process of bipolarization of rules: one pole imposes standard varieties, while the other does popular ones. Thus, by the use of the Sociolinguistic Theoretical-Methodological Model, and the constructs of the Creoulistic, this research proved the hypothesis that a coherent analysis on the historical socio-linguistic of the Brazilian Portuguese language must consider the contact of languages during the formation process of the linguistic reality in Brazil.

Keywords: Formation of Portuguese in Brazil; Contact of Languages; Afro-Brazilian Portuguese; Creoulistic; Rural Portuguese; Sociolinguistic; Pronominal System.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO	16
1. O TEMA: A HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL	23
1.1 O PORTUGUÊS DO BRASIL	23
1.1.1 Os reflexos da composição étnica do povo brasileiro na história sociolingüística do português do Brasil	24
1.1.2 Os reflexos da escolarização e da diferenciação cidade-campo na história sociolingüística do português do Brasil	33
1.2 DERIVA X CONTATO LINGÜÍSTICO: DUAS EXPLICAÇÕES PARA UM MESMO FENÔMENO	38
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL	42
2. A TEORIA: A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS	43
2.1 O SOCIAL NOS ETUDOS LINGÜÍSTICOS	43
2.1.1 A Sociolingüística Variacionista	47
2.1.2 A Transmissão Lingüística Irregular	61
3. O FENÔMENO EM ETUDO: O SISTEMA DE POSSE NAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS	71
3.1 O SISTEMA DE POSSE NA TRADIÇÃO GRAMATICAL	71
3.2 A VARIAÇÃO NO SISTEMA DE POSSE NO PORTUGUÊS DO BRAIL	82
3.2.1 A posse referente à terceira pessoa gramatical	83
3.2.2 A posse referente à segunda pessoa gramatical	91
3.2.3 A posse referente à primeira pessoa gramatical	95

3.3 O SISTEMA DE POSSE EM LÍNGUAS CRIOULAS	97
3.4 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	100
4. METODOLOGIA: O ESTUDO DAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS	107
4.1 A OPÇÃO PELA NORMA POPULAR DO PORTUGUÊS DO BRASIL	107
4.2 A CONSTITUIÇÃO DAS AMOSTRAS	111
4.3 A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS COMUNIDADES	117
4.3.1 Helvécia	117
4.3.2 Cinzento	121
4.3.3 Rio de Contas	122
4.3.4 Sapé	124
4.4 AS ENTREVISTAS	125
4.4.1 A transcrição das entrevistas	129
4.5 A ANÁLISE VARIACIONISTA	131
4.5.1 A variável dependente	131
4.5.2 As variáveis explanatórias lingüísticas: características e hipóteses	134
4.5.2.1 Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)	135
4.5.2.2 Alternância das formas de referência pessoal por informante nas entrevistas	139
4.5.2.3 Paralelismo discursivo	140
4.5.2.4 Tipo de posse	143
4.5.2.5 Referencialidade do referente	146
4.5.2.6 Presença de determinantes no SN com o elemento possessivo	148
4.5.2.7 Distribuição da posse	150
4.5.2.8 Quantificação do referente possuído	151
4.5.2.9 Presença de núcleo	152
4.5.2.10 Função sintática do SN com o elemento possessivo	153
4.5.3 As variáveis explanatórias sócio-culturais: características e hipóteses	156
4.5.3.1 Sexo	157
4.5.3.2 Faixa etária	161

4.5.3.3 Comunidade	163
4.5.3.4 Estada fora da comunidade	165
4.5.3.5 Escolaridade	166
4.6 O TRATAMENTO ETATÍSITCO DOS DADOS	168
5. ANÁLISE DOS DADOS: A VARIAÇÃO NO USO DE FORMAS INDICATIVAS DE POSSE REFERENTE AO “EU-AMPLIADO”	172
5.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	172
5.1.1 O percurso <i>de nós> nosso (a) (s)/ da gente</i>	174
5.1.1.1 A variável <i>sexo</i>	174
5.1.1.2 A variável <i>faixa etária</i>	177
5.1.1.3 A variável <i>comunidade</i>	181
5.1.1.4 A variável <i>estada fora da comunidade</i>	183
5.1.1.5 A variável <i>escolaridade</i>	184
5.2 AS VARIÁVEIS SELECIONADAS COMO RELEVANTES À SISTEMATIZAÇÃO DA VARIAÇÃO <i>NOSSO (A) (S)/ DA GENTE</i>	186
5.2.1 A variável <i>comunidade</i>	187
5.2.2 A variável <i>paralelismo formal</i>	192
5.2.3 A variável <i>tipo de posse</i>	194
5.2.4 A variável <i>faixa etária</i>	196
5.2.5 A variável <i>estada fora da comunidade</i>	197
5.2.6 A variável <i>nível de referencialidade</i>	198
CONCLUSÃO	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207
ANEXOS	219
ANEXO A – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS	220
ANEXO B – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASIEIRAS	221

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1- Composição étnica do povo brasileiro, segundo descrição de Mussa (1991, p. 163)	28
QUADRO 3.1- Sistema de posse, segundo descrição de Cunha e Cintra (1985, p. 310)	71
QUADRO 3.2- Síntese da expressão de posse referente à terceira pessoa no PB, segundo Silva (1984, p. 70)	85
QUADRO 3.3- Síntese da expressão de posse referente à terceira pessoa no PB, segundo Negrão e Müller (1996, p. 142)	86
QUADRO 3.4- Sistema de posse, segundo descrição de Monteiro (1994, p. 206)	88
QUADRO 3.5- Sistema de posse, segundo paradigma 1	92
QUADRO 3.6- Sistema de posse, segundo paradigma 3	93
QUADRO 3.7- Interpretação acerca das expressões analíticas iniciadas pela preposição <i>de</i> , proposta por Muller (1997, p. 108)	94
QUADRO 3.8- Sistema de posse em crioulos falados nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, segundo descrição de Almada (1961, p. 99)	99
QUADRO 4.1- Critérios utilizados na seleção dos informantes	114
QUADRO 4.2- Descrição do <i>corpus</i> do português afro-brasileiro	116
QUADRO 4.3- Variável <i>Paralelismo formal (correlação como pronome pessoal)</i>	139
QUADRO 4.4- Variável <i>Alternância das formas de referência pessoal por informante nas entrevistas</i>	140
QUADRO 4.5- Variável <i>Paralelismo discursivo</i>	143
QUADRO 4.6- Variável <i>Tipo de posse</i>	146
QUADRO 4.7- Variável <i>Nível de referencialidade do referente possuidor</i>	148
QUADRO 4.8- Variável <i>Presença de determinantes</i>	149
QUADRO 4.9- Variável <i>Distribuição da posse</i>	150
QUADRO 4.10- Variável <i>Quantificação do referente possuído</i>	152
QUADRO 4.11- Variável <i>Presença de núcleo</i>	153
QUADRO 4.12- Variável <i>Função sintática do SN com o elemento possessivo</i>	155
QUADRO 5.1- Valores probabilísticos a favor da forma <i>a gente</i> na norma urbana culta (cf. Monteiro, 1994, p. 152)	191

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1- Distribuição das formas <i>nós</i> e <i>a gente</i> em contextos sintáticos de complemento e de adjunto adverbial, em dados do português rural afro-brasileiro	106
TABELA 5.1- Distribuição das ocorrências das formas <i>nosso (a) (s)/ da gente/ de nós</i>	173
TABELA 5.2- Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável <i>sexo</i>	175
TABELA 5.3- Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável <i>faixa etária</i>	178
TABELA 5.4- Distribuição das formas <i>nós</i> e <i>a gente</i> na função de sujeito	181
TABELA 5.5- Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável <i>comunidade</i>	182
TABELA 5.6- Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável <i>estada fora da comunidade</i>	183
TABELA 5.7- Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável <i>escolaridade</i>	185
TABELA 5.8- Contextos mais favoráveis ao uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)	187
TABELA 5.9- Influência da variável <i>comunidade</i> no uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)	188
TABELA 5.10- Distribuição das ocorrências de referência à primeira pessoa do discurso no plural (<i>nós</i> e <i>a gente</i>) na função de sujeito entre as faixas etárias dos informantes de Helvécia-Ba	189
TABELA 5.11- Distribuição das ocorrências de <i>nosso (a) (s)</i> e <i>da gente</i> , segundo a variável <i>Paralelismo formal</i> (correlação com o pronome pessoal sujeito) na variação binária	192
TABELA 5.12- Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável <i>paralelismo formal</i> (correlação com o pronome pessoal sujeito) na variação ternária	193
TABELA 5.13- Influência da variável <i>paralelismo formal</i> (correlação com o pronome	

<i>peçoal sujeito</i>) no uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)	194
TABELA 5.14- Distribuição das ocorrências <i>nosso (a) (s)</i> e <i>da gente</i> , segundo a variável tipo de posse	195
TABELA 5.15- Influência da variável <i>Tipo de posse</i> no uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)	195
TABELA 5.16- Influência da variável <i>Faixa etária</i> no uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)	196
TABELA 5.17- Influência da variável <i>Estada fora da comunidade</i> no uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)	198
TABELA 5.18- Influência da variável <i>referencialidade</i> no uso da variante <i>da gente</i> na expressão de posse referente ao “eu-ampliado”	200

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 5.1- Uso de <i>nosso</i> (<i>a</i>) (<i>s</i>) entre as faixas etárias	179
GRÁFICO 5.2- Uso <i>da gente</i> entre as faixas etárias	179
GRÁFICO 5.3- Distribuição das formas <i>nós</i> e <i>a gente</i> , segundo o grau de distribuição do “eu” (cf. Lopes, 1999)	200

INTRODUÇÃO

Uma discussão sempre presente quando se focaliza a constituição sócio-histórica do português do Brasil é a evidente diferenciação da variante brasileira em relação à lusitana, de modo que se pode afirmar que essa diferenciação é o fato empírico motivador das pesquisas sobre a formação do português brasileiro, presentes na literatura lingüística, e, embasadas por diferentes orientações teórico-metodológicas.

Nesse sentido, não se pode negar que há uma importância histórica e diacrônica em muitas das pesquisas sincrônicas realizadas sobre o português do Brasil, na medida em que estas buscam desvendar as origens das diferenças entre este e o português europeu, levantando questionamentos e hipóteses acerca da origem desse processo de diferenciação.

A propósito, nesta pesquisa, também elegemos como foco o português do Brasil e tivemos como objetivo mais amplo contribuir para o debate, em torno da origem dessa variedade lingüística, buscando explicações, fundamentalmente, em três aspectos da história sociolingüística brasileira: a composição étnica do povo brasileiro, a ausência de escolarização e a tardia urbanização brasileira.

Abordamos essa questão por meio de uma análise variacionista referente a um tópico que já foi bastante estudado no que se refere a usos variáveis em comunidades de fala urbanas do português do Brasil; trata-se do sistema de representação de posse. Nesse sentido, acreditamos que os resultados a que chegamos, a partir de dados representativos do português popular, coletados em quatro comunidades rurais afro-brasileiras, localizadas em diferentes regiões do Estado da Bahia, proporciona uma discussão motivada acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade lingüística brasileira, identificando, inclusive, tendências diferentes de usos.

Assim, no primeiro capítulo, discorremos sobre questões que foram importantes para dar a feição brasileira à língua portuguesa; mostramos, então, que é impossível desconsiderar o intenso contato entre povos tão diversos etnolingüísticamente, ocorrido no Brasil, principalmente, nos quatro primeiros séculos de sua história. No âmbito dessa discussão, defendemos ainda que apesar de a presença indígena não poder ser desconsiderada, a negra é mais apropriada, uma vez que, os africanos e seus descendentes sempre estiveram na base da pirâmide populacional brasileira durante o período em que se formava o português do Brasil.

Isso posto, fica evidente que optamos por realizar uma abordagem sócio-histórica do fenômeno lingüístico, pondo em destaque a peculiaridade de língua transplantada que é própria ao português do Brasil. E, sendo assim, no capítulo 02 desta dissertação, ratificamos a importância de se estudar os fatos lingüísticos à luz de aspectos sócio-histórico-culturais; por essa razão, nesse capítulo, fazemos referência a estudiosos que foram pioneiros nesse tipo de abordagem. Esboçamos, pois, uma retrospectiva do percurso do “social nos estudos lingüísticos” e, depois, focamos a atenção na base teórico-conceitual que alicerçou a pesquisa empírica sobre a representação de posse no dialeto afro-brasileiro, a saber, o modelo teórico-metodológico da *Sociolingüística Variacionista* e o conceito teórico de *transmissão lingüística irregular*.

A opção pela fundamentação na Sociolingüística Variacionista, conforme os postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1963, 1972, 1982, 1994), deu-se por que tal teoria já demonstrou ser coerente e metodologicamente eficaz para a descrição dos sistemas lingüísticos como um fenômeno heterogêneo e variável, bem como pelo fato de essa teoria já ter comprovado ser um poderoso recurso na identificação de processos de mudanças nas comunidades de fala, ao conjugar variáveis lingüísticas a variáveis extralingüísticas. Salientamos, nesse momento, que a pesquisa que realizamos, embora parta de dados

sincrônicos, apresenta motivações historicistas, isto é, diacrônicas, haja vista que objetivamos contribuir para a elucidação do processo de formação do português do Brasil, orientando-nos por um entendimento sobre a realidade lingüística brasileira (com a sua pluralidade de normas).

Desse modo, recorreremos ao conceito de *transmissão lingüística irregular*, em razão de anteriormente termos optado por tomar como objeto de pesquisa comunidades de fala que devem trazer hodiernamente vestígios dos principais traços resultantes do intenso contato entre línguas na história sociolingüística brasileira, isto é, as comunidades rurais afro-brasileiras. Acreditamos que tais comunidades são um precioso arquivo para o entendimento da formação do português do Brasil e, conseqüentemente, para a compreensão da realidade lingüística brasileira, uma vez que, as particularidades fixadas a partir do contato entre línguas diversas e ininteligíveis devem ter afetado a estrutura lingüística do português como um todo, principalmente, pela existência de mudanças lingüísticas, advindas das classes populares, devido a fatores sócio-históricos comentados no capítulo 01 desta dissertação.

Nesse sentido, convém esclarecermos que nesta dissertação será defendida a hipótese da transmissão lingüística irregular do português, em vez da hipótese da criouliização prévia. Sabemos que esta última já foi sustentada por outros pesquisadores, a exemplo de Raimundo (1933), Mendonça (1933) e Guy (1981), mas optamos por não trabalhar com essa teoria, pois julgamos que aquele conceito, sendo mais amplo do que o de pidginização/criouliização, dá mais eficazmente conta do processo sócio-histórico ocorrido no Brasil.

Quanto ao fenômeno lingüístico que resolvemos investigar – o sistema de representação de posse –, conforme já salientamos, o mesmo tem sido focado em diversos estudos realizados no Brasil, no que tange às suas variedades urbanas. A propósito, a leitura de trabalhos realizados pela professora Giselle Machline de Oliveira e Silva (a pesquisadora

que mais se debruçou sobre esse tópico no Brasil) foi o que mais nos instigou para a realização desta pesquisa. Nesse sentido, partimos da premissa de que a variação existente no sistema de posse não envolve, *a priori*, estigmas ou preconceitos lingüísticos, uma vez que, dizer, por exemplo, “o *carro dele*” em vez de “o *seu carro*”; “*sua casa*”, e não, “*tua casa*”; ou ainda, “*a casa da gente*”, em detrimento de “*a nossa casa*”, não marca classe social. Para melhor esclarecermos o que estamos argumentando, basta lembrarmos do estigma que recai sobre a ausência da concordância nominal ou da verbal, em usos como, “os *home*”, “*nós foi*”, ou certos processos fonológicos existentes na fala de representantes da norma popular, como: o rotacismo em “*craro*”, por “*claro*” ou a iotização em “*paia*” por “*palha*”.

Desse modo, intuímos que o sistema de posse, já tendo sido descrito a partir de *corpora* típicos da norma culta e semi-culta urbana, poderia nos levar a identificar processos diferenciados de uso, o que poderia nos remeter, por sua vez, à formação do português do Brasil. Realizamos, então, um estudo comparativo entre os resultados a que chegamos com os obtidos por outros pesquisadores, buscando averiguar a visão defendida por Lucchesi (1994) para a realidade lingüística brasileira, como plural, heterogênea e bipolarizada. Ainda no que diz respeito ao sistema de posse, traçamos um paralelo entre os usos encontrados nas comunidades de fala afro-brasileiras rurais e o sistema de posse em línguas crioulas; essa opção visou a trazer subsídios para o argumento da transmissão lingüística irregular, pela qual acreditamos que devem ter passado os antepassados dos falantes das quatro comunidades de fala analisadas. Essas questões referentes ao fenômeno lingüístico focado nesta dissertação são discutidas no capítulo 03.

A nossa intenção inicial era realizar uma análise sociolingüística de todo o sistema de posse, isto é, considerar usos variáveis na expressão de posse referente a todas as pessoas do discurso, contudo, devido à dificuldade de encontrarmos dados referentes a alguns usos

(apresentada no capítulo 03), resolvemos, apenas, descrever a posse referente à segunda e à terceira pessoas e particularizar a análise variacionista na referência à primeira pessoa do plural, ou seja, a posse referente ao “eu-ampliado”.

A hipótese inicial que orientou este estudo foi a de que, no *corpus* observado, a representação de posse em referência ao “eu-ampliado”, teriam uso majoritário com as formas analíticas. Essa hipótese foi aventada pelo fato de que as amostras de fala que forneceram os dados para esta pesquisa serem de falantes descendentes de africanos, residentes de comunidades rurais, locais que outrora apresentaram uma grande concentração de negros africanos que viviam de forma semi-isolada. Assim, na fala desses informantes afro-brasileiros percebem-se marcas típicas de entidades lingüísticas que passaram por um processo intenso de contato entre línguas no seu processo de formação. Desse modo, esperávamos encontrar a perda de caso morfológico dos pronomes possessivos, logo, com uso das formas analíticas, já que, conforme apontam os estudiosos da Crioulística, é uma constante nos casos de misturas entre línguas a variação ou perda de marcas morfológicas (Baxter e Lucchesi, 1997 e Lucchesi, 1999).

Na análise dos dados sobre a expressão de posse referente ao “eu-ampliado”, constatamos a existência de três formas alternantes: a forma padrão *nosso (a) (s)* e duas formas analíticas, a saber, *da gente* e *de nós*. A primeira dessas formas analíticas tem uso documentado em variedades urbanas do português do Brasil, mas com baixa frequência de uso, conforme nos atestam os estudos de Silva (1982, 1984, 1996), Neves (1993, 2000), Cerqueira (1993, 1996), dentre outros; enquanto a segunda é entendida, nesta dissertação, como sendo um vestígio da mescla lingüística presente na sócio-história das comunidades de fala afro-brasileiras.

Nesse sentido, ressaltamos que em ambas formas analíticas indicativas de posse, apresentadas acima, ocorre a perda de marcação de caso morfossintático, típica em entidades lingüísticas que passaram, em seus processos de formação, pelo contato entre línguas, mas consideramos que a forma *de nós*, mais do que a forma *da gente*, preserva traços desse contato, principalmente, tendo em vista que a utilização dos pronomes pessoais sujeitos em dupla função, isto é, indicando a pessoa do discurso e a posse, é uma tônica nos crioulos de base lexical portuguesa.

No quarto capítulo desta dissertação, fazemos uma exposição acerca da metodologia utilizada na análise empírica, com, inclusive, informações sobre a coleta de dados, transcrições das entrevistas e caracterização sócio-histórico-cultural das comunidades rurais que forneceram o nosso *corpus*. A maior parte desse capítulo, no entanto, é dedicada à metodologia empregada na análise sociolingüística do fenômeno lingüístico analisado, em que discorremos acerca das hipóteses que nortearam a consideração das variáveis explanatórias, procurando, na medida do possível, fazer referências a outros estudos em que foram utilizadas as variáveis em questão. Termina esse capítulo uma sucinta discussão sobre os pacotes do programa VARBRUL, ferramenta que se mostrou valiosa na análise qualitativa dos resultados obtidos, os quais são discutidos no capítulo 05 desta dissertação.

Desse modo, o capítulo 05 traz uma discussão sobre os resultados que obtivemos com a pesquisa sociolingüística acerca das estratégias de marcação de posse referente à primeira pessoa do plural. Dividimos esse capítulo em três seções: na primeira, buscamos esclarecer o percurso de formas mais crioulizantes para menos crioulizantes; já, na segunda e terceira seções, centramos a análise na variação entre as formas *nosso (a) (s)/ da gente*, em que buscamos, por meio dos resultados das variáveis lingüísticas e sociais a sistematização da variação. Esse capítulo visa, portanto, a explicitar o encaixamento das variantes, no sistema

lingüístico e social no *dialeto afro-brasileiro*, bem como a projeção das variantes no sistema sociolingüístico das mesmas.

Dado o exposto, fica claro que, com este trabalho, esperamos atingir os seguintes objetivos: (i) contribuir para um melhor entendimento da realidade lingüística brasileira atual; (ii) fornecer uma descrição sobre o sistema de representação de posse que desmistifique as descrições feitas pela Tradição Gramatical; (iii) averiguar a existência de possíveis variações decorrentes do intenso contato entre línguas no processo de formação do português brasileiro.

Esta dissertação justifica-se, portanto, em um nível mais abrangente, pela necessidade de melhor se conhecer a história da língua portuguesa e, em um nível mais específico, pela necessidade de se explicitar o processo de mudança no sistema pronominal no português brasileiro, identificando fatores diversos que levam a tal, quer sejam de ordens discursivo-pragmáticas, sintático-semânticas, ou, sócio-culturais. E, assim, no capítulo final desta dissertação, expomos as conclusões a que chegamos após a pesquisa bibliográfica e empírica que realizamos.

1. O TEMA: A HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

1.1 O PORTUGUÊS DO BRASIL

A evidente diferenciação da língua portuguesa do Brasil, o português brasileiro (doravante PB), em relação à sua variante europeia, o português europeu (doravante PE), tem proporcionado uma série de pesquisas lingüísticas, numa perspectiva sincrônica, diacrônica ou pancrônica. Nesse sentido, ressaltamos que essas pesquisas, por demonstrarem o contorno brasileiro da língua de Camões, findam por suscitar vários questionamentos e hipóteses a respeito do porquê de tal fato.

Assim, desde que o Visconde de Pedra Branca, no ano de 1826, referiu-se ao PB como o *dialecto brasileiro*, vários debates têm sido travados, seja no Brasil, seja em Portugal, embora, como observa Lobo (1994), essa discussão foi durante muito tempo movida mais por razões ideológicas do que lingüísticas. Pode-se argumentar, então, que foi com o desenvolvimento da pesquisa lingüística, a partir do século do século XX, que a discussão a respeito de que língua se fala no Brasil passou a ser empreendida por lingüistas que, de fato, realizam trabalhos empíricos, apoiando-se em dados da *língua real*, isto é, a língua realmente utilizada pelos brasileiros, em situações discursivas, em seus mais diversos registros, inclusive, o vernáculo.

Desse modo, a partir das diversas “fotografias” trazidas à tona no cenário lingüístico, constatou-se que as diferenças entre essas duas entidades lingüísticas são profundas, e não apenas lexicais, como propunham muitos estruturalistas, a exemplo de Chaves de Melo (1956/1971, p. 23), ou ainda, Silva Neto, (1960, p. 20). A propósito, acreditamos que tais diferenças se dão devido a certos fatos da história sociolingüística do PB, que conjugados,

imprimiram e continuam a imprimir as características que hoje apresenta a língua portuguesa no Brasil. Ratificamos, pois, a nossa crença de que língua e sociedade não podem ser desvinculadas quando se pretende alcançar uma análise coerente acerca do fenômeno lingüístico.

Assim, neste capítulo, discorreremos sobre fatos sócio-históricos que julgamos fundamentais para o surgimento do PB, com os traços que o distanciam do PE: **(i)** a composição étnica do povo brasileiro; **(ii)** a escolarização e a urbanização no processo de formação da nação brasileira.

1.1.1 Os reflexos da composição étnica do povo brasileiro na história sociolingüística do Português do Brasil

No que diz respeito à composição étnica da nação brasileira, sabemos que, muito freqüentemente, nos textos em que se aborda a constituição sócio-história do PB, são abordados aspectos da demografia colonial e pós-colonial brasileira. Assim, por exemplo, em Silva Neto (1951) e em Houaiss (1985), dois importantes manuais brasileiros sobre a sócio-história do PB, já existem informações sobre a demografia brasileira, ainda que realizadas de forma muito genérica.

A propósito, a historiografia sobre a colonização brasileira demonstra que não foi apenas o elemento português que entrou na demografia do Brasil, mas também os autóctones e os africanos, bem como outros europeus que imigraram para o Brasil na condição de trabalhadores assalariados a partir do final do século XIX. Daí a afirmação de Houaiss (*op. cit.*, p.91) de que o Brasil “*nasce com a diversidade*”, o que, certamente, acarretou, no processo de formação do PB, um “*multilingüismo generalizado*” para ser um país “*multidialeto*”, com “*multilingüismo localizado*”, para usarmos expressões de Mattos e Silva

(1993, p. 77). Assim, cabe ser analisado a participação dos diferentes povos que habitaram o espaço brasileiro e que vieram, assim, a contribuir na formação da língua portuguesa com o contorno brasileiro.

Quanto à participação indígena, nos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, é sabido que esta foi inicialmente muito presente, conforme pode ser observado, dentre outras fontes, no *Tratado Descritivo do Brasil*, Soares de Sousa (1587), o qual, sem dúvida, constitui-se uma importante fonte de estudos sobre a colônia do século XVI. Essa presença indígena, no Brasil colonial, foi muito marcante, pois, dada a superioridade numérica dos indígenas, os portugueses tiveram de aprender a língua dos tupinambás, ocorrendo uma situação de bilingüismo. Porém, a partir do século XVII, o português se sobrepôs às línguas indígenas, favorecido dentre outras razões “pela extrema fragmentação do quadro lingüístico ameríndio”, (cf. Castilho, 1992/2001, p.239).

Essa participação efetiva dos indígenas no processo colonial brasileiro foi sendo paulatinamente substituída pela presença africana, entretanto, não se pode negar que a presença indígena teve importância no processo de formação do PB, haja vista que a língua geral de tronco tupi chegou a ameaçar a hegemonia da língua portuguesa no Brasil.

Segundo Rodrigues (1986), especialista em línguas indígenas brasileiras, os primeiros povoadores portugueses entraram em contato com índios que habitavam o litoral do Brasil e que falavam línguas do tronco tupi; eram, pois, línguas aparentadas, diferentemente do que ocorria no interior, em que se falavam línguas muito diversas entre si. Estima-se que, no total, havia cerca de mil línguas¹, de diferentes troncos e famílias lingüísticas. Mas, segundo Rodrigues (*op. cit.*, p.91), ainda no período colonial, cerca de 85% dessas línguas

¹ Em que pesem as discussões sobre o número exato dessas línguas, pode-se afirmar que eram em grande número.

desapareceram, “ou porque os seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram dizimados intencionalmente ou por epidemias”.

Certamente, foi essa homogeneidade da costa litorânea brasileira que propiciou o surgimento das línguas gerais. Rodrigues (*op. cit.*, p.95) informa que existiam duas línguas gerais, a paulista, de base tupiniquim e/ ou guarani, utilizada como instrumento de colonização pelos bandeirantes, e, a língua geral amazônica de base tupinambá, presente no Maranhão até a Amazônia. Outros estudos mostram que pode ter havido ainda uma língua geral *cariri*, no interior sertanejo nordestino, de base macro-jê (cf. Mattos e Silva, 2000).

Foi, no entanto, a língua geral da costa² que chegou a ameaçar a hegemonia da língua portuguesa no Brasil, até que, no ano de 1759, foram expulsos do território brasileiro os seus grandes defensores, os jesuítas, que, além de catequizarem usando essa língua, eram também os responsáveis pelo ensino colonial brasileiro, direcionando, como observa Cunha (1985, p.72), o ensino de língua de forma tal, que, após a alfabetização partia-se diretamente para o estudo do latim, fato que só foi mudado após a reforma pombalina, no mesmo ano de 1759. Esse ensino, obviamente, não possibilitava uma maior familiaridade com estruturas da língua portuguesa.

Nesse sentido, Lucchesi (2000, p.43) sublinha que a língua geral recobre uma diversidade de situações lingüísticas, a saber:

- (i) a koiné empregada na comunicação entre as tribos do tronco tupi da costa brasileira;
- (ii) a sua versão como língua franca usada no intercuro dos colonizadores portugueses e indígenas;

² Segundo Mattos e Silva (2001), citando o antropólogo John Manuel Monteiro, a designação *língua geral* para as línguas das bandeiras pode ter sido uma variante do português, a qual formaria as bases do português popular do Brasil.

(iii) a versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização;

(iv) a versão “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos de língua não tupi – chamados de tapuias, que significava ‘bárbaro’ em tupi.

Assim, mediante a situação de grande uso de línguas gerais, não se pode deixar de se acreditar que esse contato inicial entre portugueses e índios no Brasil colonial ajudou a imprimir particularidades ao PB, embora só se possa falar de transferências de estruturas de línguas indígenas no tocante a certas particularidades lexicais, principalmente topônimos de origem tupi, “os tupinismos”.

Portanto, há um relativo consenso entre os estudiosos em se afirmar que não houve influências fonéticas ou gramaticais indígenas no que diz respeito a transferências dessas línguas à língua portuguesa. Mas, certamente, que o uso de uma língua geral de base indígena foi um obstáculo à difusão do português europeu no espaço brasileiro, embora, posteriormente, essa presença indígena tenha se reduzido bastante, haja vista que, conforme o revelado no Quadro 1 (a seguir) os índios integrados foram paulatinamente diminuindo na composição demográfica do Brasil, a ponto de, ao final do século XIX, os índios integrados corresponderem a apenas 2% da população brasileira.

Quanto à presença africana no Brasil, esta veio a ser mais marcante e duradoura, pois os africanos representavam uma oportunidade de se ter mão de obra hábil, sem a necessidade de se pagar salários, possibilitando a realização do projeto agro-exportador europeu, já que os indígenas não se adaptaram ao trabalho escravo (cf. nos informa, por exemplo, o relato de Staden (1974), alemão que, no século XVII, realizou algumas viagens ao Brasil).

Não há precisão quanto ao ano em que os primeiros africanos foram trazidos para o Brasil, o que há como certo é que no ano de 1549, o tráfico negreiro foi oficializado. A partir dessa dada, o intercâmbio entre África e Brasil será uma tônica no processo de colonização brasileira, mesmo após a sua Independência, em 1822, de modo que esse contingente humano esteve no centro da formação da nação brasileira.

Assim, segundo informa Hasenbalg (1979), *apud* Lucchesi (2000, p. 46), a predominância da etnia negra no Brasil foi notável, principalmente no século XVIII, de forma que, em 1700, a população total do Brasil era de trezentas mil pessoas, sendo que os brancos contabilizavam, no máximo, cem mil, enquanto os escravos de origem africana seriam em número bem superior: cento e setenta mil. Essa grande concentração de africanos no espaço brasileiro continua no período de 1700-1800 com as descobertas auríferas no estado de Minas Gerais, o que aumentou ainda mais a necessidade de mão de obra, para além do que havia sido necessário com a cultura de cana de açúcar, conforme pode ser observado no QUADRO 1, a seguir:

QUADRO 1.1 – Composição étnica do povo brasileiro, segundo descrição de Mussa (1991, 163)

<i>Etnias</i>	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Assim, ao contrário do que ocorreu com a população autóctone, os africanos e afro-descendentes estiveram na base da pirâmide populacional brasileira entre os séculos XVII e XIX, de modo que a maneira como estes falavam contribuiu bastante para dar feição ao PB.

Não se pode deixar de salientar, no entanto, que, no século XVIII, também vieram muito portugueses para o Brasil, atraídos pela promessa de fortuna fácil que o ciclo do ouro oferecia, aumentando a facilidade de acesso à língua alvo por falantes não nativos do português, fato esse que, aliado à situação que já se expôs acima, colaborou ainda mais para dar feição à língua utilizada no Brasil. Começou, portanto, a ser moldado o PB, já com suas principais características, sendo uma espécie de “*português geral brasileiro*”, para se usar a designação de Mattos e Silva (2000, p.19), marcado pelo que Lucchesi (1999; 2000; 2001; 2003) denomina *transmissão lingüística irregular*.

A propósito, no século XIX, outros fatos da sócio-história brasileira foram fundamentais na constituição do PB. No ano de 1808, por exemplo, a chegada à cidade do Rio de Janeiro de um grande número de portugueses (calcula-se cerca de dezoito mil) que fugiam da invasão francesa, dobrou a população daquela cidade, que desde 1763 passou a ser a capital do Império. Esse fato sócio-histórico deve ter gerado reflexos na estrutura lingüística do PB, o chiamento das sibilantes implosivas na pronúncia carioca, por exemplo, aos moldes da pronúncia portuguesa, é, comumente, apresentado como decorrente dessa relusitanização do Rio de Janeiro. (cf. Teyssier, 1982, p.80).

Por outro lado, deve ser salientado que o Brasil ainda recebia um grande número de africanos para trabalharem nas lavouras de café, já que o tráfico negreiro só foi oficialmente proibido a partir do ano de 1850; sendo assim, o contato entre línguas foi sempre uma tônica, na história sociolingüística do Brasil. A propósito, esse intenso contato entre povos tão

diversos, certamente, favoreceu o processo de bipolarização do PB, em decorrência do processo de transmissão lingüística irregular (cf. Lucchesi, 1994; 2000; 2002).

A idéia da bipolarização do português do Brasil é sustentada pelo evidente abismo que separa a fala das pessoas das camadas populares da fala das pessoas das camadas médias e altas. A seguir, a citação de Lucchesi (2000, p.53), mostra-nos, que no processo de colonização no Brasil, no período que compreende o século XVI até o final do século XIX, a organização sócio-econômica do Brasil pouco se alterou:

Assim, enquanto, nos restritos círculos da elite dos pequenos centros urbanos, “os grandes” da colônia e do império cultivavam a língua e as boas maneiras, sob a inspiração dos modelos importados de Portugal, nas vastas regiões do país, a língua portuguesa passava por drásticas alterações, sobretudo em função da aquisição precária que dela faziam negros, índios e mestiços”.

Ainda no século XIX, foi marcante para a formação do contorno brasileiro da língua portuguesa a vinda de imigrantes europeus e asiáticos para trabalharem no Brasil (a princípio, concentrando-se em estados das regiões sul e sudeste e agregando-se ao estrato baixo da sociedade), os quais também adquiriram a língua portuguesa sob condições especiais: como língua segunda, através da oralidade.

Desse modo, enquanto os índios permaneciam aldeados nos interiores mais longínquos, os escravos africanos uniam-se em situações de intensa diversidade lingüística. Podem ser concebidas assim as seguintes situações de contato entre línguas na formação do PB: as diversas línguas africanas entre si; a língua portuguesa dos colonizadores com as diferentes línguas africanas³, ou ainda, destas com uma língua geral brasileira.

Diante dessa constatação, pode ser reconstruída a seguinte situação no macrocontexto da colonização brasileira: um grande número de indivíduos foram postos numa

³ Ressalta-se que para além dessas situações, existem ainda, na literatura lingüística, menções a existência de línguas francas no espaço brasileiro no período colonial, apontadas, dentre outros autores, por Naro e Scherre, (1993) como serem responsáveis pela não existência, no Brasil colonial, de um crioulo típico.

situação de grande fragmentação lingüística, com línguas diferenciadas e mutuamente ininteligíveis, de modo que se fazia necessária a adoção de uma língua em comum, para servir de instrumento de comunicação. Surgiu, então, a possibilidade de se utilizar a língua portuguesa, já que esta era o elo de ligação entre povos tão fragmentados lingüisticamente.

Dado o exposto, na situação sócio-comunicativa no período da colônia e do império, acabou acontecendo uma situação de aquisição imperfeita no português, em que indivíduos adultos passaram a aprender um outro código lingüístico, inclusive, com todas as marcas que caracterizam o processo de aquisição/ aprendizagem de uma segunda língua⁴. Desse modo, essa situação em que escravos aprendiam a língua lexificadora de forma imperfeita, remete-nos a conceituação de Mattos e Silva (2000) uma “*língua geral brasileira*” (conforme nota de rodapé 2), que teria ocorrido no processo de tentativa dos escravos e mestiços em falarem a língua dos portugueses.

Assim, de forma alguma, pode ser descartado esse estágio da língua portuguesa do Brasil, como, o fez Silva Neto (1951; 1960), ao propagar que, embora tenha havido a aquisição imperfeita do português pelos escravos, isso não chegou a afetar a língua do Brasil, que se caracterizava, segundo ele, por “um marcante conservadorismo e unidade”. Ao contrário, se forem considerados os avanços dos estudos sobre os processos aquisicionais de língua materna, em situações de multilingüismo, ter-se-á fortes evidências em favor da contribuição da presença africana no Brasil desde o Brasil colonial.

Nesse sentido, acreditamos que o conceito teórico da transmissão lingüística irregular, é bastante pertinente ao entendimento da formação da língua portuguesa no Brasil. Para essa afirmação, baseamos em um estudo de Lucchesi (2003), em que tal conceito é correlacionado com dados da demografia histórica brasileira. No referido texto, o autor expõe que o conceito

⁴ Adiante, no capítulo 3 desta dissertação, faremos uma exposição mais teórico-conceitual sobre essa forma de transmissão lingüística.

de *transmissão lingüística irregular* é tomado para designar os processos de contato entre línguas, ocorridos na história, levados principalmente pelo projeto de colonização, nos quais a língua do dominador é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos, “sem ser originado uma língua *pidgin* ou *crioula*, origina-se uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato” (*op. cit.* 273); essa é a situação que vislumbramos para a realidade brasileira.

Portanto, no Brasil, não houve um caso típico de *crioulização*, isto é, uma reestruturação original da gramática – com transferências de estruturas provenientes das línguas africanas – uma vez que, o acesso à língua alvo foi sendo paulatinamente facilitado pela vinda de grande número de portugueses para o Brasil, quer seja pela corrida do ouro, no século XVIII, ou pela relusitanização do Rio de Janeiro a partir de 1808, não deixando de ser a população falante da língua alvo nunca inferior a 30% da população brasileira, ao contrário dos casos típicos de *crioulização*, como no da formação do crioulo haitiano, em que, segundo Lucchesi (2000, p. 64), a população falante nunca passou dos 10%, durante todo o processo de colonização.

Contudo, não se pode deixar de se acreditar que as erosões e reestruturações da língua alvo tenha afetado a realidade lingüística brasileira, principalmente, ao se observar a fala vernácula de grupos de falantes provenientes das classes populares, isto é, o português brasileiro popular, em que se percebe marcas típicas de línguas que passaram por um processo de *transmissão lingüística irregular* em seu processo de formação, muito embora nos últimos tempos, venha se assistindo a um processo de *descrioulização*, com aquisição de regras gramaticais mais próximas da norma culta brasileira, a exemplo do aumento da realização da concordância de número no sintagma nominal ou de concordância verbal, entre informantes da população mais jovem; exibindo, no entanto, níveis diferenciados de frequência, quando

comparados, por exemplo, com a fala de seguimentos que falam o português em sua variedade culta ou semiculta.

Conclui-se, por conseguinte, que o expressivo contato da língua portuguesa com os falantes de línguas autóctones e, sobretudo, com os africanos que adquiriram o português em situações precárias, bem como a aquisição da língua portuguesa pelos imigrantes europeus e asiáticos marcaram a história sociolingüística brasileira. Acrescentamos a isso o fato de que esse português adquirido como segunda língua em tais situações serviu, depois, como modelo à socialização e a nativização do português entre os descendentes desses segmentos. Isso só vem a reforçar a crença de que esses contatos tenham sido importantes para a formação da realidade lingüística brasileira: *variável, heterogênea, plural e polarizada* (cf. Lucchesi, 1994; 2002).

Outros fatores que se apresentam relevantes no processo formador da realidade sociolingüística brasileira, além dos aspectos populacionais e demográficos aludidos acima, são as condições de escolarização brasileira e a diferenciação cidade-campo, decorrente dos processos de urbanização da sociedade brasileira, comentadas nas duas subseções seguintes, deste capítulo.

1.1.2 Os reflexos da escolarização brasileira e da diferenciação cidade-campo na história sociolingüística do português do Brasil

A respeito da importância do fator escolarização na formação do PB, pode-se afirmar que a ausência de uma forte estrutura educacional no Brasil colonial propiciou que a língua falada no Brasil apresentasse características distintas do PE.

Nesse aspecto, a julgar pela situação atual da escolarização no Brasil, não é difícil fazer ilações sobre o seu passado, pois se hodiernamente apenas alguns poucos têm acesso a

uma educação de qualidade, essa situação deve ter sido ainda mais crítica no passado; devendo ser, portanto, o *déficit* educacional atual, um reflexo das políticas educacionais elitistas vigentes no Brasil, desde os inícios de sua colonização.

Aliás, os estudos históricos comprovam isso. Assim, por exemplo, Venâncio (2001), em um importante estudo sobre a migração e alfabetização no Brasil colonial, mostra que na cidade de Mariana, no século XVIII (1733-1738), 60% da elite era formada por portugueses que se caracterizavam por um bom nível intelectual, ao passo que 85% dos brasileiros daquela cidade eram analfabetos e acrescenta ainda que, à medida que o número de imigrantes portugueses decrescia, aumentava o índice de analfabetismo naquela cidade mineira, o que mostra o descaso com a educação no Brasil colonial. Já Houaiss (1985) mostra conclusões semelhantes, pois, em um estudo mais abrangente mostra que, no fim do século XVIII, haveria apenas 0,5% de letrados no Brasil.

Se o fator escolarização for correlacionado aos aspectos populacionais referidos na seção anterior, ter-se-á uma explicação acerca do porquê da distância que separa a fala dos brasileiros com acesso aos direitos de cidadania, da fala daqueles que não os têm. Ou seja, como a população de etnias não-brancas, até o século XIX, representava a maioria da população brasileira e, até aquele século, apenas 0,09% dos escravos eram alfabetizados (cf. Reis, 1989, *apud*, Venâncio, 2001, p.397), melhor delinear-se-á a bipolarização lingüística do PB.

Nesse sentido, segundo apontam os resultados de um dos primeiros estudos sobre os processos de escolarização no Brasil, realizado no ano de 1872, havia no Brasil uma grande disparidade entre o número de habitantes alfabetizados (que era muito baixo) em relação ao número de habitantes com nível superior completo, havendo, assim, uma incongruência (cf. Mattos e Silva, 2000, p. 08). Nesse sentido, a observação feita por Cunha (1970, p.20), de

certa forma, explica tal disparidade, já que os letrados com nível superior eram geralmente portugueses ou alguns poucos brasileiros que iam à Europa estudar, principalmente, motivados pela influência européia típica do final do século XVIII e do século XIX, sendo a grande maioria dos brasileiros analfabetos:

Daí a diglossia, a acentuar-se progressivamente: de um lado, a língua popular, entregue à sua sorte na bôca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos que se espalhavam pela imensidão do Brasil; de outro, a língua dos doutores e dos padres, dos e dos bacharéis bem-falantes, mosaico de fragmentos do passado literário que essa elite de “bons latinos” aprendia em Coimbra ou nas tradições portuguesas conservadas nos colégios dos jesuítas – “signum” de superioridade cultural e, também, mais do que nunca, de distância social.

Assim, após a expulsão dos jesuítas, segundo aponta Ribeiro (2002, p. 363), o Brasil ficou órfão no que diz respeito ao sistema de ensino por um período de treze anos, o que, segundo a autora, favorecia a formação de uma pequena elite cultural com condições para estudar em Portugal.

Nesse sentido, se for considerado o fato de que a escolarização seria um fator que poderia levar à similaridade entre o PB e o PE, já que a norma padrão ensinada nas escolas era (e ainda é) apoiada no modelo europeu⁵, conclui-se que a falta de escolaridade no Brasil levou, certamente, a se formar a diferenciação entre essas variedades.

A propósito, Ribeiro (*op. cit.*) discute, mediante uma série de dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, que, em todo o período colonial, o Brasil só teve 2.800 pessoas com nível superior, o que, de certa forma, persiste até hoje, já que, no ano de 1997, por exemplo, apenas 6% dos chefes de família tinham nível superior completo até aquele ano. Esses falantes, a propósito, seriam aqueles que mais potencial teriam para utilizar a norma padrão,

⁵ Há uma clara exposição acerca dessa disparidade entre norma culta e norma padrão e sobre o artificialismo do ensino gramatical em Lobo e Lucchesi (1988).

uma vez que, são os que mais têm, ou tiveram, contato com a modalidade escrita do português e que foram submetidos, durante anos, a prescrições gramaticais.

Assim, não se pode deixar de se trazer à cena as “fotografias” brasileiras reveladas a partir dos estudos lingüísticos realizados com dados do Projeto NURC. Esses estudos vêm demonstrando que a fala espontânea dos brasileiros cultos, em situações informais, e até mesmo em situações de monitoramento da fala e da escrita, apresentam contornos que o diferenciam da norma gramatical vigente no país, a norma padrão lusitanizante, embora, nesses últimos contextos sócio-discursivos, com índices menores de ocorrências. A propósito, o estudo de Ribeiro, mencionado anteriormente, apresenta várias evidências dessa aproximação entre o português popular e o português culto. Tal fato, corrobora a nossa crença de que processos lingüísticos iniciados nas camadas populares tenham afetado o português brasileiro como um todo, ou seja, até em sua (s) variedade(s) culta(s), não podendo, então, certos fatos da sócio-história do PB, a exemplo da demografia e escolarização (ou a ausência desta) serem desprezados ao se procurar esboçar uma análise coerente da história do PB, bem como de sua realidade lingüística atual.

Outro fator que deve ter contribuído para formar a identidade do PB, distanciando-o do PE, foi o fato de este ter sido, durante muito tempo, um vasto país rural, conforme sublinha Cunha (1970, p. 57), de modo que a vida urbana praticamente inexistia no Brasil colonial e no período do império. Foi, a partir do século XIX, que essa situação passou a mudar, com a vinda da família real ao Brasil, e, posteriormente, no século XX, com o surgimento das grandes cidades e, de modo geral, pela, adoção de padrões citadinos. A citação de Cunha (*op. cit.*, p.58) bem evidencia esse momento da sócio-história lingüística brasileira:

Essa mudança na geografia humana e urbana brasileira haveria de mudar completamente, em poucos anos, com a fundação de novas cidades e o crescimento desmesurado de outras. As cidades tornadas centro de cultura, assumem posição

principal, nivelam os falares atraídos para a sua órbita, alteram, enfim, com a sua força unificadora, o panorama lingüístico do país.

Assim, embora tenha persistido o projeto político de exclusão social – o que fez com que se seguisse, conforme bem demonstra Pagotto (1998), por exemplo, o padrão normativo europeu – vai se assistir, no Brasil, a partir da década de quarenta do século XX, uma maior interação entre as variedades rurais e as urbanas, devido a fatores como:

(i) o aumento do êxodo rural no país (facilitado devido a melhorias no sistema rodoviário brasileiro);

(ii) a democratização do ensino que passou a levar pessoas familiarizadas com o dialeto rural para a escola, bem como a admissão *improvisada* de professores sem a devida formação, que acabou, de certa maneira, por contribuir para o acesso à norma padrão dos alunos;

(iii) a ascensão social dos imigrantes europeus e asiáticos, que acabaram por levar para o seio da norma culta características do português “corrompido”;

(iv) o avanço dos meios de comunicação, que propiciaram um maior acesso dos falantes das normas populares a variedades cultas do português.

Ressaltamos que esses fatores fizeram com que houvesse uma mistura lingüística no Brasil, ou melhor, com que certas mudanças lingüísticas iniciadas no campo por falantes da norma popular fossem levadas para o uso de falantes da zona urbana com maior nível de escolarização, como, aliás, observou Lucchesi (2002, p.80), em um esclarecedor artigo sobre a formação da realidade lingüística brasileira:

No decorrer do século XX, enquanto no português popular se verifica uma tendência de mudança “para cima”, não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão urbano culto (ou semiculto), no português culto, assiste-se a uma tendência de afastamento do padrão normativo de matriz europeu, uma mudança que se pode definir como “para baixo”. Se é claro a influência “de cima para baixo”

sobre as camadas populares, pode-se postular também uma influência “de baixo para cima” sobre as camadas médias e altas.

Dado o exposto, não se pode acreditar que a polaridade lingüística, tão marcante no Brasil, embora tenha se amenizado nos últimos tempos, não tenha deixado marcas e contribuído para a formação da realidade lingüística brasileira atual. Assim, chega-se ao momento de se discutir uma grande polêmica que existe na lingüística brasileira a respeito da presença africana no Brasil colonial, a conhecida polêmica sobre a ocorrência ou não de uma *crioulização* prévia no português no Brasil. Essa discussão será sumarizada no próximo item.

1.2 DERIVA *VERSUS* CONTATO LINGÜÍSTICO: DUAS EXPLICAÇÕES PARA UM MESMO FENÔMENO

O conceito de deriva (*drift*) aplicado à mudança lingüística foi trazido à cena a partir dos trabalhos do lingüista norte-americano Edward Sapir (1920). Para esse estudioso, haveria uma direção para as mudanças lingüísticas, na medida em que estas ocorreriam na direção de movimentos estruturais, prefiguradas no sistema lingüístico. Assim, para Sapir a deriva lingüística ditaria a variação, vista como caótica.

Essa explicação para a mudança lingüística surge, pois, no âmbito dos estudos estruturalistas, em que as variações presentes na fala eram impossíveis de serem sistematizadas. Talvez, por essa razão, no Brasil, a ênfase dada ao conceito de *deriva natural*, não tenha sido mais utilizada por nenhum outro pesquisador como o foi para Silva Neto e Câmara Jr. (este último o maior representante do estruturalismo brasileiro).

Tanto para Silva Neto, quanto para Câmara Jr., o contato entre línguas não chegou a afetar o processo de formação do PB, pois, para eles, as condições sócio-históricas só teriam acelerados tendências que estariam prefiguradas no sistema da língua portuguesa. Desse

modo, não se poderia explicar as diferenças entre o PB e o PE a partir da história sociolingüística brasileira, já que as mudanças estariam prefiguradas na deriva natural da língua.

Assim, não obstante Silva Neto ter sido o primeiro a considerar aspectos sócio-históricos na formação do PB, afirma que há nesta variedade lingüística, uma “incrível unidade e **conservadorismo**”⁶. Na verdade, está (Silva Neto, 1951/ 1963, p. 97-98) preso ao conceito de *deriva* lingüística, o que o faz negar as próprias evidências históricas apontadas por ele:

Cabe agora, inteiramente, uma sagaz observação do lingüista norte-americano Eduardo Sapir. Cada língua possui a sua deriva (*drift*), isto é, determinada direção evolutiva, que já encerra uma série de possibilidades. Pois, cada falar [Sapir refere-se a *dialect*] continua a deriva geral da língua comum máter, mas não consegue manter valores constantes para cada parte componente da *deriva*. Desvios em relação à própria deriva, a princípios leves, depois acumulados, são, portanto, inevitáveis.

Ponto de vista semelhante pode ser visto em Câmara Jr. (1972), para quem também o contato entre línguas na sócio-história do PB só aceleraria mudanças latentes. A propósito, Câmara Jr., embora admita que a norma padrão brasileira apresenta um artificialismo de expressão, nega totalmente a possibilidade de se estabelecer uma norma lingüística nova, fundamentada no uso geral do Brasil, como, segundo ele, queria o Visconde de Pedra Branca. Assim, Câmara Jr. (*op. cit.*, p.74) nega a idéia do evolucionismo e também a influência do contato entre línguas na formação de uma “língua brasileira”:

A solução doutrinária radical foi a tese da existência de uma “língua brasileira”, distinta da portuguesa, que se encontra por exemplo na obra de Renato Mendonça. Procurou-se mesmo um fundamento causal nas idéias lingüísticas sobre “evolução” (bem assentes desde Scheleicher) e noutras sôbre a influência dos substratos lingüísticos, que Ascoli desenvolveu partindo da lingüística românica.

⁶ Grifo nosso.

Essa posição de que o contato entre línguas só teria acelerado tendências latente na língua portuguesa, é ratificada por Naro e Scherre (1993), paradoxalmente, dois importantes representantes da Sociolinguística Variacionista no Brasil. As evidências linguísticas que levam Naro e Scherre a defenderem tal posição residem no fato de que foram encontradas variações mínimas na concordância nominal no português arcaico⁷, o que provaria, segundo os dois autores, que a perda das regras de concordância, apontada como típico de línguas que passaram por um processo de crioulização, seria, na verdade, um seguimento às direções da deriva natural da língua (processos fonológicos, como a perda do *-s* final e desnasalização em final de sílaba).

Por outro lado, existem estudiosos que defendem a tese contrária, isto é, de que houve na história do PB um processo de crioulização. Um grande representante desta tese é o linguista norte-americano Gregory Guy (1989). Guy sustenta que seria impossível não ter havido uma crioulização prévia do português no Brasil, principalmente, considerando-se fatores da demografia brasileira, com um grande número de negros nos séculos XVII e XVIII. Assim, na opinião de Guy, estaria o PB se descrioulizando, tendo como antecedente histórico um crioulo leve, na denominação da crioulística atual.

Contudo, essa visão é mais uma vez atacada pelos estudiosos da história da língua portuguesa do Brasil. O linguista brasileiro Fernando Tarallo (1993) traz uma réplica às conclusões de Guy, baseando-se na evidência de que o comportamento do PB em relação às orações relativas e à retenção do pronome nas sentenças encaixadas e matrizes, difere em muito do que ocorre no PE e assim postula que, em vez de estar o PB caminhando rumo a uma aproximação do PE (o que seria esperado em um processo típico de descrioulização),

⁷ Destaca-se que o nível de variação encontrado por Naro e Scherre (1993), segundo Lucchesi (2000, p. 41), era na proporção de 1% ou menos.

estaria o PB caminhando para um processo de diferenciação lingüística, em relação à variedade européia, desde o século XIX.

Lucchesi (1994; 2000; 2002), por sua vez, demonstra, a partir de sua visão bipolarizada a respeito do PB, que não se pode deixar de ver nos usos das variedades populares um processo inverso ao descrito por Tarallo, já que estas rumam em direção a aproximar-se da norma culta. Como exemplos dessa aproximação das variedades populares às variedades cultas, Lucchesi apresenta os resultados de suas pesquisas em dialeto rurais afro-brasileiros, que mostram, por exemplo, que os mais jovens tendem a apresentar usos concernentes à aquisição de regras da gramática da língua alvo. Um bom exemplo seria o fato de os informantes mais jovens apresentarem maior índice de concordância nominal de número e de concordância verbal do que os informantes idosos. Tais fatos sugerem um processo de descrioulização no PB, no sentido mais amplo do termo. Desse modo, conclui Lucchesi que, embora não se possa falar, para a realidade brasileira, em casos de crioulização típica, como ocorreu, por exemplo, com o francês no Haiti, não se pode, por outro lado, rejeitar a hipótese do contato lingüístico.

Logo, pode-se afirmar que um conceito mais amplo para a situação de contato entre línguas, como o de *transmissão lingüística irregular*, defendido ao longo desse trabalho, vem a contrabalançar a polêmica, na medida em que não chega a postular que houve uma erosão completa da gramática da língua portuguesa no espaço brasileiro, com o surgimento de línguas crioulas, mas também, não nega que foi muito importante o contato entre línguas para dar o contorno brasileiro à língua portuguesa.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Os vários aspectos sobre a sócio-história brasileira expostos nas seções anteriores só demonstram quão rica em fatos é a história da língua portuguesa no Brasil; sendo, portanto, esta um manancial para pesquisas.

Assim, torna-se importantíssima uma busca investigativa em várias fontes, que desvelem as origens das características do PB, uma variante lingüística que exhibe grande diferença em relação à variante portuguesa; e, para tanto, faz-se necessário agregar os estudos da história interna aos estudos da história externa.

Nesse sentido, ao término deste capítulo, fica evidente que o processo de formação étnica da nação brasileira, altamente diversificada, não pode ser descartado no processo de formação do PB, pois, até mesmo as variedades cultas, devem ter sido afetadas pelo contato entre línguas na história sociolingüística brasileira, conforme demonstrado nas seções 1.1 e 1.2 desta dissertação.

Desse modo, para além das pesquisas em fontes históricas que demonstrem o processo de escolarização no Brasil e o processo de urbanização brasileira é fundamental a pesquisa em comunidades de fala que guardam marcas do contato lingüístico no passado do PB, como são as comunidades rurais formadas por afro-brasileiros, já que tais comunidades são hodiernamente formadas por descendentes daqueles que devem ter sido os mais afetados pela situação de contato entre línguas na formação do português brasileiro, bem como por outros fatos da história sociolingüística como o *déficit* educacional e o passado rural do Brasil (já que era para o campo que iam a maioria dos negros).

Portanto, tais comunidades guardam evidências das origens da língua portuguesa no Brasil, que urgem serem investigadas, antes que os processos de urbanização e de escolarização minimizem as marcas das alterações lingüísticas geradas pelo extenso contato entre povos tão culturalmente diversos.

2. A TEORIA: A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS

2.1 O SOCIAL NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Como se sabe, a Lingüística consolida-se como um campo específico do conhecimento a partir dos trabalhos do suíço Ferdinand de Saussure, figura que mais do qualquer outro estudioso, empenhou-se para dar o estatuto de ciência aos estudos da linguagem humana, tirando-os da sombra dos estudos da Lógica, da Filosofia, ou da Crítica Textual.

Não deixa, portanto, de ser fascinante acompanhar a obstinação de Saussure em procurar definir qual deveria ser o objeto e as prioridades da ciência da linguagem, bem como o que deveria ser excluído da investigação lingüística, por não ser passível de investigação científica. É assim que passa a ser divulgado, a partir das orientações saussurianas, que a Lingüística deve se ocupar da *lingua* (“a língua por si mesma”), ou seja, do sistema lingüístico, abstraído de qualquer fato extralingüístico.

Nesse sentido, foi a partir dos fundamentos saussurianos que se buscou retirar de cena todos os matizes da variação social dos estudos lingüísticos, já que, segundo a concepção de ciência da época, deveriam ser priorizados fatos lingüísticos invariáveis, que possibilitariam uma descrição sistemática da língua. Foi ainda com Saussure que se rompeu com toda uma tradição historicista, hegemônica deste o século XIX.

Entretanto, pode-se afirmar que a Lingüística como um todo logrou êxito a partir dos postulados de Saussure, na medida em que, até mesmo aquelas subáreas lingüísticas que focalizam a linguagem humana numa orientação fundamentalmente oposta àquela defendida por Saussure, lhes são devedoras, pois, como argumenta Benveniste (1976, p.49), “em todas

as correntes que a atravessam [a Lingüística], em todas as escolas em que se divide, proclamasse o papel precursor de Saussure”.

Essa importância de Saussure se deu por que, quando ele esquematizou os estudos lingüísticos em pares de oposição, sendo, ao nosso ver, os mais importantes a sincronia *versus* diacronia, a língua *versus* fala e o social *versus* individual, embora ele tenha priorizado respectivamente o primeiro item desses pares, acabou por abrir uma trilha para que outros estudiosos sistematizassem e reforçassem, ora o ponto de vista deixado à margem por ele, ora a junção desses pares dicotômicos.

Foi assim que se constituiu a teoria adotada neste texto. Esta, apesar de focalizar o social e a concretização do sistema lingüístico (a fala), não deixa também de realizar descrições da estrutura lingüística, de ter preocupações diacrônicas e a considerar as variações típicas da fala. Vê-se, portanto, uma junção entre o imanentismo, pregado por Saussure, e o social, ou melhor, o extralingüístico, aspecto secundarizado por ele.

Desse modo, após as ressalvas feitas acerca do impacto do Estruturalismo saussuriano nos estudos lingüísticos, serão expostas algumas considerações sobre a Sociolingüística Variacionista e sobre o conceito teórico da Transmissão Lingüística Irregular, em que ambos formam o arcabouço teórico-metodológico desta dissertação. Acrescentamos ainda que antes de explanarmos sobre as especificidades das duas teorias (nos itens 2.1 e 2.2), faremos uma breve retrospectiva do caminho percorrido para que se alcançasse o “entrelaçamento” do social/ cultural/ histórico/ ideológico à análise lingüística.

Deve ser destacado, portanto, que antes de terem se consolidado estudos que propunham uma análise formal/ estrutural das estruturas das frases, retirando todo e qualquer vestígio de subjetivismo ou traço contextual, outras abordagens haviam existido e que priorizavam, justamente, outros componentes que não apenas o estrutural/ formal, mesmo

antes de a Sociolinguística e a Dialectologia terem se firmado no âmbito linguístico, o que reforça a nossa crença de que nem só de revoluções científicas se constitui o conhecimento, mas também de acúmulos de conhecimentos advindo de épocas diferentes. Citam-se, por exemplo, os trabalhos de Boas (1911), Schuchardt (1928), Meillet (1926), em que todos procuravam investigar a estrutura linguística aliada ao sócio-histórico.

Por outro lado, não se pode negar que foram os dialetólogos e os sociolinguistas que mais divulgaram os estudos linguísticos que correlacionam língua e sociedade. Quanto à Dialectologia, por exemplo, esta foi a primeira a evocar a atenção para a variação linguística, correlacionando à variação existente no seio da estrutura social, conforme aponta Callou (1996, p.100).

Assim, apesar de suas especificidades teórico-metodológicas, a Dialectologia e a Sociolinguística têm em comum o fato de terem surgido motivadas por três motivos principais:

- i) a negação de que os sistemas linguísticos deveriam ser estudados por si mesmos (“*um object óu tout se tient*”);
- ii) a negação da oposição rígida entre sincronia e diacronia;
- iii) a recusa em aceitar a explicação neogramática, dominante nos séculos XIX e início do século XX, para o fenômeno da mudança linguística, segundo a qual as mudanças dar-se-iam ou por empréstimo linguísticos (devido ao contato entre sistemas linguísticos), ou pelo princípio psicológico da analogia.

Portanto, a Sociolinguística e a Dialectologia apresentam muitas semelhanças no sentido de que ambas focalizam a diversidade linguística, existindo para ambas um diassistema linguístico, sendo rejeitada, por conseguinte, a crença de que existe homogeneidade nos sistemas linguísticos. Desse modo, esses dois ramos da ciência linguística

têm como foco de estudo descrever e sistematizar a heterogeneidade da língua falada, mas que se diferenciam por questões de prioridade, pois, enquanto, no sociolingüístico, a ênfase está em se explicar o funcionamento da língua em relação a fatores sociais e lingüísticos, procurando explicitar as regras que levam à existência de variantes lingüísticas; no dialetológico, busca-se descrever limites espaciais entre essas formas variáveis de se usar o (s) sistema (s) lingüístico(s).

Assim, pode-se afirmar que a diferença entre Dialetologia e Sociolingüística Variacionista decorre da própria natureza de seus respectivos objetos de estudo, o que implica em diferenças metodológicas, pois enquanto este segundo modelo teórico-metodológico tem como principal característica propiciar o entendimento do modo pelo qual a variação é regulada – a partir de análises estatísticas que demonstram o peso de cada grupo de fatores favorecedores ou inibidores de cada regra variável –, a Dialetologia especializa-se em descrever os falares no eixo espacial; sendo, pois, o principal interesse do dialetólogo localizar e descrever, regional e socialmente os dialetos de um lugar.

Ressaltamos, ainda, que foi graças à teoria sociolingüística, cuja consolidação deveu-se principalmente aos resultados das pesquisas empiricamente fundamentadas de William Labov, nos Estados Unidos, que se constatou como era difícil trabalhar com o conceito de isoglossas, pois se viu que os dialetos podem se diferenciar entre si, não em relação a presença ou a ausência de uma variante, mas também devido a frequências diferentes de ocorrência, e, é justamente, por essa razão que, para a Sociolingüística, estudar a variação significa quantificar as diferenças.

Desse modo, no plano conceitual da teoria sociolingüística, assume tamanha importância a variação lingüística, em especial, a sua distribuição na estrutura lingüística e

social da comunidade, pois será condicionada ao comportamento da variação, que se poderá deslindar processos de mudança na comunidade de fala.

Por essa razão, pode-se afirmar, com grande margem de segurança, que é o modelo sociolingüístico, a *Sociolingüística Variacionista*, também denominada de *Teoria da Variação e da Mudança Lingüística*, com os postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1963, 1966, 1972, 1982 e 1994), que melhor contribuirá para a elucidação da intrigante questão da mudança lingüística, ao considerar os processos bem difundidos de variação lingüística, como casos de mudança em progresso. Assim, faz-se necessário explicar sobre as contribuições da *Sociolingüística Variacionista*, no que concerne ao entendimento do funcionamento e da evolução das línguas naturais, o que será feito na subseção seguinte.

2.1.1 A Sociolingüística Variacionista

Conforme já foi exposto neste texto, a Sociolingüística Variacionista (a partir daqui, denominada simplesmente *Sociolingüística*) nasce da recusa, por parte de alguns lingüistas, das abordagens exclusivamente estruturais, que, na década de sessenta, dominava a cena dos estudos lingüísticos, quer seja pelo viés do descritivismo americano, quer seja pelo viés gerativista. Surgiram, pois, as primeiras tentativas de se frisar as funções sociais da língua como, por exemplo, os trabalhos de Cohen (1956), Ferguson (1959), Hymes (1972), Bernstein (1975), entre outros, os quais, apesar de terem em comum a preocupação com o social, ainda traziam sob o mesmo rótulo estudos realizados com objetivos diferentes.

Desse modo, será apenas na segunda metade do século XX, que se assistirá a uma tentativa de síntese, empreendida por lingüistas engajados em mudar orientações formalistas “*stricto senso*” na análise do fenômeno lingüístico, ou seja, surgiram lingüistas que mostraram, de fato, ressalvas quanto aos estudos que focalizavam a língua *por si mesma*.

Assim, foi que Bright (1966), encarregado de produzir as atas de uma conferência sobre Sociolinguística, realizada em Los Angeles, em maio de 1964, apontou que deveria ser a variação linguística o desígnio da Sociolinguística e, explicitou ainda que a diversidade linguística não é livre e sim correlacionada às diferenças sociais sistemáticas.

Por outro lado, não se pode afirmar que a estrutura linguística é deixada de lado nas análises sociolinguísticas, uma vez que, ao realçar a variação linguística, esse ramo da ciência da linguagem irá focar seu interesse naqueles níveis que a linguística estruturalista prioriza, isto é, o fonológico, o morfológico e o sintático; sistematizando, portanto, as regras variáveis de uso do sistema linguístico (diassistema linguístico). Desse modo, pode-se argumentar, com base em Silva-Corvalán (1989, p.02), que a Sociolinguística não é, na verdade, incompatível com as abordagens formalistas/ estruturalistas, já que através do estudo da fala, explicita-se o funcionamento de fatos variáveis nos níveis da estrutura linguística, não havendo, portanto, contradição entre a análise estrutural e o estudo da linguagem social, como enfatiza Labov (1972, p.184):

Este capítulo irá tratar do estudo da estrutura e evolução linguísticas dentro do contexto social da comunidade de fala. Os assuntos considerados provêm do campo normalmente chamado “linguística geral”: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (...) Se não fosse necessário destacar o contraste entre este trabalho e o estudo da linguagem fora de todo contexto social, eu diria de bom grado que se trata simplesmente de linguística.⁸

Logo, a Sociolinguística, ao promover a junção entre fatores internos e externos, vai possibilitar interpretações mais adequadas para os casos de variação linguística, que, numa análise apenas guiada por fatores internos, ficaria imperfeita. Cita-se, por exemplo, o célebre

⁸ *The linguistic topics to be considered here cover the area usually named “general linguistic,” dealing with phonology, morphology, syntax, and semantics. The theoretical questions to be raised will also fall into the category of general linguistics (...). If there were no need to contrast this work with the study of language out its context, I would prefer to say that this was simply linguistics.*

trabalho de Labov (1963) sobre a centralização de ditongos na comunidade de Martha's Vineyard, em que foi constatado que a variação poderia ser motivada por fatores mais sutis, como, no caso em questão, devido ao fator orientação cultural, em que o sentimento dos falantes em relação a influência externas naquela ilha, influía na realização lingüística – além dos fatores lingüísticos e sócio-culturais como escolaridade, faixa etária, etnia etc.

Desse modo, a partir das teorizações empiricamente fundamentadas da Sociolingüística, as variações lingüísticas passaram a ser vistas não mais como desvios da fala ou como excentricidades do desempenho, mas como uma realidade constitutiva das línguas, sendo, inclusive, o próprio sistema lingüístico heterogêneo e composto por regras variáveis. Nesse sentido, ressalta-se que para Weinreich, Labov e Herzog (1968) (doravante WLH), autores do texto “fundador” da Sociolingüística, o *Empirical Foundations for Theory of Language Change*, as variações lingüísticas são codificadas em alto grau e fazem parte de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade lingüística.

Toda a análise lingüística passa, então, a ser orientada para essa variação sistemática, inerente ao seu objeto de estudo, concebida como uma heterogeneidade estruturada, de modo que não existe um *caos lingüístico*, cujo processamento, análise e sistematização sejam impossíveis; sendo o que existe, na verdade, é um sistema, ou melhor, uma organização, por trás da heterogeneidade da língua falada, o que permite que os usuários da língua possam, no geral, falar e compreender fatos lingüísticos alternantes.

Nesse sentido, deve ser sublinhado que uma exigência básica no modelo sociolingüístico é que as formas variantes devem ser alternativas de dizer *a mesma coisa com o mesmo valor de verdade*, mas, ressalta-se que desde que esse modelo teórico-metodológico passou a ser utilizado para a elucidação de fatos morfossintáticos, começou a ser questionada a possibilidade dessa alternância. Assim, após as críticas de vários estudiosos, dentre os quais

de Lavandera (1984), segundo a qual não se podem prever os contextos de ocorrência das formas alternantes de fenômenos de natureza que não a fonológica – sublinhando que não existem sinônimos perfeitos na língua –, Labov (1994) redefine as condições de aplicação da metodologia variacionista: i) as formas alternantes devem ser passíveis de ocorrerem nos mesmos contextos estruturais; ii) as variantes têm de apresentar o mesmo significado referencial e possibilitarem uma comparabilidade funcional.

A teoria sociolingüística, para a questão da mudança lingüística, conforme Labov (1982, p.17-22), fundamenta-se em dois princípios teóricos fundamentais acerca do seu objeto de estudo: aquele que defende que a condição normal da comunidade de fala é a heterogeneidade e outro que define como objeto da descrição lingüística a gramática da comunidade de fala.

Quanto ao primeiro princípio, tem-se que a heterogeneidade é uma característica fundamental das línguas, necessária para satisfazer a demanda lingüística cotidiana dos falantes, que em suas interações utilizam diferentes registros, dialetos ou variantes. Conclui-se que, no uso real de uma língua por uma comunidade de fala, os falantes não utilizam o idioma da mesma maneira, haja vista que sempre existe variação, quer seja no interior de um grupo supostamente homogêneo, quer seja no nível individual. Por essa razão, tornou-se inconcebível trabalhar com o conceito de língua como uma estrutura homogênea que não admite variações, como propunham os estruturalistas e gerativistas. A própria competência, ou, língua-I, para usarmos uma nomenclatura gerativista mais atualizada, passa a ser focalizada como multidialetal, já que a homogeneidade seria disfuncional.

Assim, para se entender os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística, faz-se necessário elucidar o conceito de *comunidade de fala*, uma vez que, é primordial, na teoria da variação e mudança lingüística, explicitar a gramática desta. Esse conceito não é

entendido como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços lingüísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem (cf. Labov, 1972).

Dos três aspectos aludidos acima, ressaltamos o terceiro, pois não basta que os membros de uma comunidade tenham contato lingüístico com membros de outra comunidade para adotar suas características lingüísticas, pois não se assumem características daqueles de que, de algum modo, não se goste ou daqueles de quem se quer distanciar, ou ainda daqueles com quem não se quer ser parecido. É necessário, portanto, reconhecer a atitude que os membros de uma comunidade lingüística tem em relação ao que falam e ao que os outros falam, escolhendo assim como querem falar⁹.

Desse modo, no modelo sociolingüístico, as línguas não são vistas como simples instrumentos de comunicação, já que existe neste modelo uma ênfase nas normas e atitudes, pois se acredita que o falante faz escolhas, mais ou menos conscientes, em relação aos seus sistemas lingüísticos, e julga essas escolhas. Há, portanto, um enraizamento social nos comportamentos lingüísticos, na medida em que se associam os falares com os grupos sociais que os utilizam.

Assim, a gramática de uma comunidade de fala terá semelhanças entre si, uma vez que, mediante certos fatores intralingüísticos e extralingüísticos, comportar-se-á da mesma forma, já que apresentam o mesmo ideal lingüístico. Logo, para se estudar a variação lingüística, torna-se necessário usar um modelo de análise que opere com quantidades de dados, o que será exposto no capítulo 04, quando tratamos da metodologia da nossa pesquisa, mais especificamente, na seção 4.6.

⁹ Adiante, quando tratarmos dos cinco problemas propostos por WLH para o processo de mudança lingüística, veremos que a avaliação dos membros de uma comunidade de fala é muito importante na direção da mudança.

Nesse sentido, o modelo sociolingüístico veio dar uma grande contribuição para a questão da mudança lingüística, já que os estruturalistas, trabalhando com visão de sistema homogêneo, não conseguiram esclarecer o porquê de uma estrutura que funciona de forma tão organizada fosse passível a mudanças.

Com o modelo sociolingüístico, conseguiu-se fundamentar bem a questão da mudança, ao se propor um modelo teórico-metodológico capaz de revelar os processos de difusão da mudança, através da análise sistemática dos processos de variação na estrutura lingüística e social da comunidade, nos quais os processos de mudança se atualizam.

Assim, as línguas puderam ser estudadas em seu existir ininterrupto de variação e mudança, algo impossível de ser praticado no âmbito estruturalista, na medida em que, neste, se acreditava que as mudanças dar-se-iam a partir de momentos de transição, ou seja, de desequilíbrio na passagem de um sistema lingüisticamente homogêneo a outro. Para a Teoria da Variação e Mudança, essa concepção de um sistema homogêneo substituindo outro não se sustenta, já que sempre existirão, em qualquer comunidade de fala, processos em variação e mudança, como observa Mattos e Silva (2002, p. 299):

O recurso de trabalhar com gerações conviventes, permitiu à sociolingüística apreender mudanças em curso ou em processo, ou seja, permitiu captar o processo de difusão da mudança na estrutura da língua e na comunidade de fala, o que até então não tinha sido alcançado porque, em geral, as teorias da mudança trabalhavam com a mudança no tempo histórico real.

Segundo Labov (1982, p.31), Gauchat (1905) foi o pioneiro nos estudos que tomam por base testemunhos dialetológicos da mudança diacrônica, que consideram a mudança em tempo aparente, já que trabalhou com a pesquisa dialetológica na perspectiva diageracional, considerando três gerações de falantes conviventes (menos de trinta anos, mais de trinta anos

e mais de sessenta), observando a variável /oy/. Assim Gauchat antecipou, de certa maneira, o modelo teórico-metodológico da Sociolingüística.

Convém, então, destacarmos que, no modelo sociolingüístico, a análise empreendida com base no fator faixa etária reveste-se de grande importância, já que, por meio do recurso do *tempo aparente*, pôde-se observar se os casos de variação refletem uma *variação estável* (coexistência de formas intercambiáveis no sistema lingüístico) ou *mudança em progresso* (concorrência entre as variantes, com tendência de permanência de apenas uma delas).

Ressaltamos que, ao se empreender uma análise sociolingüística, com informantes representantes de diferentes faixas etárias, realiza-se uma projeção lingüística, com base nas ocorrências nas diferentes faixas etárias, podendo assim se observar uma possível direção da mudança lingüística. Tal fato ocorre porque se acredita que nem toda variação implica mudança, embora se acredite que toda mudança pressupõe variação.

Quando uma determinada variável permanece estável ao longo do tempo, não há mudança. É o que se denomina *variação estável*: os jovens e velhos apresentam o mesmo comportamento lingüístico, contrastando com a população de meia-idade, faixa etária que mais se utiliza as formas de prestígio. Essa situação é o oposto do que ocorre nos casos de mudança em progresso, processo em que os mais jovens utilizam a forma inovadora com maior freqüência que os mais velhos.

Salientamos, no entanto, que muito embora o recurso do tempo aparente já tenha demonstrado, em muitos casos, ser um recurso eficiente na identificação de mudanças em progresso, cabe ao pesquisador observar se os seus resultados representam verdadeiramente casos de mudança em progresso ou se representam simplesmente uma gradação etária, ou seja, de mudança de comportamento lingüístico que se repete a cada geração. Assim, para uma melhor compreensão dos casos de mudanças devem ser realizados estudos baseados em

tempo real, que significa observar a comunidade de fala em diferentes momentos de sua história.

Segundo Labov (1994, p. 73), há duas maneiras de se realizar estudos em tempo real. A primeira delas, a mais simples, consiste em procurar a literatura relacionada à comunidade em foco e comparar os dados anteriores com os recentes, podendo-se abarcar, assim, grandes lapsos de tempo. Tal procedimento apresenta, contudo, alguns inconvenientes, que estão relacionados à própria natureza dos dados históricos, a saber: a) são produtos de uma série de acidentes históricos; b) consistem em amostras filtradas por hipercorreção, mistura dialetal, erros de escrita; c) mostram apenas evidência positiva; d) os dados sociais são, em grande medida, ocultados. Na medida em que, a partir da década de sessenta do século passado, foram constituídas amostras de fala de acordo com a metodologia da pesquisa sociolinguística é possível realizar análises com sólida base empírica no tempo real de curta duração, por meio de dois procedimentos principais: do *estudo de tendências* e do *estudo painel*.

No **estudo de tendências**, são realizadas pesquisas tomando-se amostras de fala comparáveis entre si, na medida em que, um certo período depois, constitui-se uma amostragem com características semelhantes à da primeira, ou seja, realiza-se a mesma metodologia na constituição do *corpus*, o que poderá indicar, na análise, possíveis mudanças no comportamento da variável em estudo, indicando mudança em progresso. Quanto a esse tipo de estudo em tempo real, já foram realizadas, no Brasil, algumas análises desse tipo, a exemplo de estudos realizados a partir de amostras constituídas do Projeto NURC (a da década de setenta e a da década de noventa), que, inclusive, já detectaram casos de mudança em progresso, conforme nos atesta, por exemplo, o trabalho de Lopes (1999) sobre a inserção

da forma *a gente* no português, referenciado, no capítulo 03, desta dissertação, bem como o de Lopes (2001), sobre a concordância nominal na cidade de Salvador.

Deve-se ressaltar que, nos estudos de tendência, o contato é feito com informantes que não foram contatados na primeira amostragem (cf. Labov, 1994, p. 76). Por outro lado, ressalta também que em estudos de tendências, espera-se que a comunidade não tenha passado por grandes mudanças, pois se drásticas mudanças tenham acontecido, o que será observado é a mudança externa à língua e esta pode ter pouca importância para o entendimento do funcionamento da mudança em progresso, real interesse para o sociolinguista ao realizar estudos em tempo real.

No **estudo painel**, a investigação em tempo real é realizada procurando-se localizar os mesmos indivíduos que foram sujeitos na amostragem anterior, monitora-se algumas mudanças em seu comportamento, submetendo-os aos mesmos questionários, entrevistas ou experimentos. Esse, como se pode ver, é um procedimento custoso, que pode demandar um tempo maior na procura dos informantes, mas que se mostra capaz de apresentar as condições em que cada indivíduo muda ou está estável, como também mostra de que maneira a gradação etária está presente nas gerações.

Desse modo, a inter-relação entre dados do tempo aparente e dados do tempo real permite que se reconstrua uma cronologia dos vários passos da mudança e a correlação entre essas cronologias com as características sociolinguísticas de cada estágio da mudança linguística. (Labov, 1994, p.77)

Portanto, a teoria sociolinguística exige do pesquisador uma série de cuidados para que se possa sistematizar o processo de variação/ mudança da língua, o que evita que se faça afirmações apressadas acerca de tais processos. Foi assim que se formularam os cinco problemas da mudança linguística, conforme WLH (1968), expostos a seguir, de modo que

podemos afirmar que o modelo sociolingüístico transforma-se, na verdade, num modelo sobre a mudança lingüística:

a) **O problema das restrições:** Qual o conjunto de mudanças lingüísticas possíveis e quais as condições que favorecem ou restringem a mudança?

b) **O problema da transição:** Como se dá passo a passo, a mudança de um estágio a outro?

c) **O problema do encaixamento:** Como uma determinada mudança está encaixada na estrutura interna da língua e no sistema de relações sociais?

d) **O problema da avaliação:** Como os membros de uma determinada comunidade lingüística avaliam a mudança e como essa avaliação pode afetar a mudança?

e) **O problema da implementação:** Por que uma mudança ocorre no momento e lugar em que ocorre?

Quanto ao *problema das restrições*, Labov (1982, p.26), em sua reanálise dos *Fundamentos empíricos*, propostos por WLH (1968) diz que não se deve buscar uma restrição estritamente universal, pois isto significa uma busca por uma faculdade isolada, que não está encaixada na matriz mais ampla da estrutura lingüística e social. O problema das restrições, para aquele importante divulgador do modelo sociolingüista, estava, pois, errado e deveria ser fundido ao problema do encaixamento das estruturas lingüística e social. Vale destacar que de acordo o modelo proposto por WHL, as mudanças ocorreriam em direção à simplificação, sendo as restrições entendidas como resultados da generalização e simplificação das atividades da criança, ao aprender regras gramaticais.

Assim, Faraco (1991, p.121) afirma “ao explicitar o encaixamento, estaremos também apontando os fatores condicionantes”. Nesse ponto, é interessante sublinhar, mais uma vez, que a orientação teórica variacionista tem mostrado que, sem encaixar a mudança no

quadro geral das relações sociais, não se consegue ter uma visão adequada do condicionamento das mudanças, pois o encaixamento apenas estrutural, embora seja importante e relevante, é insuficiente.

O *problema da transição*, como já salientamos, reveste-se de grande importância no modelo sociolinguístico, na medida em que lança luzes sobre o processo através do qual a mudança linguística ocorre, pois através da concepção de um *continuum* ininterrupto de variação e mudança, permite-se que se acompanhe o processo de mudança, ou melhor, como se dá a mudança de um estágio para outro. Assim, afirma Lucchesi (1998, p. 190), “(...) em uma visão mais abrangente da pesquisa linguística, na qual os fatos que interessam ao linguísta não se circunscrevem ao sistema interno da língua, o problema da transição levanta a questão de se estabelecer o percurso da mudança linguística na estrutura social”. Portanto, a partir da consideração do problema da transição, pode-se acompanhar em que ponto das estruturas linguística e social se inicia e se dissemina a mudança linguística.

O *problema do encaixamento*, conforme exposto acima, foi dividido por WLH (1968) em encaixamento estrutural e social. O problema estrutural é muito evidente quando se analisam fenômenos linguísticos variáveis ocasionados por mudanças em cadeia, isto é, uma mudança ocorrida em determinado ponto do sistema linguístico provoca outras mudanças em outros pontos. Além do encaixamento estrutural, o sociolinguísta deve procurar sistematizar a variável também na estrutura social, isto é, identificar como a variável encontra-se estratificada nas diversas camadas sociais.

O *problema da avaliação* põe em destaque o fato de que o falante não aceita passivamente o modo como a língua se modifica, uma vez que, ele avalia positivamente as formas com as quais se identifica dentro do grupo social a que pertence, ou as de um grupo que, para ele, é de prestígio, e, por outro lado, pode avaliar negativamente outras; o que pode

fazer com que os processos de mudança sejam implementados ou freados. Os sociolinguistas sustentam ainda que estágios iniciais de mudança estão fora do nível de consciência dos falantes, de modo que eles não os percebem; ao passo que, em estágios posteriores, variações estilísticas e estratificações sociais começam a aparecer, evitando-se, em situações mais formais, as formas inovadoras, estas, geralmente, desprestigiadas. (cf. Labov, 1982, p. 80).

À medida que a comunidade se torna mais consciente da mudança, observa-se o surgimento de reações negativas, podendo a forma inovadora ser estigmatizada, ou ainda, podem existir reações corretivas (expressas em manuais e gramáticas); até que, a depender da sistematização da variável na estrutura lingüística e social da comunidade, pode ocorrer a aceitação generalizada da forma inovadora, podendo esta ser utilizada em situações formais e pelo grupo social de maior prestígio.

Nesse sentido, reforça-se a idéia de que pressões sociais atuam no presente da língua, pois, quando duas formas entram em competição, logo se associam aos valores sociais característicos dos falantes que as empregam, de modo que a reação subjetiva dos falantes pode alterar o curso de uma mudança, ou mesmo fazer retroagir um processo, na medida em que os membros de uma comunidade, ao tomarem consciência de que está ocorrendo um processo acentuado de mudança, tendem a avaliá-la positivamente ou negativamente, utilizando ou rejeitando a forma inovadora (cf. Labov, 1982, p. 76-80).

É por essa razão que a avaliação subjetiva ou julgamento social das variantes pode servir como indicador das mudanças em curso na comunidade, pois em muitos casos, a uniformidade dos padrões de avaliação se antecipa à uniformização dos padrões de uso, refletindo tendências de mudanças dentro da comunidade (cf. Lucchesi, 2002, p.67).

O ***problema da implementação*** da mudança visa a responder por que uma dada mudança ocorreu no momento e lugar em que ocorreu? Ou seja, *por que ocorreu em um*

momento e em lugar determinados, e não em outro momento e/ ou em outro lugar? Esse é considerado um dos mais difíceis problemas da teoria da mudança, e, quando se busca solucioná-lo dentro do modelo sociolingüístico, as dificuldades aumentam, pois terão que ser observados um grande número de fatores, tanto internos, quanto externos, que podem interferir no processo de mudança.

Nesse sentido, cabe observar que o modelo sociolingüístico ainda mantém o enquadramento da mudança nos termos de sua (s) causalidade (s), já observado no enquadramento estrutural-funcionalista, uma vez que, o seu objeto de estudo será compreendido como uma organização complexa de causas e efeitos, que envolve fatores lingüísticos e sociais. Por isso, nesse modelo, o problema da implementação, tem recebido tanta ênfase, na medida em que se identifica a implementação da mudança à descrição dos seus mecanismos de implementação, ou seja, à descrição dos mecanismos de causa e efeito que constituem o processo de mudança (cf. Lucchesi, 1998, p. 194).

A propósito, Mussa (1991, p. 72-98), em uma excelente exposição a respeito de “causa em lingüística histórica”, adverte-nos do quanto é complicado trabalhar em diacronia considerando-se a existência de **causas** que determinam certas mudanças, pois conforme argumenta, à página 74:

Ao tentar estabelecer que fatores são causas da mudança e quais não são, por vezes excluindo terminantemente uns e incluindo outros, o diacronista cai na impossibilidade de responder satisfatoriamente à questão: por que o fenômeno a ocorreu na língua X e não na Y e por que ocorreu em X no tempo t_1 e não em t_2 ? Na verdade, essa questão jamais poderá ser respondida pelo simples fato de que dada uma situação A é impossível predizer sequer se haverá mudança, muito menos em que direção. Se a causalidade necessária implica a previsibilidade unívoca e infalível de efeito, não há na história das línguas nenhum fator causal.

A citação acima, além de trazer uma observação muito lúcida acerca do fenômeno lingüístico, é bastante pertinente para o que está sendo explanado nesta seção, pois ratifica a nossa crença de que, de forma alguma, pode-se desprezar, na análise do fenômeno da mudança lingüística, os diversos contextos sócio-históricos, e, estes, como está explícito neste texto, não como causas, mas como condicionantes do processo.

Assim, ainda abordando o problema da implementação da mudança lingüística, podemos afirmar que, nesse ponto, há uma evidente contradição com a concepção de que a realidade da mudança é marcada pela complexidade e heterogeneidade, ligada à estrutura social e lingüística da comunidade, posição defendida pelos próprios princípios teóricos da Sociolingüística, já que, o problema da implementação assume, de certa forma, ser possível a explicar a mudança no sentido de causa e efeito.

Para concluirmos essa discussão acerca da Sociolingüística, salientamos, mais uma vez, que o modelo sociolingüístico, embora muito esclarecedor para a questão da mudança e muito diferente de estudos anteriores, contou com contribuições valiosas de outros lingüistas que também sentiram a necessidade de aliar à descrição lingüística explicações de ordem histórica, sociais e ideológicas, conforme aqueles já citados neste trabalho.

Dado o exposto, podemos afirmar que a Sociolingüística é um modelo teórico-metodológico muito adequado para o trabalho de pesquisa aqui desenvolvido, pois permite que se chegue, através de análises sincrônicas, a importantes conclusões acerca do desenvolvimento das línguas, tendo como premissa a crença de que os fenômenos observados no eixo sincrônico estão relacionados ao diacrônico, já que, contrariamente ao que ocorria com o modelo estruturalista, não se trabalha com a idéia de um corte rígido entre sincronia e diacronia. Logo, esse modelo relaciona-se com os objetivos desta pesquisa, no sentido de

permitir uma análise coerente sobre a história da língua portuguesa do Brasil, a partir de análises sincrônicas da língua falada.

2.1.2 A Transmissão lingüística irregular

Como já foi salientado, na subseção anterior, o fenômeno da mudança lingüística constitui um problema basilar para a ciência da linguagem; estando, pois, no centro da atenção de estudiosos de todos os tempos e sendo tratado por diferentes suportes teórico-metodológicos.

Dessa forma, é lícito postular que o ramo da ciência lingüística que se ocupa dos casos de contato entre línguas, denominado por Crioulística – e dentro deste está o conceito teórico da *Transmissão Lingüística Irregular* – é, na verdade, uma teoria para o fenômeno da mudança lingüística, uma vez que seus princípios irão estar, a todo tempo, norteados pela intrigante questão de como entidades lingüísticas transformam-se em uma nova variedade lingüística. Ressaltamos, assim, a importância que desempenham nesses processos de mudanças os casos de variação lingüística decorrentes de fatores lingüísticos e extralingüísticos, o que faz com que essa teoria se relacione diretamente com a Teoria da Variação e da Mudança lingüística, aos moldes de WLH (1968) e Labov (1963, 1966, 1972, 1982, 1994).

Assim, as teorias que enfocam a importância do contato entre línguas no desenvolvimento das línguas irão trabalhar com a hipótese de que a soma dos contextos sócio-históricos é fundamental para que as línguas assumam determinadas feições. Portanto, nega-se a relevância de conceitos abstratos que direcionam a mudança, no sentido de causarem ou determinarem certos fatos na história das línguas.

É importante salientar que existe uma teoria que assume uma posição oposta a essa concepção sócio-histórica acerca do fenômeno da mudança. Trata-se da teoria da *deriva lingüística*, constituída no âmbito do estruturalismo, em que se acredita que as variações individuais na fala são irrelevantes no processo de mudança, assinalando que a história das línguas se dá por uma seleção inconsciente de algumas variantes por parte da comunidade, seguindo tendências que seriam imanentes às línguas específicas.

Esse conceito de deriva (*drift*) aplicado à mudança lingüística foi trazido à cena a partir do trabalho do lingüista norte-americano Edward Sapir (1920). Para esse estudioso, haveria uma direção para as mudanças lingüísticas prefiguradas no sistema lingüístico. Nesse sentido, como assinala Andrade (2003, p.50), a crença de que a deriva natural da língua é o fator determinante para as mudanças lingüísticas é a solução encontrada pelos estruturalistas, que não reconheciam as variações na fala como passíveis de sistematização.

Logo, considerar os casos de mudanças lingüísticas decorrentes do contato entre línguas significa negar uma tradição muito forte em Lingüística, em que se acredita que se estudando os fatos da língua, por análises estritamente lingüísticas, chega-se a uma explicação geral do fenômeno lingüístico.

Frente a essas colocações, cabe destacar como se dá a importância dos contextos sócio-históricos no fenômeno de evolução lingüística, seja no que concerne à uma mudança radical nas línguas, gerando o surgimento de uma nova língua, seja num processo mais atenuado de mudança, em que se assiste a um surgimento de uma variedade de língua já existente, sem que se possa afirmar que tenha surgido uma nova língua.

Um contexto sócio-histórico muito peculiar para a história das línguas é, sem dúvida, aquele que diz respeito às situações em que povos diversos são postos em contato,

tendo que conviver com diferenças das mais diversas ordens, de modo que o fenômeno da alteridade torna-se a peça-chave nas relações interpessoais.

Assim, em termos lingüísticos, esse contato entre povos tão etnolingüisticamente diversos constitui-se num rico manancial para pesquisas, constituindo uma espécie de laboratório para o entendimento da linguagem humana, notadamente no que diz respeito à gênese das línguas, já que permite que se veja “ao vivo” os mecanismos pelos quais vão se formando sistemas lingüísticos.

Nesse sentido, a expansão mercantilista e colonialista da Europa, marcante na história da humanidade, nos séculos XV a XIX, foi o fato sócio-histórico que mais proporcionou o contato entre povos e, conseqüentemente, o contato entre línguas, gerando, assim, ou a formação de uma língua historicamente nova, ou a formação de uma nova variedade histórica da língua que predominava na situação de contato, este último caso é o que se verifica no Português do Brasil, conforme expusemos no capítulo 1 desta dissertação.

A Propósito, não é difícil imaginar como se dava esse contato entre povos tão diversos. Os europeus, em sua ânsia por lucros imediatos e movidos pelo desejo “de conhecer o desconhecido”, afugentaram medos, lançaram-se aos mares e encantaram-se com o Novo Mundo; contudo, sem deixar de passar esse encantamento pela lente do etnocentrismo, ou, mais precisamente, pelo eurocentrismo, na medida em que para além de todo o encantamento com as maravilhas do Novo Mundo, os ameríndios e asiáticos eram vistos pelos europeus, basicamente, como selvagens.

Conseqüentemente, sobressaiu-se a qualquer espécie de curiosidade e encantamento ante o novo a possibilidade de se obter fortuna imediata. Daí, terem sido fundamental a escravização e importação de mão-de-obra que atendessem às expectativas desse empreendimento. Foi assim que para a América foram enviados milhões de negros africanos

que se viram banidos de todos os seus direitos enquanto seres humanos. Contudo, apesar de todas as condições desfavoráveis à utilização de uma linguagem verbal articulada, esses povos desprovidos de todos os seus direitos de seres humanos, viram aflorando, mesmo que precariamente, uma forma de utilizarem um sistema de comunicação, que resgatava assim um dom que lhes era próprio. Falamos, pois, no surgimento de um código emergencial de comunicação que surge nessas situações, podendo implementar-se e aprimorar-se, a depender de certos fatores que estão em jogo no contexto sócio-histórico.

Essa situação pode ser prototicamente esquematizada da seguinte forma: um grupo de adultos, falantes de várias línguas, são postos em contato com uma língua de um grupo dominante que passa a ser utilizada para as necessidades comunicacionais inevitáveis. Nessa situação de multilingüismo generalizado, forja-se um vocabulário comum, com base na língua do povo dominador (a chamada língua de superstrato), uma vez que, nessa situação de tamanha diversidade lingüística, a língua desse grupo dominador é o único elo de ligação, isto é, uma espécie de norte na odisséia babélica do contato entre línguas.

Na crioulística, esse vocabulário sucinto, forjado para que se possibilite uma comunicação inicial, é denominado tecnicamente de **jargão**. Nesse sentido, é importante salientar que, na literatura sobre o assunto, manteve-se, durante muito tempo, a visão de que o processo de evolução desse código emergencial se dava na seguinte ordem: **jargão** > **pidgin** > **crioulo**, ou seja, que, a partir desse vocabulário reduzido, que desempenhava funções comunicacionais muito restritas, apresentando grande erosão gramatical, surgiria uma **língua pidgin**, desde que se mantivesse a situação de contato, de modo que ia ocorrendo progressivamente o incremento de redes de comunicação verbal, criando, conforme destaca Lucchesi (2003), “novas demandas expressivas para o código de comunicação emergencial, o jargão, ampliando o seu leque de funções”.

Desse modo, esse código emergencial ampliado, minimamente estruturado, com certa composição estrutural – **língua pidgin** – tende a se nativizar, na medida em que crianças do grupo dominado vão nascendo tendo esse pidgin como modelo para a aquisição de sua língua materna, dando origem a chamada **língua crioula** (termo *crioulo*, com sentido etimológico de ‘aquele que nasce no lugar’).¹⁰

Assim, em termos gerais, pode-se afirmar que o que ocorre no processo de pidginização e criouliização – respeitando-se os graus de intensidade, que variam a depender de situações específicas em que se dá o contato entre línguas – é um processo de erosão da estrutura da língua alvo, seguida de sua recomposição (cf. Lucchesi, 2004).

Contudo, apesar de a situação exposta acima ser consensualmente aceita como arquetípica do processo de contato entre línguas, não se pode esquecer que, dentro de uma concepção sócio-histórico-cultural do fenômeno lingüístico, faz-se necessário considerar a existência de certas nuances no processo de mudanças lingüísticas. Nesse sentido, é muito mais adequado, trabalhar com o conceito teórico de *transmissão lingüística irregular*, e não apenas em termos estritos das situações típicas de pidginização e ou criouliização (esboçadas acima), pois determinados fatores podem levar não a ocorrência de uma língua pidgin e/ ou crioula propriamente dita, mas a um processo de singularidades da língua alvo. Esses fatores podem ser, conforme Baxter e Lucchesi (1997) e Lucchesi (2000; 2003), por exemplo:

- i) a facilidade de acesso dos falantes das outras línguas e de seus descendentes aos modelos da língua alvo;

¹⁰ Em abordagens mais recentes, considera-se também a possibilidade de a nativização ocorrer antes da estruturação do *pidgin* como língua de intercurso na comunidade. Desse modo, as crianças que nascem têm como modelo o jargão incipiente usado como meio de comunicação emergencial, e, o processo de criouliização é, nesses casos, muito mais radical.

- ii) a proporção relativa entre a população de escravos e a população de escravos e a população dominante;
- iii) a homogeneidade ou a heterogeneidade lingüística da população escrava
- iv) a continuidade da importação de novos escravos;
- v) a taxa de natalidade da população formada durante o período de contato ;

Assim, a idéia de crioulização variável respeita a visão de que para o entendimento do fenômeno lingüístico, tem que se observar a estrutura social ampla em que se atualiza a estrutura lingüística. Nesse sentido, foram Baker (1982) e Bickerton (1984) que postularam que podem ocorrer, nos casos de contato entre línguas, situações que levam à formação de um crioulo radical, quando ocorre um maior período de prevalência do jargão, (a exemplo do que ocorreu na formação do crioulo haitiano), ou, por outro lado, um processo de transmissão lingüística do tipo mais leve (como deve ter ocorrido nas variedades rurais do português do Brasil), em que não se origina outra identidade lingüística, mas uma variedade da língua alvo. Considerando-se, portanto, essa visão do processo de crioulização como um processo variável é correto afirmar que os casos de formação de uma língua crioula estão no extremo do *continuum* da transmissão lingüística irregular.

Na caracterização de uma língua crioula, deve ser considerado, portanto, parâmetros sociolingüísticos e estruturais. Em termos sociolingüísticos, o acesso às línguas européias costuma ser bastante limitado em função de razões sociais apontadas acima, de modo que as mesmas apresentam como características estruturais certas simplificações gramaticais, permanecendo, apenas os itens lexicais de maior transparência semântica e de maior funcionalidade para o ato comunicacional, ocorrendo ou uma otimização de itens gramaticais ou a gramaticalização de itens lexicais. Conseqüentemente, conforme aponta Baxter e

Lucchesi (1993, p. 72), as línguas que passaram por um processo de transmissão lingüística irregular apresentam entre outras características, traços, como:

- i) Perda ou variação na concordância de gênero;
- ii) Perda ou variação na concordância de número;
- iii) perda ou variação na morfologia verbal flexional;
- iv) Perda ou variação de flexões de caso e gênero pronominais;
- v) Perda da maioria das preposições

Já, nos casos em que as condições sócio-históricas não chegam a permitir a formação de uma língua crioula, não se deixa de assistir a uma série de reduções na estrutura lingüística da língua alvo. Isso se dá por que ocorre, em todos esses casos de transmissão lingüística irregular, uma transição geracional da língua alvo, adquirida como língua segunda (L2), para a nativização como língua materna (L1). Expondo de forma mais clara, o processo de aquisição lingüística pela criança, que, em condições normais, se dá pela aquisição de um quadro estrutural bem definido, não obstante a presença de variações, é diferente do que ocorre no processo de aquisição/ criação da língua alvo nas situações de contato entre línguas, devido às especificidades das situações sócio-históricas listadas acima.

Assim, nessas situações de contato entre línguas, as características estruturais de L2 influenciam fortemente os dados lingüísticos primários (PLD) na aquisição da língua alvo nativizada, como L1. Essas tendências estruturais de L2 são o reflexo de restrições psicolingüísticas que atuam sobre a aquisição de uma L2 por adultos, e, portanto, vão ter sérias conseqüências para as subseqüentes gerações de falantes de L1 em situações

transmissão lingüística irregular, ou seja, de uma criouliização de tipo leve (cf. Baxter, s/d, p. 13).

De tal modo, pode ser postulado, em linhas gerais, que se origina, nessas situações de contato entre línguas, uma aprendizagem imperfeita do português¹¹, gerando uma terceira modalidade lingüística, isto é, nem seria uma língua africana (L1), nem a língua portuguesa (L2), e sim uma “L3”, uma espécie de “interlanguage systems”, conforme destaca Celani (1997), referindo-se à modalidade que surge nas situações de aprendizagem de segunda língua.

Ou seja, nesses casos de contato entre línguas, surge uma variedade segunda da língua alvo (cf. Lucchesi, 2003, p.273), a qual forneceria os dados lingüísticos primários para os seus descendentes¹², momento em que ocorre um incremento das funções comunicativas, devendo haver conseqüentemente uma expansão gramatical do código emergencial.

Assim, acredita-se que, em todo e qualquer processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo contato entre línguas, estarão presentes estruturas típicas correntes em processos de aprendizado assistemático de segunda língua, a exemplo da variação ou perda da morfologia flexional e de regras de concordância verbal e nominal (conforme, Lucchesi, 2000 e Andrade 2003).

No caso específico do Português do Brasil, não se pode falar em termos de uma criouliização propriamente dita do português (conforme exposto no capítulo anterior desta dissertação), principalmente, por que não ocorreram transferências de estruturas de línguas de substrato para a língua alvo, já que o acesso à língua alvo não era tão dificultado como nos casos de uma criouliização propriamente dita. Por outro lado, esse contato não deixou de

¹¹ Segundo Couto (1996), Coelho (1880) foi o primeiro a apontar essa explicação de que os escravos aprendiam a língua lexificadora de forma imperfeita.

¹² Atente-se para a teoria de Lightfoot (1979; 1991) a respeito da explicação para as mudanças lingüísticas, o que, segundo tal estudioso, se daria no momento da aquisição, em que as crianças, mudariam de parâmetros gramaticais a partir da presença ou ausência de *dados robustos*.

influenciar a feição peculiar do PB, como podemos notar, por exemplo, na perda de flexão de caso dos pronomes, muito verificada naqueles dialetos que guardam mais resquícios de seu passado criouliizante. Vejamos alguns exemplos retirados de inquéritos pertencente ao banco de dados do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*:

(1) “Ele ficava mais grosso, ficava discutino com eu” (SP-inq05)¹³;

(2) “... ó, só num já matei tu e ela, cause que eu num tenho revolve bom.” (SP-inq05);

(3) “... que batizô meu menino e gosta muito de eu e a mulé com ele, minha fia, den’de Valença aqui cara com cara com marido e com ele” (SP-inq05);

(4) “levô nós lá no somitério, mostrô. Jônata, foi: “ô Jônata, cê vai?” (HV-inq20);

(5) “Aqueles ponto ali, isso atrapaia a gente pra danado” (HV-inq04);

(6) “Nunca interessô em botá a gente pá estudá. Me lembro que eu entrei nessa escola...” (HV-inq03)

¹³ Os códigos entre parênteses indicam os inquéritos onde foram retirados os exemplos. Assim, SP-inq05, corresponde ao inquérito 05, gravado em Sapé, já HV-inq20, ao inquérito 20, gravado em Helvécia, e assim por diante.

No mesmo quadro de variação ou de perda da flexão de marcação de caso morfológico, deve ser entendido o comportamento dos pronomes possessivos, objeto de estudo desta dissertação, conforme será exposto no capítulo seguinte desta dissertação.

3. O FENÔMENO EM ESTUDO: O SISTEMA DE POSSE NAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS ISOLADAS

3.1 O SISTEMA DE POSSE NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

A tradição gramatical apresenta o sistema de posse, sob o rótulo de “*Pronomes possessivos*”, como um sistema bem simples e em equilíbrio, em que se explicita que os possessivos denotam o que cabe ou pertence às pessoas gramaticais. Desse modo, em gramáticas tradicionais e normativas, geralmente, aparecem quadros ilustrativos como o apresentado por Cunha e Cintra (1985, p.310) – exposto no QUADRO 3.1, a seguir, – de cuja leitura se pode presumir que existe uma homogeneidade no uso das formas indicativas de posse e uma correlação direta, quase que obrigatória, entre os pronomes pessoais e os possessivos.

QUADRO 3.1 – Sistema de posse, segundo descrição de Cunha e Cintra (1985, p.310)

	Um possuidor		Vários possuidores	
	Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1 ^a pessoa masc.	meu	meus	nosso	nossos
fem.	minha	minhas	nossa	nossas
2 ^a pessoa masc.	teu	teus	vosso	vossos
fem.	tua	tuas	vossa	vossas
3 ^a pessoa masc.	seu	seus	seu	seus
fem.	sua	suas	sua	suas

Segundo essas descrições tradicionais, espera-se que, quando o falante utilize o pronome pessoal *tu*, utilize o possessivo *teu*; quando utilize o pessoal *ele*, utilize o possessivo *seu*; quando utilize o pessoal *vós*, utilize o possessivo *vosso* e assim sucessivamente. São, pois, descrições artificiais, que não condizem com a realidade lingüística do Brasil, principalmente, quando consideramos a marcante variação no quadro dos pronomes pessoais, que será comentada na seção 3.1.1 deste trabalho.

Assim, uma análise mais acurada no comportamento real desse sistema, revela-nos que há várias formas de se indicar posse na língua portuguesa, que não apenas as referidas pela tradição gramatical. Podemos, assim, argumentar que a correspondência direta entre os pronomes pessoais e os possessivos nem sempre ocorre numa direção unívoca (conforme, também, veremos com maiores detalhes na seção 3.1.1 desta dissertação). Por enquanto, uma observação em construções como as exemplificadas em (1), (2) e (3)¹⁴ ratifica a nossa afirmação:

(1) *Tu* me emprestou o *seu* livro.

(2) *Você* encontrou o *teu* caderno?

(3) *Nós* achamos a compra *da gente* muito cara.

Desse modo, focalizaremos, nesta seção, uma discussão mais ampla acerca do sistema de posse, isto é, sobre a dita relação possessiva na língua portuguesa, apresentando as principais características e funções do elemento indicativo da posse. De início, ressaltamos que a relação possessiva é uma relação bipessoal que se estabelece entre um núcleo (um nome) e uma pessoa à qual se refere o elemento possessivo. Esse elemento tem a função de recuperar essa pessoa, seja no texto (função fórica), seja na situação (função dêitica); assim, no exemplo (1), exposto acima, *seu* estabelece a ligação entre *livro* (o núcleo no sintagma da relação possessiva, o possuído) e *tu* (a pessoa gramatical, o possuidor).

¹⁴ Exemplos fictícios, porém, bastante ilustrativos.

Vê-se, pois, que a relação possessiva, por envolver dois referentes, ocasiona uma concordância de gênero e de número não tão simples quanto nas demais categorias descritas pela tradição gramatical. Quanto à concordância de gênero, por exemplo, numa construção como “João comprou a *sua* casa”, o possessivo está no feminino concordando com o possuído “*casa*”, núcleo do sintagma da relação possessiva, embora o referente possuidor seja do gênero masculino. Isso ocorre porque, na língua portuguesa, os possessivos concordam em gênero e em número com o substantivo que designa o referente possuído; e, em pessoa, com o referente possuidor.

No que diz respeito à concordância de número, não podemos ignorar que esta se configura problemática na língua portuguesa, em especial, nos casos em que há apenas um possuído e dois ou mais possuidores; de maneira que, caso se utilize a forma possessiva canônica – o pronome possessivo – ocorre, se não uma agramaticalidade, uma inaceitabilidade, a exemplo da construção “João, Maria e *seus* filho” (posse coletiva), em que o uso da forma *seu* (no singular) poderia indicar que o filho era de apenas um dos dois referentes, o que é evitado, quando se utiliza a forma analítica *deles*: “Maria, João e o filho *deles*”.

A propósito, vale destacar que esse problema na concordância de número, que se dá na língua portuguesa, não existe em outras línguas. Na língua inglesa, por exemplo, há formas morfológicamente distintas, conforme a posse seja referente à terceira pessoa do singular (um referente possuído) ou à terceira do plural (mais de um referente possuído); assim, temos “Mary, John and *their* children”; e, do mesmo modo, na língua francesa, há as formas *son/ sa/ leur*, sendo, esta última, a utilizada quando existem mais de um referente possuidor (logo, com o traço + *plural*).

Assim, nesta explanação geral acerca da relação possessiva segundo a tradição gramatical, devemos ressaltar que os elementos tradicionalmente rotulados como possessivos, nem sempre, são identificados como formas indicadoras de posse, ou seja, o “possuidor” não necessariamente possui, de fato, o “possuído”, uma vez que, para tal, seria necessário que o possuidor fosse marcado com os traços [+animado] e [+humano] e o possuído fosse caracterizado pela ausência desses traços, o que sabemos que nem sempre se dá. A respeito dessa questão, expõe Neves (1993, p. 149):

Os chamados *pronomes possessivos* vêm sendo tradicionalmente conceituados como elementos que indicam relação de posse entre um “possuidor” e um “possuído”. Intui-se, por vezes, que só num sentido muito amplo se possa considerar que tais termos nomeiam a verdadeira relação que entre esses elementos o chamado *possessivo* estabelece.

Nesse sentido, acrescenta a autora que, em ocorrências como as três seguintes, coletadas por ela em inquéritos do NURC, não há, na verdade, uma relação possessiva:

(8) O Flávio Cavalcanti talvez com todas as *suas* desgraças (D2-SP-333:262.1172)

(9) Vou fazer *minha* propaganda (D2-RE-05:27.1176)

(10) Nós estamos vivendo ainda um problema, então torna-se um pouco difícil a *sua* análise (D2-SP-225:1338)

Do mesmo modo, Bagno (2001, p.20), numa discussão não tão aprofundada como a de Neves (1993), levanta questionamentos acerca da função exclusiva de atribuir posse dos elementos possessivos:

(...) Percebemos então que é muito mais rico o uso dos possessivos, que não se limitam ao tradicional “atribuir posse de algo a alguém”, mas servem para *estabelecer relações* variadas entre as pessoas do discurso e os nomes que os possessivos qualificam (...)

O autor apresenta, então, alguns exemplos, como os três expostos abaixo, argumentando que é impossível alguém ter “a posse” de *uma ausência*, de *uma vez* e de *uma frente* :

(11) Volta logo, querida! *Tua* ausência me faz sofrer muito!

(12) Chegou a *nossa* vez de exigir respeito.

(13) Dá para você sair da *minha* frente, por favor?

Nesse sentido, trazemos à tela uma importante discussão apresentada por Monteiro, autor de um importante estudo sobre os pronomes pessoais no português do Brasil, e que mostrou sua perplexidade diante do fato de que lingüistas e gramáticos, até os dias atuais, continuam a tratar dos possessivos como se não fossem pessoais (1994, p. 117):

Ora, em qualquer nível de análise, a interpretação deve ser simplificada: morficamente, os possessivos se prendem à constituição ou mesmo radical dos pessoais, conforme já demonstramos¹⁵; sintaticamente, completam o esquema de funções pronominais; semanticamente, toda possessividade é pessoal, sendo um atributo da noção de pessoa.

Dessa forma, Monteiro (1994, p. 116) propõe que se elimine o grupo dos possessivos e se interprete os mesmos como pessoais. Essa observação é feita pelo autor,

¹⁵ Anteriormente, o autor apresenta o seguinte esquema:

/me/ + /u/ > meu(s) – /mim/ + a .> minha (s)

/te/ + /u/ > teu (s) – */tu/ + a > tua(s)

/se/ + /u/ > seu(s) – */su/ + a > sua(s)

/nos/ + /u/ > nosso(s), nossa(s)

principalmente, baseando-se na premissa de que o que realmente os possessivos expressam é uma relação com as pessoas do discurso, pois a idéia de posse nem sempre é fundamental (conforme expusemos anteriormente).¹⁶

Esclarecemos, então, a nossa posição em relação à pessoalidade da relação possessiva, bem como a maneira pela qual procedemos em nossa análise empírica a respeito desses casos em que não há, nem explicitamente nem implicitamente, uma idéia de posse. Nesse sentido, coadunamos com a afirmação de Dapena (1982), *apud* Monteiro (1994, p.115-116), de que:

os possessivos têm uma função adjetiva, mais especificamente de adjunto adnominal, já que estão sempre qualificando um nome; sendo sua função indicar a relação entre o objeto representado pelo substantivo a que se referem e uma pessoa gramatical. Isso significa que esses pronomes têm dois conteúdos diferentes: um *conteúdo relacional*, comum a outros adjetivos, e um *conteúdo pessoal*, que é precisamente o que os diferencia dos demais adjetivos.

Desse modo, “minha casa”, ao mesmo tempo, em que qualifica *casa*, estabelece uma relação com a pessoa do discurso (no caso, a pessoa que fala, ou seja, *eu*). Essa distribuição dos possessivos como adjuntos é crucial para a separá-los dos pronomes pessoais que funcionam sempre como núcleos de um SN. Por outro lado, sabemos que existem construções como “meu amigo”; “minha vez”; “na minha frente”, em que se faz necessário considerar uma idéia mais ampla da posse; é essa idéia que defendemos nesta dissertação, pois consideramos a existência de posses abstratas (apresentadas com maiores detalhes na subseção 4.5.2.4 desta dissertação).

¹⁶ Exemplos do autor, à página 117, ilustram essa idéia de que os possessivos nem sempre expressam posse: “Maria tem talvez *seus* trintas anos” (sentido de aproximação); “*minhas* senhoras” (sentido de reverência) etc.

Vendo a questão por esse ângulo, é notório que existe uma gama enorme de funções expressas pelo elemento possessivo que não apenas a de indicar posse. Porém, como o nosso objetivo nesta dissertação é analisar as estratégias de indicação de posse – considerando casos de posse *material*, *abstrata* e *inalienável* – só serão analisados os casos em que existe a indicação de posse e, sendo assim, tivemos que excluir uma série de usos (expostos no capítulo 4) que apesar de apresentarem os pronomes possessivos não estabelecem uma relação de posse (em nenhum dos três tipos considerados); do mesmo modo, tivemos que incluir outros usos que não apresentam o elemento formalmente possessivo, mas que são indicadoras de posse, a exemplo das construções genitivas iniciadas pela expressão *de*. Nesse sentido, é importante ressaltar que o pronome na língua portuguesa é a única categoria gramatical que ainda traz vestígio dos casos latinos, marca essa que, ao menos na norma popular do PB, sofre perda ou variação, como: “Ela mora *mais eu*”; “Eu vou batê em tu”, conforme expusemos no final do capítulo 1.

No caso específico dos pronomes possessivos – ou, como defende Monteiro (1994, p.115-116), as formas adjetivas dos pronomes pessoais propriamente ditos – sabemos que a perda é ainda mais evidente. Existem, assim, na língua portuguesa do Brasil, diversas estratégias para expressar a posse, tais como:

a) Expressões iniciadas com a preposição *de* + SN:

“Casa *de João*”

b) Expressões iniciadas com a preposição *de* + pronomes pessoais do caso reto¹⁷:

“Casa *dele (a) (s)*”

c) Expressões iniciadas com a preposição *de* + pronomes de tratamento:

¹⁷ Por enquanto, consideramos apenas a possibilidade da existência da expressão *de + ele*. Adiante, discutiremos a possibilidade de ocorrerem expressões possessivas formadas por *de* + outros pronomes pessoais do caso reto.

“Casa *de* você (*s*)”¹⁸
“Casa *do* senhor (*a*)”

d) Expressões com categoria vazia:

“Aquele, é filho ϕ ”

“João, Maria e o ϕ filho”

e) Expressões iniciadas com a preposição *de* + *a gente*¹⁹:

“Casa *da* gente”

Assim, consideramos que a posse pode ser realizada, também, por meio de estruturas com grupos nominais, que, segundo determinados princípios, a seguir expostos, caracterizam-se por serem típicos de marcação de genitivo. A propósito, destacamos que *relações genitivas* são aqui entendidas como sendo aquelas que permitem os seguintes testes de identificação:

(i) a relativização por *cujo*;²⁰

(ii) a possibilidade de substituição por um pronome possessivo;

As construções iniciadas pela preposição *de*, consideradas nesta dissertação, distinguem-se, pois, daquelas também formadas por *de* + N que simplesmente “qualificam”, “especificam” ou “modificam” o núcleo nominal, isto é, daquelas que são, na verdade, adjuntos, mas que não admitem a paráfrase com *cujo* e nem a substituição pelo pronome possessivo. Aliás, Müller (1997, p.112), numa abordagem gerativista, defende que nessas

¹⁸ Posteriormente, discutiremos a gramaticalidade ou não da expressão *de você*.

¹⁹ Estamos considerando a expressão formada por *de* + *a gente* separadamente dos pronomes pessoais e dos de tratamento devido à imprecisão com que é tratada a forma *a gente*, ora como pronomes de tratamento, ora como pronome de referência pessoal.

²⁰ Esse critério foi inspirado na observação que faz Rodrigues (1974), argumentando que complementos nominais são presididos por processos de relativização, em que, por exemplo, construções como “a casa do patrão” é interpretada semanticamente e sintaticamente como: “a casa é do patrão”, ou, “a casa que é do patrão”, diferentemente do que ocorre em construções como “uma coisa de ferro”, em que se associa a um traço [+ matéria] e não como possessivo.

construções a expressão iniciada pela preposição *de* são não-argumentais, isto é, são adjuntos.

A autora ilustra essa sua opinião com o seguinte exemplo:

(14) através do **rádio [de pilha]** ... ele pode se ligar ao resto do mundo, saber que existem outros lugares ... (NURC/ SP – 252:715)

a. *através do rádio *cuja* pilha...

b. *através do rádio *dela*...

c. *através do *seu* rádio..

Isso posto, fica claro que a nossa definição do termo *genitivo* - em consonância com Müller (1997, p. 106) - difere do que é normalmente tratado como caso morfológico em línguas como latim ou finlandês, pois, nestes casos, tem o genitivo um emprego muito mais amplo do que o considerado nesta dissertação. Muller, por exemplo, ressalta que, em latim, o caso genitivo é empregado como complementos, inclusive de verbos e adjetivos, recobrindo as seguintes situações:²¹

(i) Genitivo subjetivo

“fuga hostium” (“a fuga dos inimigos”)

(ii) Genitivo objetivo

“desiderium patriae” (“as saudades da pátria”)

iii) Expressão de possuidor:

“patris domus” (“casa do pai”)

²¹ Os exemplos em latim foram extraídos de J. Basselaar (1960), *apud* Müller (1997, p. 106).

iv) Especificação de certo item:

“virtutem continentiae non habet” (“não possui a virtude do auto-domínio”)

v) Indicação da relação parte/ todo; espécie/gênero:

“poculum vini bibit” (“bebeu um cálice de vinho”)

“est vir mei ordinis generisque romani” (“este é o homem de minha categoria social e de descendência romana”)

Assim, nesta dissertação, foram considerados casos genitivos apenas expressões com estruturas como as ilustradas em (i) e (iii), por acreditarmos que tais estruturas permitem que se realize, com sucesso, as paráfrases, expostas em (1) e (2), e, também, pelo fato de em tais construções ser possível se identificar a referência pessoal que é feita pelos elementos possessivos.

Sobre a expressão de posse na língua portuguesa é importante discorrermos, um pouco mais, sobre a estratégia da categoria vazia. Conforme já expusemos, ocorrem, no PB, construções em que se apaga o elemento indicativo de posse (seja através de recursos sintéticos, seja através de recursos analíticos), de modo que, a partir da observação em construções como a exemplificada em (15)²², pode ser deduzido que o artigo está exercendo a função formal de indicador de posse, porém o nosso ponto de vista em torno da questão da categoria vazia é de que, nestes casos, o artigo não desempenha esta função, mas que está havendo, aí, um apagamento do possessivo, tal como acontece com os pronomes sujeitos ou objetos.

²² Exemplo extraído de Monteiro (1994, p. 212).

(15) ele tem que mandar o Ø cheque ao meu banco, que então vai pagar ou simplesmente dizer meu cheque é bom (250, SP. DID. M. III).

A propósito, salientamos que ao realizarmos a nossa análise variacionista optamos por não considerarmos a estratégia da categoria vazia, devido à dificuldade que tínhamos em identificar a presença implícita da forma possessiva, em construções como:

(16) E... aqui *em casa* mesmo, é difíci o dono da tenda cobrá, né?... (HV-inq01)

Ou, **“em minha casa”**; **“na nossa casa”**; **“na casa da gente”**?

(17) Aí, vai tê que recramá *dos vizinho*, né? (HV-inq04)

Ou, **“dos meus vizinhos”**; **“dos nossos vizinhos”**; **“dos vizinhos da gente”**?; **“dos vizinhos dele(a) (s)”**

(18) Não, sempre... a gente trabaiava com os pai da gente mais *a mãe*, né? Depois que *os pai mais as mãe foi falecido*, eu casei, ...(HV-inq12)

Ou, **“mais a mãe da gente”**; **“mais a nossa mãe”**/ **“os nossos pai mais as nossas mãe”**; **“os pai da gente mais as mãe da gente”**?

Monteiro (1994, p.213) também, argumenta em favor da dificuldade em se trabalhar com a *categoria vazia*, no que diz respeito ao uso dos possessivos referente à terceira pessoa, ilustrando tal dificuldade com os exemplos seguintes:

(19) ele vai pegar uma gilete do bolso (*dele*) e arrancar um pedacinho da almofada (161.SP.DID.M.I.);

(20) é esse elefante que no circo a moça abre a boca *dele* e mete a cabeça (*dela*) dentro da boca do elefante... (216.RE.DID.F.III.)

Desse modo, vemos que a posse realiza-se na variante brasileira da língua portuguesa, por meio de estratégias diversas que vão muito além do que prega a tradição gramatical. O sistema está, pois, “em ebulição”, exibindo uma série de variações, as quais serão focalizadas especificamente na seção seguinte.

3.2 A VARIAÇÃO NO SISTEMA DE POSSE NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Vários estudos que têm sido realizados sobre o sistema de posse têm revelado vários níveis de variação e demonstrado, às vezes, configurações diferentes para cada região ou comunidade em que foi focalizado. Além disso, as interpretações dos vários estudos resultantes de diferentes abordagens, embora tenham pontos em comum, diferem um pouco umas das outras. Assim, ressaltamos que serão focalizadas, nesta seção, as análises realizadas com a fundamentação teórico-metodológica da teoria sociolinguística, o que não impede que façamos algumas considerações sobre estudos baseados em outras teorias.

Faremos, assim, uma exposição enfocando o comportamento do possessivo, ou melhor, da reestruturação do sistema de posse, divisando-o, na medida do possível, separadamente, por pessoa gramatical. Começaremos abordando a variação na expressão de posse referente à terceira pessoa, por ter sido essa pessoa a mais analisada.

3.2.1 A posse referente à terceira pessoa gramatical

Sabemos que a posse referente à terceira pessoa gramatical sempre foi ambivalente, já que sempre serviu tanto à terceira pessoa do singular, quanto à terceira do plural; contudo, quando a forma *seu (a) (s)* passou a ser utilizada para fazer referência à posse de segunda pessoa, com referência dêitica, em frases como: “Maria, vi Carla com *seu* namorado”, iniciou-se um processo mais acentuado de variação, no uso dos possessivos, entre as formas *seu (a) (s)* e *dele(a) (s)*.

Esse aumento da ambigüidade da forma *seu (a) (s)* ocorreu devido ao implemento da forma *você(s)* no sistema de pronomes pessoais sujeito, entrando em concorrência com a forma *tu/vós*, de modo que, em algumas regiões do Brasil, substituiu totalmente a forma canônica. A introdução da forma *você (s)* acarretou, então, uma série de modificações no sistema dos possessivos e dos clíticos, visto que são correlacionados; principalmente, porque, pela norma, a forma *você (s)* concorda morfológicamente com a terceira pessoa gramatical, enquanto sistematicamente equivale à segunda pessoa.

Nos estudos realizados por Silva (1982, 1984, 1996), a forma *dele*, que concorre com a forma tradicional *seu* para o sujeito na terceira pessoa do discurso, é vista basicamente como uma forma desambigüizadora, embora não obrigatoriamente, uma vez que qualquer variação caracteriza-se pelo caráter de não obrigatoriedade. Para essa autora, a ambigüidade presente no uso da forma *seu* pode ser decorrente de três fatores: (i) a dificuldade de recuperar o referente possuidor em sentenças com dois referentes, todos de terceira pessoa, como em “Ele disse a João que *seu* livro tinha caído”²³; (ii) a dificuldade de se utilizar a forma *seu* quando o número semântico do possuidor não coincide com o do possuído (a ambigüidade de número, a que já nos referimos na seção anterior); (iii) a dificuldade de se estabelecer, no discurso oral, o referente possuidor do possessivo *seu (a)(s)*, já que, após a introdução da

²³ Exemplo de Silva (1984, p. 55).

forma *você*, pode haver a interpretação *seu* = *de você* ou *de vocês*. A título de ilustração desse último tipo de ambigüidade, apresentamos um trecho do inquérito HV-inq09, pertencente ao arquivo do Projeto Vertentes, em que há uma variação análoga gerada pelo uso de “da senhora”:

(21) *DOC: Qual é o nome da senhora?*

INF: Luíza.

DOC: Não, da senhora que pegava as menina.

*INF: Ah! A que pegava era finada Pombinha. ‘Gente cham’ela Pombinha, mas o nome **dela** era Joana.*

Observando os três fatores que podem causar ambigüidade no uso da forma *seu*, vemos que a terceira pessoa já traz uma forte tendência a favorecer o uso de expressões genitivas *dele (a) (s)*, pelo fato de estruturalmente apresentar uma forma “deficiente”, conforme os itens (i) e (ii) acima, de modo que a introdução da forma *você* só deve ter acelerado uma tendência motivada no próprio sistema. Assim, acreditamos que a primeira reestruturação no sistema dos possessivos tenha se iniciado na terceira pessoa gramatical.

O quadro seguinte, apresentado por Silva (1984, p. 70), sintetiza o uso das formas indicativas de posse referente à terceira pessoa gramatical no português do Brasil:

QUADRO 3.2 – Síntese da expressão de posse referente à terceira pessoa no PB, segundo Silva (1984, p. 70)

	Não diálogo	Diálogo sem ambigüidade de número	Diálogo com ambigüidade de número
Segunda pessoa	–	seu	seu/ de você
Terceira pessoa impessoal	seu	seu	seu
Terceira pessoa não humano	seu-dele	dele	dele
Terceira pessoa pessoal	dele	dele	dele

A autora defende, nesse artigo, que a introdução da forma *dele* não expurgou o possessivo *seu* e flexões, mas que este, no PB, está presente, basicamente, na escrita, já que os seus dados revelam 14,1%, da forma *dele* na escrita, contra 75,0%, na fala. Argumenta, então, que, na fala, a forma pronominal canônica restringe-se a contextos genéricos, como : “cada um com *seu* jeito”, “Todos em *seus* lugares”; em contrapartida, em diálogos, com referência dêitica, a forma analítica, *de + ele*: “Ele falou com o pai *dele*”, “O casamento *dele* é amanhã” etc; bem como em contextos em que o referente possuidor tenha o traço [-humano], como em: “o coração e *suas* válvulas”, em vez de “o coração e as válvulas *dele*”.

Esse tema de estudo foi retomado por Silva (1996), que atesta que, na norma coloquial da cidade do RJ, existe o uso bastante difundido do genitivo *dele* em lugar do possessivo *seu* já se encontra, de modo que já se poderia aventar a hipótese de uma mudança efetivada. Baseia-se a autora no fato de que, se, nos dados coletados por ela, em 1984, a percentagem de uso de *dele* já era bastante elevada, em 1996, esse índice apresenta-se ainda

mais elevado, 92,6%, o que a faz denominar a forma *seu* e flexões como *estertora*. Conclusão semelhante acerca da substituição da forma *seu* por *dele* é referendada por Kato (1985), Perini (1985) e Cerqueira (1993 e 1996).

Negrão e Müller (1996) sobre essa substituição de *seu (a) (s)* por *dele* no PB argumentam que não há eliminação da forma sintética (*seu*) com a predominância absoluta da forma *dele*; mas a coexistência de formas no sistema pronominal, com especialização de cada uma: na posição de sujeito das sentenças, há coexistência entre a categoria lexical e a categoria vazia; já, no grupo nominal, retomando um referente possuidor antecedente, estaria havendo uma especialização segundo o eixo semântico da referencialidade, conforme demonstrado na tabela a seguir:

QUADRO 3.3 – Síntese da expressão de posse referente à terceira pessoa no PB, segundo Negrão e Müller (1996, p. 142)

ANTECEDENTE			
Possessivo	Específico	Não específico	Genérico
<i>Dele</i>	76%	54%	6%
<i>Seu</i>	24%	46%	94%

Tipo semântico do sintagma nominal antecedente e forma possessiva correspondente a sua retomada.

Assim, contrariamente à posição de Cerqueira (1993) de que um enfraquecimento geral da concordância do PB seria o fator decisivo para o desaparecimento de *seu*, causando um enfraquecimento da concordância interna do SN, essas autoras afirmam:

(...) pensamos que o que está ocorrendo é uma especialização das formas *seu* e *dele* em relação ao grau de referencialidade do antecedente: *seu* seria uma forma pronominal com comportamento de variável presa²⁴ e *dele* seria uma forma pronominal *livre*.

Também Neves (1993, p.159) apresenta um estudo cujos resultados contrastam com os de Silva (1996, p.180), de que estaria “praticamente enterrado na língua oral o pronome *seu* para terceira pessoa”, exceto nos possuidores gerais – em que *seu* teria uso categórico –. Para Neves, a forma possessiva canônica (*seu* e flexões) ainda é presente no português oral do Brasil, uma vez que, analisando dados obtidos a partir de inquéritos do NURC de São Paulo, encontrou uma variação na referência à posse de terceira pessoa, com uso da forma *seu*, na ordem 67%.

Existem duas possíveis causas para a aparente disparidade de resultados entre os dois estudos. A primeira é que a amostragem de Neves (1993) apresenta um registro culto, enquanto a de Silva (1996), um registro coloquial. Acrescenta-se que, no estudo de Neves, quando os seus inquéritos foram desdobrados, os resultados foram diferentes: nos D2, o tipo mais informal de inquéritos, os percentuais se invertem, favorecendo o uso de *dele*, na ordem de 66%, o que se assemelha aos resultados de Silva. Portanto, a diferença de resultados pode ser decorrente da diferença no nível de formalidade.

A constatação de que o possessivo *seu* era mais frequentes nas elocuições formais sugeriu a Neves (1993) investigar todos os inquéritos de tais elocuições, cujos dados

²⁴ Ligação anafórica entre SN's e o referente possuído.

mostraram que realmente predomina o possessivo *seu* na norma culta de registro formal, presente nas locuções formais do NURC, de modo que seria uma precipitação afirmar que *seu* inexistente na modalidade oral do PB (por exemplo, construções como: “Jorge Amado, em seu livro *Capitães de Areia*”, são muito comuns em elocuições formais orais).

Conclusão próxima a de Neves é apresentada por Monteiro (1994, p. 206), em que analisando dados também do NURC, obteve resultados que apontam para o não desaparecimento do possessivo *seu* referente à terceira pessoa gramatical.

QUADRO 3.4 – Sistema de posse, segundo descrição de Monteiro (1994, p.206)

Frequência dos pronomes possessivos em valores absolutos e percentuais.

POSSESSIVOS	N	%
MEU (S), MINHA (S)	554	44
TEU (S), TUA (S)	12	1
SEU (S) SUA (S) – (2ª p.)	88	7
SEU (S) SUA (S) – (3ª p.)	282	22
NOSSO (S), NOSSA (S)	132	10
DELE(S), DELA (S)	196	16
TOTAL	1264	100

Desse modo, Monteiro (1994, p. 208-209) discorda de Silva (1984, p.54) a respeito da substituição de *seu* por *dele*, apresentando, inclusive, alguns exemplos:

Mas, por outro lado, não concordamos com Oliveira e Silva (1984:54) se é que interpretamos bem o seu pensamento, quando considera o pronome *seu* como sendo apenas da segunda pessoa, acompanhando o sujeito *você* , já que a forma *dele* é reservada para a terceira pessoa, acompanhado o sujeito *ele*. Pelo menos na norma

culta, há uma razoável incidência de *seu* referente à terceira pessoa, até maior do que em relação à segunda pessoa (...)

(22) Menotti tinha o maior interesse em vincular o *seu* nome a um empreendimento dessa natureza (153.SP.EF.M.III);

(23) Ele deixou um nome bonito na escola e tem nome muito bonito na *sua* congregação (6.POA.DID.M.III);

(24) O Washington Luís estava começando o *seu* governo (153. SP. EF.M III).

Fazemos a observação de que no *corpus* que analisamos foram encontradas **59** ocorrências com o pronome *seu* e flexões (25, com o pronome *seu*; 07, com o pronome *seus*; 25, com o pronome *sua* e 02, com o pronome *suas*) e **322** ocorrências com *dele* e flexões (159 de *dele*, 131 de *dela*, 24 de *deles*, 8 de *delas*). Assim, salientamos que, excluindo-se a posse genérica e indeterminada (em que categoricamente ocorre a forma sintética *seu*), predomina absolutamente a forma analítica *dele* e flexões. Os exemplos seguintes ilustram o uso que se faz no nosso *corpus* com a forma sintética e flexões; ressaltamos, no entanto, que essa escassez de dados com o uso de *seu* de terceira pessoa se deve, principalmente, ao tipo de texto – *diálogos entre informantes e documentador* –, de modo que acreditamos que, em elocuições formais, predominando mais a referência textual do que a dêitica, seriam encontrados mais dados:

(25) Não... não, cada um tem *seus* tipo de comida. (CZ-inq03)

(26) ... agora, a associação tem que andá com *seus* próprio pé (CZ-inq06)

(27) Lorenço Perêra e... e... aquele bichim... e o finado Ségi... cada um com *sua* parte, compra *sua* parte... (CZ-inq10)

(28)...cada um [que se cuida], tem que cuidá de *sua* mulhé, ôto tem de cuidá de *seu* marido, né , então aí [rapaz] eu tenho que tomá conta dela mesmo... (HV-inq07)

(29) Gosto, senhô, demais... ININT as coisa tá muito difícil. Hoje em dia, quem tem *seu* pedaçinho de terra, se ficá dexano assim abandonado, num dá não... (HV-inq07)

(30) Mas num é como agora, ... quarqué coisinha que você... você faz, ... aí 'cê arruma logo um dinhêro, ... e quando 'cê pensa qu'esse dinheiro tá na *sua* conta...(HV-inq04)

(31) É, né, ... era mais, né ... Aqui era um lugá que quase 'ocê chegava, 'ocê podia fazê *seu* benefício, quase, né. (HV-inq12)

(32) É, a enxadinha... enxadinha e depois de certos tempo pra cá que Nosso Senhô botô essa ecolada no mundo, todo mundo hoje em dia sabe assiná *seu* nome...(RC-inq24)

(33) É, eu desconfiava, minha fia, a pessoa tem *seu* marido desconhe... descon... desconfia do mari... da pessoa mermo den'de casa. (SP-inq05)

Nesse sentido, a partir da nossa observação no *corpus* relativo ao português afro-brasileiro, concluímos que, para a norma popular rural, a forma sintética *seu (a) (s)* apresenta uso apenas genérico e indeterminado, prevalecendo, assim, a forma analítica *dele* e flexões na referência à terceira pessoa do discurso; contrariando, assim, o que afirmam alguns estudiosos para a norma urbana culta do PB, conforme expusemos acima.

3.2.2 A posse referente à segunda pessoa gramatical

Conforme expusemos na seção anterior, a variação na expressão da posse referente à segunda pessoa está intimamente relacionada à variação no sistema de posse referente à terceira pessoa gramatical, em que podem alternar as formas *seu, teu, de você (s), do senhor (a) (es)*.

Quando se busca relacionar o uso dos pronomes pessoais de segunda pessoa (*tu/você*) com o uso dos possessivos é inevitável aparecer questionamentos relacionados ao regionalismo no uso das formas *tu/ teu versus você/ seu*. Nesse sentido, esclarecemos, que não iremos tratar desse fato nesta dissertação, por julgarmos que, para tal, seria necessário, uma análise mais acurada, inclusive, com um tratamento estatístico, o que é impossibilitado que façamos devido às poucas ocorrências que temos de indicação de posse referente à segunda pessoa. Devemos, também, salientar que há uma discussão na literatura sobre o tema, a respeito da mistura de tratamentos, mistura esta bastante condenada nas gramáticas normativas. A propósito dessa mistura de tratamento, apresentamos os seguintes exemplos, extraídos de Neves (2000, p.473):

(34) Não é um pouco estranho que *você* tenha medo de que *SUA* mulher se suicide e não tenha medo de que ela *te* mate?

(35) *Você* nunca pediu a **SUA** mãe para **te** levar lá?

Nesse sentido, salientamos que mistura semelhante ocorre com o uso do possessivo *seu*, bem como com o uso dos clíticos, conforme se vê no exemplo seguinte, extraído de Silva (1996, p.172):

(36) Você quer que João *te* veja amanhã no *seu* apartamento?

(36') Você quer que João *o* veja amanhã no *seu* apartamento?

Também relacionando os pronomes pessoais sujeitos com os possessivos de segunda pessoa deve ser mencionado que a extinção do pronome *vós* na referência à segunda pessoa do plural, bem como o desuso do oblíquo *vos*, causou o desuso de *vosso (a) (s)*. No lugar do canônico *vosso (a) (s)* aparece à forma analítica *de vocês*. Constata-se, mais uma vez, o uso de expressões genitivas pós-nominais, iniciadas pela preposição *de* no português do Brasil.

Destarte, a existência de construções diversas para se indicar posse no PB faz-nos postular que existem dois paradigmas de uso na sua modalidade oral: um com uso exclusivo de formas sintéticas, defendido pela tradição gramatical; e outro referente ao uso concreto da língua, em que se conjugam formas sintéticas e formas analíticas, conforme exposto nos quadros abaixo:

QUADRO 3.5 – Sistema de posse, segundo paradigma 1

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Singular	<i>Meu</i>	<i>seu/ teu</i>	<i>seu</i>
Plural	<i>Nosso</i>	<i>Seu</i>	<i>seu</i>

QUADRO 3.6 – Sistema de posse, segundo paradigma 2

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Singular	<i>Meu</i>	<i>seu/ teu/ de você</i>	<i>seu (a)(s); dele</i>
Plural	<i>nosso/ da gente</i>	<i>de vocês</i>	<i>seu (a)(s); deles</i>

No que tange ao uso das expressões analíticas *de você*, *de tu*, *de ti* há divergência; alguns as consideram agramaticais, a exemplo de Perini (1985), que, numa abordagem funcionalista, defende que o uso das formas possessivas iniciadas pela preposição *de* surgiram no PB para evitar ambigüidade que impedem a recuperação do referente possuidor (o que ocorre com o possessivo *seu*, devido a problemas ligados, seja ao próprio sistema, seja ao discurso). Para o referido autor, o sistema admitiu alterações mínimas, uma vez que, só admite as formas analíticas, nas lacunas semânticas, o que existe bastante no sistema de posse do PB, pois todos os pronomes pessoais sujeito, exceto *eu* e *nós* têm como possessivo correspondente a forma *seu* e flexões. Desse modo, para Perini (1985, p.04) as expressões analíticas só são gramaticais quanto há necessidade de se desfazer ambigüidade, quando se lança mão de formas, como, por exemplo, *de vocês*, *dele (a) (s)*.

Kato (1985), por sua vez, traz uma réplica à interpretação de Perini, afirmando que construções como *pai de mim*, *pai de eu* e *pai de nós* não são agramaticais, de maneira que as restrições a essas formas só existem em relação ao uso (com baixa produtividade de ocorrências), mas são possíveis na língua portuguesa.

Assim, Monteiro (1994, p. 211), citando Gonzáles (s/d, p. 139), mostra que, na Idade Média, era comum esse torneio sintático, em que um pronome pessoal aparece após a preposição *de* para expressar a relação possessiva (*de mim*, *de nós* etc). Já Müller (1997, p.108-109), traz conclusões contrárias à gramaticalidade dessas expressões analíticas, conforme se vê no quadro seguinte, apresentado por ela:

QUADRO 3.7 – Interpretação acerca das expressões analíticas iniciadas pela preposição *de*, proposta por Müller (1997, p.108)

A aceitação de pronomes pelo argumento genitivo		
pronomes oblíquos		pronomes possessivos
*a televisão de mim	*a televisão de eu	minha televisão
*a televisão de ti	*a televisão de tu	tua televisão
	*a televisão de nós	nossa televisão
	a televisão dele(s)	sua televisão
	a televisão de você (s)	sua televisão
	a televisão da gente	

Nesse sentido, a autora apresenta a sua interpretação sobre a agramaticalidade das construções expostas no quadro acima:

A agramaticalidade de [de eu] e [de tu] poderia ser atribuída a uma razão independente: essas formas não se empregam com preposição em português. Esse argumento, entretanto, é insuficiente porque o pronome reto *ele* é permitido nos argumentos genitivos, talvez por sua origem histórica distinta. De qualquer modo, os fatos acima mostram que a impossibilidade de uso de formas do caso reto com preposição deve ser consequência de que essas formas são marcadas para caso nominativo e se contrapõem às formas, também marcadas para caso, dos pronomes oblíquos (mim, ti, si).

É fundamental esclarecermos que as conclusões de Perini (1985) e as de Müller (1997), a respeito das expressões genitivas iniciadas pela preposição *de*, são feitas a partir de estudos realizados, tendo-se por base a norma urbana do PB. Já, o seu comportamento no dialeto afro-brasileiro, será objeto do capítulo 04 desta dissertação, quando discutiremos sobre a gramaticalidade dessas expressões.

Esclarecemos que não realizamos análise variacionista acerca do sistema de possessivo de segunda pessoa, uma vez que, tal como ocorreu com os de terceira pessoa, os dados de que dispúnhamos eram bastante escassos para análises de tal natureza. Nesse sentido, fazemos a observação de que o próprio tipo de inquérito analisado – diálogo entre informante e documentador – em que o falante, muito raramente, refere-se a “pertences” do documentador, dificulta a ocorrência dessas formas analíticas de posse. Assim, encontramos apenas cinquenta e nove ocorrências com formas indicativas de posse referente à segunda pessoa do discurso, sendo a grande maioria a forma *seu* e flexões²⁵, uma vez que encontramos apenas quatro ocorrências com a forma *teu* e flexões, e cinco, com a forma analítica *de vocês*.

3.2.3 A posse referente à primeira pessoa gramatical

Quanto à posse referente à primeira pessoa do singular, o sistema de posse não parece exibir nenhum nível de variação no PB, pois as análises realizadas não registram usos como “*casa de eu*”; “*casa de mim*”, seja na norma culta, seja na popular urbana. Inclusive sublinhamos que, numa análise quantitativa que realizamos no nosso *corpus* (coletado em amostras de fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas), foram encontradas *novecentas e quarenta* ocorrências com as formas sintéticas *meu (s)*, *minha (s)* e apenas *três* formas analíticas, a saber:

(39) Num aumentô, a menina aumentô, ela tá do tamaim *de eu* (SP-inq05)²⁶

²⁵ Incluímos dados em discursos reportados, a exemplo de “o INPS preguntô: aonde o senhô qué... *seu* pagamento?” (HV-inq20), que perfazem a grande maioria das ocorrências.

²⁶ Conforme informamos em nota de rodapé de número 13, “SP” refere-se à localidade onde foi gravado o inquérito (Sapé), enquanto que inq05, ao número do inquérito.

(40) No caso *de eu*, todo dia eu saio pra trabaiá, plantá mandioca, colhê guaraná, um pouquinho de cacau que eu colho, que é pouquinho também, mas eu ... tem ... a gente vevi lutano. (SP-inq06)

(41) ... Mas no caso *de eu*, INIT, dá pra encher o pé, por que a gente sobe lá pra cima ... (SP-inq06)

Já em relação à primeira pessoa do plural, vários estudos mostram a existência da forma *da gente*. Nesse sentido, vale destacar que segundo a interpretação funcionalista de Perini, apresentada na seção anterior, não haveria razões para o surgimento de tal forma, já que não ocorre aí uma lacuna semântica no sistema de possessivos no PB. Contudo, acreditamos que a variação no sistema dos pronomes sujeitos *nós/ a gente* deve ter gerado o surgimento da forma analítica *da gente*, criando o efeito de paralelismo sintático.

Por outro lado, estranhamos que a totalidade dos estudos que consultamos sobre a variação *nosso/ da gente* demonstra que *nosso* e flexões não têm uso inibido pela implementação da forma *da gente*. Inclusive o quadro resumitivo apresentado por Monteiro (1994, p. 211) acerca do sistema de posse que expomos na seção 3.1.1.1, exclui a forma analítica de referência à posse de primeira pessoa gramatical, uma vez que, embora o autor admita que existe a forma *da gente* na norma urbana culta afirma que “*da gente* ainda não aparece ameaçar a existência do pronome *nosso*”. Opinião semelhante é sustentada por Omena (1996, p. 191), que analisando a inserção da forma *a gente* no PB, com várias funções sintáticas, conclui que na função de adjunto – função em que aparece a forma *da gente* – “ainda predomina o uso de *nosso*”.

Neves (1993, p.165), realizando uma análise variacionista acerca do sistema de posse no PB, com dados do NURC, registra que a forma *nosso* e flexões ocorreu quarenta e duas vezes, ao passo que a forma *da gente* é representada apenas cinco vezes, mostrando, aliás, um exemplo bastante interessante por permitir vislumbrar a mistura entre as formas inovadoras e conservadoras: “*a gente* andava de bicicleta, era o esporte predileto *nosso*” (p.121), mas explicitando que esta forma analítica tem uso ínfimo na norma culta do PB.

Na seção 3.4 em que apresentamos uma delimitação do nosso objeto de estudo, faremos uma explanação detalhada acerca da distribuição das formas indicativas de posse no português afro-brasileiro. De antemão, declaramos que as duas formas concorrem, lado a lado, configurando um caso de variação estruturada na gramática das comunidades rurais afro-brasileiras.

3.3 O SISTEMA DE POSSE EM LÍNGUAS CRIOULAS

Considerando que as comunidades de fala que forneceram os nossos dados apresentam uma história de contato entre línguas, em seus processos de formação, cremos que será pertinente fazermos algumas observações sobre o comportamento do sistema dos possessivos em línguas crioulas de base lexical portuguesa.

Assim, é importante retomarmos uma discussão apresentada no capítulo 02, em que destacamos a natureza variável das línguas crioulas, que apresentam particularidades a depender de fatores de ordem sócio-histórico-culturais (proporção entre falantes da língua-alvo e falantes de outras línguas, número de línguas na situação de contato, entre outros). Nesse sentido, crioulos formados em situações de quilombos, a exemplo do angolar na Ilha de São Tomé, geralmente, apresentam uma perda maior de complexidade gramatical, decorrente

do acesso reduzido aos modelos da língua-alvo, e, inclusive, maior influência de línguas de substrato.

Por outro lado, não podemos ignorar que as línguas crioulas, independentemente do seu nível de radicalização, possuem, geralmente, menos morfologia flexional do que as línguas que não passaram pela história da mescla lingüística. Tal fato se dá, principalmente, por apresentarem um nível de otimização de recursos lingüísticos, com intensificação do recurso da gramaticalização. É essa propriedade das línguas crioulas que será focada nesta seção.

Quanto ao sistema de posse em línguas crioulas, investigamos como o mesmo se comporta e constatamos que há uma forte tendência para se indicar posse com o recurso de expressões analíticas, formadas pelo sintagma preposicionado **de + pronome pessoal sujeito**, sendo o mesmo pronome utilizado, muitas vezes, como sujeito, oblíquo, possessivo, demonstrativo etc. Salientamos, pois, que a perda de caso nos pronomes (decorrente na perda da morfologia flexional) é geral nas línguas crioulas.

Nesse sentido, contribuiu para a formulação da nossa hipótese o estudo de Almada (1961), pesquisadora portuguesa que descreveu os principais dialetos crioulos falados nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Segundo a descrição da autora, estão presentes nesses falares, formas sintéticas que se assemelham as formas portuguesas [nɔsa] e [nose], mas também, formas analíticas, com uma evidente mistura do sistema de pessoais sujeitos e dos possessivos, conforme vemos nas formas [dɔ nɔsa], [di nos], usadas, respectivamente, nas variedades da ilha São Vicente e de Sotavento. A autora ainda descreve formas como [no]; [noš] (São Vicente e Santo Antão) e [nos] (São Nicolau e Sotavento), em que os pessoais: [no]; [noš] (São Vicente e Santo Antão) e [nos] (São Nicolau e Sotavento) fazem o papel de

possessivo, conforme o exemplo, modificado, de Almada (1961, p. 141): *no] Kaza e mütô sabô (a nossa casa é muito agradável).*

Almada (1961, p.147) explicita que, nas variedades do crioulo cabo-verdiano, utilizam-se formas regidas por preposição quando o sintagma possessivo está em função de predicativo. Desse modo, apresentamos, em seguida, um resumo da descrição feita por Almada (1961), sobre a expressão de posse nos principais dialetos crioulos falados em Cabo-Verde:

QUADRO 3.8 – Sistema de posse em crioulos falados nas Ilhas do arquipélago de Cabo Verde, segundo discussão de Almada (1961, p. 99)

	SINGULAR	PLURAL
1ª pessoa	[<i>meu</i>], [<i>miña</i>] (São Nicolau) [<i>d</i> □ <i>meu</i>] (São Vicente e SA.) [<i>di me</i>], [<i>di meu</i>] (Sotavento) Empregados como adjetivos: [<i>mñq</i>] (S.N.); [<i>ñq</i>] (todo o arquipélago)	[<i>nosa</i>] (São Nicolau) [<i>dô nosa</i>] (São Vicente) [<i>de nosa</i>],[<i>nose</i>] (S.A.) [<i>di nos</i>] (Sotavento) Empregados como adjetivos: [<i>no</i>] ou [<i>noš</i>] (esta última antes de consoante surda) (S.V. e S.A.); [<i>nos</i>] (S.N. e Sot.)
2ª pessoa	[<i>bosa</i>] (São Nicolau) <i>bosa</i>] (Sotavento) [<i>dô bosa</i>], [<i>dô bosô</i>] (Santo Antão) [<i>di bo</i>] (Sotavento) Empregados como adjetivos: [<i>bo</i>] (Barl.); [<i>bu</i>] (Sot.); [<i>de bose</i>] (Barl.); [<i>di ña</i>] (Sot.)	[<i>dô boséz</i>], [<i>dô bzot</i>] (São Nicolau) [<i>dô bosé</i>] (São Vicente) [<i>dosé</i>], [<i>dô sef</i>] (Santo antão) [<i>di noz</i>] (Sotavento) Empregado como adjetivos: [<i>bzot</i>], [<i>boséz</i>] (São Nicolau); [<i>bosé</i>] (São Vicente); [<i>osé</i>] e [<i>sef</i>] (S.A.); [<i>nos</i>] (Sot.)
3ª pessoa	[<i>seu</i>] (São Nicolau) [<i>dô seu</i>] (S.V e Santo Antão) [<i>de sel</i>] (Sotavento) Empregado como adjetivos: [<i>se</i>] (todo o arquipélago); [<i>si</i>] (Santiago)	[<i>seuz</i>], [<i>dez</i>] (São Nicolau) [<i>dô seu</i>], [<i>de</i>] (São Vicente e SA.) [<i>di ses</i>] (Sotavento) Empregado como adjetivos: [<i>sez</i>] (S.N.); [<i>sef</i>] (São Vicente e Santo Antão); [<i>ses</i>] (Sotavento)

A partir das descrições acima apresentadas, comprovamos a estreita relação que há entre os pronomes pessoais sujeitos e os possessivos, nos crioulas cabo-verdianos, inclusive, muitas vezes, esses dois sistemas são fundidos. A propósito, ressaltamos que algumas dessas formas, além de serem utilizadas como pronomes sujeitos e possessivos, são também utilizadas na função de pronomes complementos, a exemplo de [*bo*] e [*nos*].

3.4 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Conforme expusemos na introdução desta dissertação, a nossa intenção ao iniciarmos este estudo, era realizar uma análise variacionista de todo o sistema de posse no português afro-brasileiro; contudo, devido à escassez de dados com ocorrências de formas possessivas referentes à primeira pessoa do singular, à segunda e à terceira pessoas, optamos por realizar uma pesquisa, nos moldes da Sociolinguística Quantitativa Laboviana, apenas para a posse referente à primeira pessoa do plural.

Assim, focamos a pesquisa procurando responder as seguintes questões: (i) A perda de caso morfológico dos pronomes possessivos, que ocorre na referência à terceira pessoa do discurso, também se verifica para a primeira pessoa do plural?; (ii) A forma *a gente* gramaticalizada no sistema de referência à pessoa do discurso, estaria gerando uma outra gramaticalização, do sintagma preposicionado *da gente*, com valor possessivo?; (iii) Quais as conseqüências no sistema de posse dos processos de contato entre línguas presentes na formação das comunidades de fala que forneceram os nossos dados?

Quanto às questões mencionadas acima, salientamos que foi muito importante para a formulação das mesmas, no sentido de ratificar as nossas intenções, uma comunicação²⁷ que assistimos na XX Jornada de Estudos Linguísticos do GELNE no ano de 2004, na cidade de

²⁷ RAMOS, Conceição de Jesus; SILVA, Terezinha de Jesus B.; ROCHA, Maria de Fátima Sopas (2004). *Nós, nos, conosco, nosso ou a gente, com a gente, da gente: o que faz parte de nosso cotidiano/ cotidiano da gente?*.

João Pessoa, em que pesquisadores do ALIMA (Atlas Lingüísticos do Maranhão), pesquisando a inserção da forma *a gente* em diferentes contextos sintáticos (sujeito, complementos e adjuntos) em dois *corpora* intercomparáveis – dados do ALIMA e do português europeu (provindo do banco de dados da Universidade de Lisboa) –, só encontraram uma única ocorrência com a forma *da gente*, “aos pés *da gente*”, ocorrência, aliás, duvidosa, haja vista que pode suscitar a dúvida – possessivo ou modalizador? –, como ressaltaram os próprios investigadores. Como se vê, tal fato reforçava a nossa intenção de observar os efeitos da aprendizagem defectiva do português por parte do grande contingente negro no Brasil, em seus anos iniciais de colonização, no que concerne a expressão da posse referente à primeira pessoa do plural (ou seja, referente ao EU-AMPLIADO).

Ressaltamos que julgamos ser importante investigar com sistematicidade a variação entre as formas *nosso/ da gente/ de nós* no *corpus* do português afro-brasileiro, principalmente, levando-se em consideração que, em uma análise preliminar que realizamos sobre a presença da forma *a gente*, em diferentes contextos sintáticos, na comunidade de fala de Helvécia (cf. Araújo, 2004), o comportamento de uso lingüístico que encontramos foi justamente o de a forma *a gente* ser mais freqüente no contexto de adjunto, isto é, como pronome possessivo, até mais do que na função de sujeito. Assim, inferimos que a explicação para as diferenças de usos lingüísticos poderia estar relacionada com a polêmica questão da formação do PB.

Feitas essas ressalvas, julgamos ser importante tecermos algumas colocações a respeito da inserção da forma *a gente* no sistema pronominal do PB; assim, apresentamos, na subseção seguinte, de forma sucinta, a pesquisa bibliográfica que realizamos acerca da referida questão.

Na literatura lingüística, há muitos trabalhos publicados em que se enfoca a inserção da forma *a gente* no sistema de pronomes pessoais. Tal forma é apontada como resultante de um processo de gramaticalização, em que o substantivo *gente* (como sinônimo de *as pessoas*), cristalizado na forma *a gente*, passou a fazer parte do sistema pronominal como indicador da primeira pessoa – eu ampliado –, em variação com *nós*. (cf. Lopes, 1999, p. 01).

Nesse sentido, é importante ressaltar a origem genérica e indeterminada da forma *a gente*. Lopes (1999, p. 09), ao traçar o percurso histórico da referida forma, na língua portuguesa, postula o esquema: *gente* [nome genérico] > *gente* [pronome indefinido] > *gente* [pronome pessoal]. Para a autora, a forma *a gente*, na língua portuguesa, origina-se, por volta do século XIII, concomitantemente com outras formas nominais, a exemplo de *Vossa Mercê*, *Vossa Alteza*, *Vossa Senhoria*, ainda como generalizante e indeterminado. Os exemplos seguintes, coletados pela autora (expostos à página 07), ilustram esses usos:

(42) “No que o moço cantava/ o judeu meteu mentes,
e levó-o a ssa casa,/ poi se foram *as gentes*” (século XIII – *Cantigas de Santa Maria*)

(43) “mas o monges lla cuidou
fillar, mas disse-ll’ *a gente*” (século XIII – *Cantigas de Santa Maria*)

(44) “Juiz – Agora vamos nós jantar (Quando se dispõem para sair, batem à porta).
Mais um! *Estas gentes* pensam que um juiz é de ferro! Entre, quem é!” (*O juiz na roça*, Pena, 1842)

(45) “Se *esta gente*.... Não queres que padeçam vitupério... “(*Lusíadas*, I, 38, 3-5)

(46) “*a gente* da terra perdem suas casas e suas roupas e non as querem mais recobrar” (D. Duarte, *Livro da Cartuxa*, séc. XV, pp. 45)

Aliás, percebemos a existência de uma estreita relação entre o uso de *nós* e *a gente*, com valor ampliado, na função de sujeito, com referência genérica e indeterminada, isto é, sem a identificação nítida dos referentes no discurso. A respeito disso, Cunha (1993, p.13) pronuncia-se: “parece-nos que pronomes de primeira e de segunda pessoa tornam-se indeterminados na medida em que assumem a capacidade de englobar a “não-pessoa”, o que pode acontecer inclusive com *eu*”.

Certamente é por essa origem genérica e indeterminada que muitos autores vêm na forma *a gente* uma maneira de se indeterminar o sujeito. Rolemberg *et alii* (1991), por exemplo, ao investigar a indeterminação do sujeito na norma urbana culta de Salvador, encontraram essa forma com resquícios de generalização e de indeterminação na ordem de 25,12%; embora, em um outro estudo, publicado no mesmo ano, Rolemberg *et alii* conclua que *a gente* existe como uma forma de expressão do eu-ampliado (*EU + NÃO-EU*; *EU + NÃO-PESSOA*; *EU + NÃO-EU + NÃO-PESSOA*), principalmente, na fala de informantes mais jovens.

Por outro lado, mesmo a forma *a gente* estando em franca expansão na fala dos brasileiros, até mesmo entre informantes cultos, as gramáticas normativas ainda apresentam tal forma de maneira bastante incoerente, pois, conforme podemos examinar, a partir de consultas que fizemos em algumas gramáticas normativas, a mesma é tratada, ora como forma de tratamento (Bechara, 1967, p. 117; Almeida, 1985, p. 288), ora como pronome pessoal

(Cunha e Cintra, 1985, p. 172), ora como pronome indefinido (Said Ali, 1971, p. 116), comentando-a apenas de forma tangencial, em notas de rodapé.

O uso não estigmatizado da forma *a gente*, com os traços [1ª pessoa] e [+pluralidade], em que não se exhibe a concordância cruzada, isto é, o uso da forma *a gente* com flexão verbal de primeira pessoa do plural, foi objeto de estudo de Omena (1996 b). A pesquisadora, utilizando a metodologia variacionista, conclui, a partir de seus dados, obtidos a partir de inquéritos do PEUL (*Programa de Estudos de Usos da língua*), que o uso da forma *a gente*, na função sintática de sujeito, constitui um caso de mudança em progresso, com os mais jovens utilizando-a com um percentual muito alto, 87%, seguidos dos percentuais de 67% e 51%, respectivamente, nas faixas mediana e idosa; dados que a permitem afirmar que a forma inovadora *a gente* está se implementando no sistema de referência pessoal, na norma urbana.

Já na norma culta, Freitas e Albán (1986), ao examinarem o uso de *nós/ a gente* na cidade de Salvador, constaram que a faixa etária é o fator mais favorecedor da forma *a gente*, sendo os informantes mais jovens os que mais usam essa forma inovadora, na ordem de 79%, ao passo que os mais velhos usam-na na proporção de 65%. Também Monteiro (1994: 150), procurando examinar a implementação do uso da forma *a gente* no sistema de pronomes pessoais, realizou uma pesquisa nos inquéritos do NURC, das cinco capitais onde foram gravados, e concluiu que na norma culta ainda não se atingiu o mesmo nível de aceitação que se verifica na fala popular, uma vez que, em seus dados verifica-se que a preferência é de 62% para o pronome *nós*.

Assim, diante dos resultados de pesquisas realizadas no que diz respeito às variedades urbanas, postulamos que, no português afro-brasileiro, a forma inovadora *a gente* é assimilada por meio da adoção de padrões lingüísticos de fora da comunidade, tendo entre os mais jovens, uso quase categórico.

Observamos ainda que as formas *nós* e *a gente*, podem exercer no dialeto afro-brasileiro função de complemento verbal, de adjunto adverbial e adnominal e ainda de complemento nominal, como ilustram os seguintes exemplos:

(47) ... aí eles dêxa **a gente** lá e... gente trás na... na cabeça, ... (CZ-inq03) [Objeto direto];

(48) ...qu'ele tá construíno uma casinha lá que vinha buscá **nós**, ...(RC-inq04) [Objeto direto];

(49) Eles dava o tratô **prá gente**... (HV-inq04) [Objeto indireto]

(50)... ainda falô com **nós**, num sei se ela volta ... (HV-inq13) [Objeto indireto]

(51) É, o caso é esse aí, ta tudo bem **prá gente** ... (HV-inq22) [Adjunto adverbial]

(52) ... e ôtra, num tem água, **prá gente** fica difícil, porque acostuma secá, né?... (HV-inq01)[Complemento nominal]

(53) ... A mãe **da gente**, ia tomá conta, ia prá lá e voltava.. (HV-inq20) [Adjunto adnominal]

(54) Verdadêra terra **de nós** é esse lá.. (HV-inq13) [Adjunto adnominal]

Desse modo, vemos que a forma *a gente*, nas variedades afro-brasileiras, pode desempenhar o papel que nas normas urbanas seria exercido por pronome oblíquos e possessivos. Quanto às funções de complementos e de adjunto adverbiais, por exemplo, computamos frequências de uso com a forma *a gente*, com índice, inclusive, superior ao do pronome *nós*, e próximo ao da função de sujeito, e nenhuma ocorrência com o pronome oblíquo, conforme ilustra a tabela seguinte:

TABELA 3.1 – Distribuição das formas *nós* e *a gente* em contextos sintáticos de sujeito, complemento e adjunto adverbial, em dados do português rural afro-brasileiro

	Sujeito		OD/ OI/ A.adv.	
	<i>Nós</i>	<i>a gente</i>	<i>nós</i>	<i>a gente</i>
Faixa I	110/612 18%	502/612 82%	02 5,3%	36 94,7%
Faixa II	162/395 41%	233/395 59%	20 54,1%	17 45,9%
Faixa III	145/296 49%	151/286 51%	13 39,4%	20 60,6%
TOTAL	417/1303 32%	923/1303 68%	35 32,4	73 67,6

4. A METODOLOGIA: O ESTUDO DA FALA DAS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS

4.1 A OPÇÃO PELA NORMA POPULAR DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Os dados que constituem a base empírica desta dissertação foram coletados em entrevistas gravadas em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas; sendo, portanto, o nosso *corpus* formado exclusivamente por amostras de fala de informantes usuários da norma popular do PB. Nesse sentido, podemos afirmar que essa “homogeneidade”, no que diz respeito à norma falada nas quatro comunidades analisadas, decorre do fato de os informantes que forneceram os dados para esta pesquisa, apesar de serem procedentes de diferentes regiões do Estado da Bahia, têm muitos aspectos em comum, principalmente, aqueles que dizem respeito à dificuldade de terem os seus direitos enquanto cidadãos garantidos, a exemplo da falta de moradia adequada, o fato de não contarem com os serviços de abastecimento de água e de energia elétrica, a suas dificuldades ao acesso à educação e aos serviços médicos etc.

A propósito, nas comunidades estudadas, vê-se como tão imbricadas estão, no quadro lingüístico do PB, as variações lingüísticas ocasionadas por fatores como classe social e nível de escolaridade; aliás, esta última é apontada por Teyssier (1999, p.98) como o legítimo fator de dialeção do PB. Afirma esse importante estudioso da língua portuguesa que a realidade lingüística brasileira, ao contrário da lusitana, é muito menos horizontal do que vertical:

(...) as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra.

.....
Há desse ponto de vista, uma série de níveis no “brasileiro”: no ápice, a língua das pessoas cultas (com gradações entre um registro oficial estrito e um registro familiar livre); depois a língua vulgar (popular) das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e, finalmente, os falares regionais e rurais.

Adiante, o autor reconhece que ainda são insuficientes os dados a respeito dos diversos níveis da língua (cultura, popular, regional, rural/ vulgar) e que, também, as mutações ligadas à urbanização e à industrialização, tornam a realidade lingüística brasileira particularmente instável.

Nesse sentido, considerando-se que, no processo de formação da variante brasileira da língua portuguesa, o acesso a uma educação de qualidade era restrita a uma ínfima parcela da população, a falta de escolarização coincidia com a pobreza em que vivia a maior parte da população do país. Desse fato decorre a estreita relação existente entre variação gerada por fatores como classe social e escolaridade, de modo que é melhor utilizarmos a expressão variação sócio-cultural. Assim, tomando por base os resultados das várias pesquisas já realizadas com dados representativos do português afro-brasileiro²⁸, podemos afirmar que no quadro da realidade lingüística brasileira, o que existe, de fato, é uma gradação de normas, dentro de um quadro igualmente diverso de registros.

Essa gradação compreende uma norma padrão ideal (o modelo da escrita formal), uma norma culta (a norma de fato utilizada pelas pessoas com alto grau de instrução, em suas atividades de interação), uma norma popular urbana e outra popular rural, e, por fim, uma norma popular das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, que apresentam algumas características particulares, que serão adiante expostas. Ressaltamos que são igualmente heterogêneas, haja vista que variam diatopicamente e diafasicamente.²⁹

O português padrão compreende, portanto, o ideal lingüístico nacional, pautado, paradoxalmente, num ideal europeu, o qual ainda serve como modelo na confecção de gramáticas tradicionais, normativas e pedagógicas, utilizadas no Brasil, e, ainda, é a norma

²⁸ Referimo-nos, entre outros aos trabalhos de Baxter e Lucchesi (1993, 1997, 1999); Lucchesi e Guimarães (1997); Lucchesi (1998, 1999, 2000); Andrade (2003); Silva (2003); Burgos (2003); Silva (2004).

²⁹ Lucchesi (1994, 1998a, 2002) refere-se a esse quadro da realidade lingüística brasileira como bipolarizado: de um lado a(s) norma(s) culta(s) e do outro a(s) popular(es). Daí, depreende-se que a norma padrão é excluída em suas colocações, certamente, por fazer parte de um ideal lingüístico, de padrão lusitano, não fazendo parte da realidade lingüística brasileira.

cobrada nos registros orais muito formais, que mantêm o tom retórico, embora tal norma tenha estado cada vez mais distante de ter sua realização garantida na oralidade, até mesmo nesses tipos de discursos.

Já a norma culta, é a norma, realmente, utilizada por pessoas com um grau considerável de escolarização, geralmente são pessoas que têm acesso aos meios escolares, isto é, que têm contato contínuo com o universo do letramento e que não exteriorizam, até mesmo em seus registros informais, uma gramática socialmente desprestigiada com construções estigmatizadas e estereotipadas, a exemplo de construções com falta de concordância verbo-nominal, (“nós foi”; “eles foi” etc), as quais, quando são proferidas por tais falantes, realizam-se em menor frequência, ou em contextos específicos.

Nesse sentido, acrescentamos a importante observação feita por Lucchesi (2002, p.88), ao mostrar que essa diferenciação no uso lingüísticos das classes populares e cultas no PB reflete, de certa maneira, a realidade social, pois, como argumenta o autor:

ao tempo em que se observa no plano objetivo dos padrões coletivos de comportamento verbal uma tendência ao nivelamento das duas normas lingüísticas brasileiras, no plano subjetivo das avaliações das variantes lingüísticas, o estigma recai pesadamente sobre as variantes mais características da norma popular.

Isso leva o autor afirmar que esse estigma que se fortalece “a cada dia – sem fundamentação lingüística –, nada mais é do que a crua manifestação de discriminação econômica e da ideologia da exclusão social”.

Já no que diz respeito às normas populares (não marcadas etnicamente), quer sejam as rurais ou urbanas, acreditamos que ainda faltam estudos empíricos mais consolidados, que venham mostrar as suas faces, isto é, que demonstrem as suas características gerais e as suas especificidades, bem como aspectos diferenciadores em relação à(s) norma(s) culta(s). Com essa nossa afirmação, corroboramos, a observação de Lucchesi (2000, p.98):

De qualquer forma, só se poderá delinear de uma forma mais precisa a relação entre os fatos da fala rural brasileira e os processos sócio-históricos da colonização do interior do Brasil, quando dispusermos de um quadro mais sistematizado das variedades rurais do português brasileiro; donde a urgência e a importância inestimável de serem realizadas análises variacionistas da estrutura gramatical de dialetos rurais não marcados etnicamente, e que estejam numa situação mais representativa do conjunto de dialetos rurais brasileiros.

Quanto à norma popular utilizada nas comunidades afro-brasileiras, tem-se nesta uma situação peculiar, na medida em que, segundo descrições de Baxter e Lucchesi (1993; 1997) e Baxter; Lucchesi e Guimarães (1997) e Lucchesi (1999, 2000) são freqüentes – principalmente na fala dos mais idosos e de informantes do sexo feminino – alguns usos que destoam do que é o esperado para a língua portuguesa, e que não são, geralmente, apresentadas como correntes no português popular. São construções, como as exemplificadas no capítulo 2 desta dissertação, bem como as que se seguem, selecionadas de uma lista de construções listadas em Lucchesi (2000, p. 85-86):

1. Uso variável do artigo definido:
 - (i) “eu sô fia de lugá” (Helvécia)

2. O uso de formas do presente utilizadas para expressar ações e estados que ocorreram no passado:
 - (i) “quando chega lá, eles ño queria que eu sai ño” (Helvécia)

3. Variação no emprego de complementizadores:
 - (i) “Inda finada queria Ø eu vai” (Helvécia)

4. Variação na concordância de gênero:
 - (i) “o meu sobrinha”

5. Perda de marcação de caso nos pronomes possessivos:

- (i) “vô contente, porque a terra de nós verdadêra é esse lá”

Portanto, a nossa opção pelo português popular de comunidades afro-brasileiras é visivelmente justificável pelo fato de que um dos nossos objetivos com este trabalho é averiguar o papel desempenhado pelo contato entre línguas na formação da língua portuguesa do Brasil. Frisamos, na oportunidade, a nossa crença de que essas marcas lingüísticas presentes no português rural afro-brasileiro se devem ao fato de essas comunidades terem passado, em seu processo de formação, por um intenso contato entre línguas, do que decorre o tom criouliizante de muitas construções presentes na fala de informantes afro-brasileiros.

Não se pode deixar de notar, portanto, que, no panorama geral dos dialetos rurais brasileiros, as comunidades afro-brasileiras – que possuem algumas especificidades, sumariamente apresentadas acima – são muito significativas para os estudos dos dialetos rurais brasileiros, sendo ainda importante fonte para os estudos da língua portuguesa do Brasil, notadamente no que se refere à formação da sua norma popular, mas não apenas dessa, já que acreditamos que os processos de variação e mudança que se iniciaram nessa norma tenham repercutido e se repercutam ainda mais no PB como um todo, principalmente devido às mudanças ocorridas no Brasil, ligadas à urbanização e à industrialização, intensificadas a partir da década de cinquenta do século passado, que tornaram a realidade lingüística cada vez mais caleidoscópica, instável.

4.2 CONSTITUIÇÃO DAS AMOSTRAS

A nossa pesquisa é realizada no âmbito do *Projeto Vertentes do Português popular do Estado da Bahia*³⁰, sediado no Departamento de Letras Vernáculas, da UFBA, sob coordenação

³⁰ Home page: www.vertentes.ufba.br

do Prof. Dr. Dante Lucchesi. E sendo assim, na constituição das amostras de fala, contamos com a disponibilidade de um *corpus* já previamente constituído.

O *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (o *Projeto Vertentes*) possui um precioso acervo com amostras de fala vernácula dividida em dois grandes blocos, que, sem dúvida, permitem que se tenha um importante registro do universo lingüístico e cultural do país, possibilitando, assim, pesquisas das mais diversas ordens, seja lingüística, histórica, antropológica, etnolingüística etc.

Nesses dois blocos do acervo do *Projeto Vertentes*, o primeiro constitui-se de amostras de fala popular, obtidas a partir de entrevistas em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, localizadas em diferentes regiões do Estado da Bahia. E, o segundo, constitui-se de um acervo gravado em comunidades não marcadas etnicamente, ou seja, são comunidades que, apesar de não demonstrarem, tão visivelmente, evidências da presença africana no Brasil – já que seus membros não são exclusivamente de etnia negra e nem mantêm um isolamento bem definido em relação à cultura de etnia branca – devem trazer, mesmo assim, marcas desse contato “África-Brasil”, tão marcante na historiografia brasileira, uma vez que, conforme o já exposto nesta dissertação, fatos da sócio-história do PB permitiram que houvesse processos de mudança verificados de “baixo para cima” em sua estrutura lingüística, de modo que as conseqüências lingüísticas decorrentes do contato entre línguas tenham se espalhado no PB como um todo. Não estamos com isso, entretanto, afirmando que tenha havido transferências de estruturas de substrato na formação do PB, algo complicado de ser afirmado para o caso brasileiro, devido às características sócio-históricas do processo de escravização ocorrido no Brasil. Não se vê, por exemplo, no PB, nem mesmo no português popular brasileiro (PPB), traços típicos de línguas crioulas, tais como um sistema verbal de marcadores de tempo-aspecto analítico e construções com verbo seriais.

Vale destacar que, para esta dissertação, nossa análise restringe-se à investigação no português marcado etnicamente, isto é, analisamos dados relativos às comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do Estado da Bahia. A escolha por essa delimitação se deu porque desejamos primeiramente observar quais foram as conseqüências do maciço e ininterrupto contato do português com línguas africanas, notadamente, nos quatro primeiros séculos da história do Brasil, de forma que acreditamos que essas comunidades devem trazer verdadeiros retratos da história sociolingüística brasileira. Sublinhamos que, para estudos posteriores, planejamos realizar análises empíricas tomando por base amostras de fala do português não marcado etnicamente; investigando, portanto, quais devem ter sido as conseqüências na estrutura lingüística do português do Brasil como um todo, isto é, em suas normas populares e cultas.

As comunidades que forneceram a base empírica para esta dissertação foram, pois, as quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas definidas no âmbito do Projeto *Vertentes*: as comunidades de Barra e Bananal (município de Rio de Contas-Ba); de Helvécia (município de Nova Viçosa-Ba); de Cinzento (município de Planalto-Ba) e de Sapé (município de Valença-Ba). Ressaltamos que a investigação nas quatro comunidades, localizadas em diferentes regiões baianas, permitirá que se chegue a conclusões abrangentes a respeito da gramática do dialeto afro-brasileiro no Estado da Bahia, evitando assim que os nossos resultados possam ser considerados como singulares de apenas uma determinada comunidade/região.

Foi também com a finalidade de melhor distribuímos os nossos dados, isto é, de ter um maior controle sob os mesmos, que optamos por utilizar o *Corpus Base* do Português afro-brasileiro do Estado da Bahia, do Projeto *Vertentes*. Tal *corpus* foi constituído a partir da escolha de vinte e quatro entrevistas, em que se buscou estabelecer uma distribuição mais

equilibrada dos informantes, segundo as variáveis extralingüísticas consideradas (faixa etária, sexo³¹, comunidade, nível de escolaridade, estada fora da comunidade).

Desse modo, como se tinha anteriormente quarenta e oito entrevistas, armazenadas em meio digital e transcritas ortograficamente, procedeu-se à escolha dos informantes, procurando-se equilibrar as células. Assim, os informantes foram estratificados segundo os critérios listados no quadro abaixo:

QUADRO 4.1 – Critérios utilizados na seleção dos informantes

Faixa etária	Faixa I: 24-37 anos Faixa II: 42-57 anos Faixa III: 63-85 anos Faixa IV: Mais de 80 anos
Sexo	Masculino (M) Feminino (F)
Comunidade	Helvécia (HV) Cinzento (CZ) Rio de Contas (Barra e Bananal) (RC) Sapé (SP)
Nível de escolaridade	Analfabeto (A) Semi-analfabeto (S)
Estada fora da comunidade	Esteve fora da comunidade(E) Não esteve fora da comunidade (N)

³¹ Estamos cientes da discussão que vem ocorrendo, recentemente, entre lingüistas, no sentido de alguns rejeitarem a denominação **sexo** como uma variável explanatória extralingüística, alegando que essa denominação remete a uma variável biológica e não a uma sócio-cultural. Defendem esses estudiosos que é mais adequado o uso da palavra **gênero**. No entanto, resolvemos manter a denominação **sexo** para sermos fiéis aos critérios de seleção dos informantes, já que no preenchimento dos formulários com os dados dos informantes, foi considerado o gênero “visível” dos mesmos, isto é, não lhes era perguntado a que gênero os informantes pertenciam. Outra razão para essa nossa escolha diz respeito ao fato de a palavra gênero já ser utilizada em referência à categoria gramatical, o que pode remeter a algum tipo de ambigüidade, o que não se daria, por exemplo, se estivéssemos realizando uma pesquisa em outra área do conhecimento, como, por exemplo, em Antropologia.

Nota-se, pois, que os intervalos de idade permitem que os informantes sejam bem característicos de suas respectivas faixas etárias, uma vez que se mantém um intervalo considerável entre uma faixa e outra, guardando-se um intervalo médio de aproximadamente 20 anos entre as mesmas. A esse conjunto de vinte e quatro entrevistas foram acrescentadas ainda mais quatro entrevistas, com informantes mais idosos, representativos de uma faixa etária IV, que permite identificar os traços mais característicos do passado criouliante de dialetos afro-brasileiros. Para uma melhor visualização do *corpus base*, utilizado em nossa pesquisa, podemos tomar por base o QUADRO 4.2, a seguir, apresentado em Lucchesi (2004).

Ressaltamos que estão sendo considerados informantes **semi-alfabetizados** aqueles informantes que tiveram qualquer espécie de contato com a cultura escrita, sendo assim considerados até indivíduos que apenas “assinem o nome”. E, quanto à variável *estada fora da comunidade*, considera-se o fato de o informante já ter estado fora da comunidade por um período de pelo menos seis meses; logo, viagens rápidas, como, por exemplo, para a participação em romarias, idas ao médico ou ao comércio etc, não são computadas como estada fora da comunidade.

Para uma melhor visualização do *corpus base*, utilizado em nossa pesquisa, podemos tomar por base o quadro abaixo:

QUADRO 4.2 – Descrição do *corpus* do Português afro-brasileiro³²

MULHERES		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
RC-inq04 – F – 37a – A – E	RC-inq13 – F – 47a – S – N	RC-inq24 – F – 75a – A – N
HV-inq01 – F – 29a – A – N	HV-inq07 – F – 42a – A – E	HV-inq13 – F – 85a – A – N
SP-inq01 – F – 24a – S – N	SP-inq05 – F – 53a – S – E	SP-inq09 – F – 76a – A – E
CZ-inq01 – F – 28a – S – E	CZ-inq08 – F – 50a – A – N	CZ-inq09 – F – 63a – A – N
(média: 29,5 anos)	(média 45,5 anos)	(média 74,75 anos)
HOMENS		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
RC-inq05 – M – 26a – S – E	RC-inq08 – M – 55a – A – E	RC-inq26 – M – 68a – S – E
HV-inq04 – M – 30a – S – N	HV-inq12 – M – 57a – A – N	HV-inq20 – M – 70a – A – E
SP-inq04 – M – 28a – A – N	SP-inq06 – M – 42a – S – N	SP-inq12 – M – 66a – A – N
CZ-inq03 – M – 34a – S – E	CZ-inq06 – M – 48a – S – E	CZ-inq11 – M – 64 ^a – S – N
(média: 29,5anos)	(média: 50,5 anos)	(média: 67 anos)

Analisamos, portanto, vinte e oito entrevistas, de onde retiramos os nossos dados. A média de idade por faixa etária são as seguintes:

FAIXA I: 29,5 anos

FAIXA II: 49,25 anos (19,75 anos de diferença sobre a FAIXA I)

FAIXA III: 70,875 anos (21,625 anos de diferença sobre a FAIXA II)

FAIXA IV (+ de 80 anos): HV-Inq19 - F - 103a - A - E; HV-Inq22 - M - 80a - A - N; CZ-Inq10 - F - 107a - A - N; CZ-Inq12 - M - 82a - A - N (média: 93 anos - 22,125 anos de diferença sobre a FAIXA III)

³² LEGENDA:

F – sexo feminino;

M – sexo masculino;

a – anos de idade;

A – alfabetizado;

S – semi-alfabetizado;

E – viveu pelo menos seis meses fora da comunidade;

N – não viveu fora da comunidade, embora possa ter realizado viagens rápidas.

Destacamos, conforme observou Lucchesi (2004), que algumas assimetrias não foram superadas na constituição do *corpus*, e isto se deve ao fato de essas comunidades estarem passando por mudanças várias, principalmente devido à urbanização do Brasil e à democratização do ensino, aceleradas, no Brasil, somente a partir da década de sessenta do século passado. Assim, por exemplo, na faixa I, há três homens semi-analfabetos, pois, no período das entrevistas, era difícil de serem encontrados homens jovens, sem qualquer espécie de contato com o letramento, e, pela mesma razão, todas as mulheres da faixa III são analfabetas, já que, para as mulheres dessas comunidades, o acesso à escolarização era ainda mais difícil no passado.

Feitas essas ressalvas, será feita, de forma sucinta, a seguir, a caracterização sócio-histórica das comunidades afro-brasileiras do estado da Bahia, que estão em nosso campo de observação.

4.3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS COMUNIDADES

4.3.1 Helvécia

Sem dúvida, das comunidades rurais afro-brasileiras focalizadas no cenário dos estudos lingüísticos, a comunidade de Helvécia é a que mais tem recebido destaque, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, uma vez que o seu dialeto já forneceu dados lingüísticos para uma série de pesquisas, proporcionando importantes descobertas a respeito da riqueza da história do PB.

Desse modo, pode-se afirmar que foi a partir dos resultados das análises empíricas realizadas com dados lingüísticos coletados em amostras de fala daquela comunidade, que, de certa maneira, reativou-se a discussão a respeito da origem crioula da língua portuguesa do

Brasil, impulsionando que outras pesquisas realizadas, com base em outras comunidades rurais afro-brasileiras.

A comunidade de Helvécia, situada no extremo-sul baiano, na micro-região de Porto Seguro, veio a ser conhecida por lingüistas e estudiosos de um modo geral graças à “descoberta” de Carlota Ferreira, pesquisadora do *Atlas Prévios dos Falares baianos* – o APFB –, nos idos dos anos sessenta, quando fazia o seu trabalho de pesquisa de campo para o referido atlas.

Aquela pesquisadora, incumbida de realizar inquéritos lingüísticos em pontos no sul da Bahia, foi noticiada por habitantes de localidades vizinhas à Helvécia, mais precisamente, moradores da cidade de Ibiranhém (último ponto definido no APFB), que havia ali próximo, pessoas que falavam “diferente”, “engraçado”, “embolado”³³. Diante disso, como nos precisa Lucchesi (2000, p. 83), Carlota Ferreira chegou, na noite de vinte e cinco de fevereiro de 1961, àquela comunidade, certamente, motivada pela intrigante informação que recebera a respeito do falar daquele povo, e constatou que, realmente, existiam, naquela comunidade de fala, estruturas “diferentes”, as quais foram **anotadas** e correlacionadas a características de línguas crioulas.

São exemplos dessas construções com características crioulas, recolhidas pela pesquisadora, a partir de sua conversa com dois habitantes de Helvécia (um homem de oitenta anos e uma mulher de setenta e cinco anos), as que estão em destaque abaixo, sendo que em (i) tem-se, o uso variável do artigo definido; em (ii), variação na concordância de gênero e, em (iii), variação na flexão número-pessoal que atinge a primeira pessoa do singular (cf. Ferreira, 1984):

- (i) quando abri *janela*”
- (ii) “io ñõ póde rumá *o casa*”
- (iii) “io sabe”

³³ Ao chegar em Helvécia, a pesquisadora ouviu essa informação também de alguns jovens da própria comunidade, que afirmavam que sentiam dificuldade em entenderem algumas das construções gramaticais presentes na fala dos mais velhos.

O esplendor do achado era, pois, tamanho. Porém, havia algumas pedras no caminho do desenvolvimento dos estudos sobre a história da língua portuguesa do Brasil. Primeiro, não havia, àquela época, gravadores disponíveis para realização de pesquisas científicas, o que fatalmente impediu o armazenamento de tão importante tesouro lingüístico brasileiro. Segundo, não se pode negar que o acentuado interesse que viria acontecer, ainda naquela década, pela caracterização da *norma brasileira*, cujo grande ícone foi o *Projeto de Estudo Coordenado da Norma Urbana Culta* – o NURC –, findou por obscurecer, em certa medida, o interesse pela descrição dos falares rurais/ regionais, ou ao menos, por desviar um pouco o foco de interesse.

Assim, ocorreu que a comunidade de Helvécia ficou por um longo período à espera de gravações fônicas, que possibilitariam a realização de pesquisas lingüísticas sistemáticas; o que viria ocorrer somente quase trinta anos depois, quando, nos anos de 1988 e 1994, pesquisadores do Projeto *Vestígios de Dialectos crioulos de Base Portuguesa em Comunidades Afro-brasileiras Isoladas*³⁴, (doravante, Projeto *Vestígios*) que era sediado no Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da UFBA, sob coordenação do professor Alan Baxter, realizaram pesquisas de campo naquela comunidade.

Quanto à história da formação da comunidade helveciana, tem-se que, ao contrário das outras comunidades afro-brasileiras focalizadas nesta dissertação, Helvécia não tem um passado propriamente quilombola, já que, na verdade, a presença maciçamente de negros na região, bem como o seu relativo isolamento diante do contato com comunidades externas, deu-se praticamente ao acaso, ou melhor, os negros não se agruparam naquele determinado espaço por escolha própria, antes foram abandonados por seus antigos senhores naquele tempo e lugar.

³⁴ Atualmente, o Projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia* continua essa pesquisa, e, conforme já expusemos na seção anterior, expandiu seu núcleo de interesse também para as comunidades rurais não marcadas etnicamente.

Nesse sentido, como narram Lucchesi e Baxter (1993, 1997) e Lucchesi (1999, 2000), as origens de Helvécia remontam ao século XIX, quando se originou um empreendimento cafeeiro naquela região, desenvolvido na Colônia Leopoldina, localizada no espaço que hoje viria a se tornar a comunidade de Helvécia. Esse empreendimento agro-exportador, apesar de ter se demonstrado muito próspero nos seus primeiros anos de existência, chegou posteriormente à falência, de modo que os seus antigos proprietários europeus partiram, deixando, abandonados à própria sorte, os seus ex-escravos, que, permaneceram na região, praticando uma cultura de subsistência.

Alguns fatos da sócio-história da comunidade chamam a atenção, a exemplo da predominância da etnia negra. Segundo nos informa Lucchesi (2000, p. 78), em 1858, a população de brancos seria de aproximadamente duzentas pessoas, enquanto a de negros seria de dois mil, a maior parte composta por negros nascidos na colônia, (cf. Töelsner *apud* Ferreira, 1984, p. 22). Nesse sentido Lucchesi expõe, baseando-se em informações históricas, que, no ano de 1850, a proporção entre escravos e homens livres era de 10 para um, sendo que essa proporção era ainda maior nas maiores fazendas, a exemplo da do suíço João Martinus Flach, que apresentava uma proporção de vinte e quatro para um (cf. Baxter e Lucchesi, 1999, p. 128-129).

Vale destacar, então, que havia condições muito propícias para a ocorrência de processos ligados à transmissão lingüística irregular, pois os modelos dominantes para a aquisição da língua materna pela criança escrava seriam modelos provenientes do português falado por outros escravos, bem como os modelos de L2, fornecidos pelos colonizadores europeus, uma vez que esses também não tinham o português como língua materna, já que eram, em sua esmagadora maioria, franceses, alemães e suíços.

Atualmente, a comunidade de Helvécia está localizado no município de Nova Viçosa, possui aproximadamente 16.474 habitantes, segundo informações do IBGE, vivendo a maioria na zona rural. A economia da região sustenta-se basicamente da agricultura, da pecuária e, mais recentemente, do cultivo da celulose, de que decorre a imensa plantação de eucaliptos na região. E, notamos a partir das entrevistas que a comunidade passa, atualmente, por um processo de maior contato com comunidades urbanizadas, na medida em que é grande o número de pessoas que saem da comunidade para trabalhar em grandes centros, a exemplo de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória, entre outros.

4.3.2 Cinzento

A comunidade de Cinzento, embora ainda não seja tão conhecida por estudiosos de um modo geral quanto é a de Helvécia, vem, atualmente, despertando o interesse de antropólogos, historiadores e linguistas, que se dedicam a analisar as peculiaridades dessa comunidade³⁵.

Como nos informa Silva (2003), em sua dissertação de mestrado sobre a concordância verbal em comunidades de fala afro-brasileiras, a comunidade de Cinzento encontra-se incrustada na região sudoeste da Bahia, próxima da cidade de Planalto, a setenta e sete quilômetros de Vitória da Conquista e a quatrocentos e cinquenta da capital baiana.

A comunidade é considerada um antigo quilombo que deve ter atraído escravos fugidos, principalmente, pela existência do Rio Gavião, por volta de 1810 e 1860. A origem do nome da comunidade é associada a duas principais versões. De acordo com a primeira delas, a comunidade recebeu esse nome porque os negros que lá moravam, viviam sempre “cinzentos” já que o chão batido de suas casas, bem como a escassez de água, faziam com que

³⁵ Citam-se, por exemplo, Grazielle Ferreira, historiadora da região de Vitória da Conquista, bem como os pesquisadores do Projeto *Vertentes*.

apresentassem sempre uma aparência acinzentada. Já a segunda versão – a mais difundida por seus moradores – defende miticamente que esse nome provém de um boi, “que de tão gordo, parecia cinza”, e que este apareceu, milagrosamente, para alimentar os primeiros moradores da região.

Hodiernamente, a comunidade exibe ainda os traços de seu passado, apresentando uma população de etnia exclusivamente negra, de pele bem escura e seus membros vivendo ainda em situações bastante precárias, por exemplo, “pegar água nas raras fontes da região é uma atividade rotineira coletiva e necessária para a execução de tarefas domésticas”, segundo testemunha Silva (2004, em texto na *home-page* do Projeto *Vertentes*)³⁶.

4.3.3 Rio de Contas

A quinze quilômetros do município de Rio de Contas – na região da Chapada Diamantina – localizam-se as comunidades de Barra e Bananal, selecionadas para compor o acervo de fala do português afro-brasileiro do Estado da Bahia, do Projeto *Vertentes*.

Essas comunidades caracterizam-se por serem formadas por pequenos núcleos originados de antigos guetos de etnia negra e habitadas, até os dias de hoje, exclusivamente, por pessoas desse grupo étnico, que vivem de agricultura de subsistência, artesanato e pesca, trazendo ainda alguns traços da riqueza cultural de seus ancestrais, sendo mais da metade da população analfabeta.

Barra e Bananal estão muito ligadas entre si, distando uma da outra apenas dois quilômetros. Segundo informação de historiadores, a formação dos dois vilarejos correlaciona-se a um naufrágio de um navio negreiro vindo da África, cujos sobreviventes encontraram um lugar seguro para viverem na região do atual município de Rio de Contas, atraídos basicamente pelas riquezas naturais do rio Brumado.

³⁶ www.vertentes.ufba.br

Esses negros sobreviventes do naufrágio lá teriam se fixado, praticando a agricultura e suas tradições, até que bandeirantes paulistas atraídos pelos achados auríferos na região, lá chegaram e escravizaram os quilombolas, obrigando-os a trabalharem na mineração.

Desse modo, após a descoberta de ouro e de pedras preciosas, a região logo prosperou, tendo alcançado grande prestígio durante todo o século XVIII, até que, no século seguinte, a atividade já estava em franca decadência.

Atualmente, a região é marcada por um destacado mercado turístico, de modo que, em torno da região do município do Rio de Contas, a cada dia cresce o número de turistas que para lá vão usufruir as belezas da região. Isso significa dizer que muito das tradições dos antigos africanos está cedendo espaço à assimilação de padrões culturais externos à comunidade, o que também engloba, obviamente, a perda de padrões lingüísticos, em detrimento de padrões lingüísticos mais próximos da norma urbana culta.

Na caracterização dessas comunidades, não podemos deixar de mencionar a existência da comunidade vizinha, denominada Mato Grosso³⁷, cujos habitantes, orgulham-se por serem de etnia branca e por não se misturarem com os negros de Barra e Bananal, até por que, mesmo sendo essas três comunidades vizinhas umas das outras, a comunidade de Mato Grosso situa-se no alto de uma serra, o que, para além da discriminação racial dos seus habitantes, acaba por dificultar o entrosamento com os seus vizinhos negros. Vale destacar, no entanto, que esse isolamento deve ser relativizado, como nos adverte Lucchesi (2000, p. 91), já que testemunhos de pessoas da comunidade revelam que era comum o contato entre habitantes das três comunidades durante festas realizadas na região.

³⁷ Callou (1964) estudou esta comunidade e constatou a existência de traços da língua portuguesa falada em Portugal muito presente neste dialeto (estudo retomado por ela, no ano de 1996).

4.3.4 Sapé

Localizada na região do recôncavo baiano, a comunidade de Sapé é um distrito do município de Valença, que se caracteriza por ser de acesso extremamente difícil, já que possui um terreno muito acidentado, além de que possui uma única estrada que lhe dá acesso, sendo esta ainda não pavimentada.

O nome dessa comunidade faz referência à vegetação nativa da região, uma espécie de capim da família das gramíneas, utilizado basicamente para cobrir casebres, uma vez que, devido à aspereza de suas folhas, tal vegetação não costuma ser bem tolerada como alimentação pelos animais.

A comunidade é formada por um pequeno número de habitantes – aproximadamente cem pessoas – que se caracterizam por serem, no geral, muitíssimo introvertidas. Essas pessoas vivem com bastante modéstia, demonstrando, inclusive, bastante resignação ante as carências de todas espécies com que vivem, de forma que não demonstram ambição, no sentido de saírem da comunidade em busca de melhores condições de vida. Assim, os habitantes dessa comunidade vivem da prática de uma agricultura de subsistência, sendo o pouco que excede comercializado às beiras da BR 101.

Segundo nos informa Silva (2004), em sua pesquisa sobre a realização do objeto direto anafórico, em comunidades de fala afro-brasileiras, os primeiros habitantes dessa região chegaram lá por terem recebido como doação pequenas propriedades de terra. Conta-se que, após a abolição da escravatura, muitos negros por não saberem lidar com a liberdade que lhes fora oferecida, continuaram trabalhando para fazendeiros da região do Recôncavo, mas sem receberem salários. Assim, mais tarde, esses fazendeiros, para se “livrarem” dos escravos, doaram-lhes pedaços de terra (sem muito atrativos, posto que lá não existiam muitos recursos

hídricos e possuíam ainda um solo pouco fértil), que viriam mais tarde constituir a comunidade de Sapé.³⁸

Esses ex-escravos ali permaneceram e casaram-se entre si, aumentando a população local. Por fim, pode-se acrescentar que há muitas semelhanças entre as características dessa comunidade e as demais que são focalizadas nesta dissertação. Lá, por exemplo, também não se tem saneamento básico e nem o fornecimento de água; já, quanto à energia elétrica, apesar de já ter chegado por lá há quase dez anos, a maioria das famílias não fazem uso dela, já que o seu fornecimento restringe-se à rua principal.

4.4 AS ENTREVISTAS

As entrevistas que compõem a amostra foram realizadas por pesquisadores do Projeto *Vertentes* em dois grandes principais momentos: na década de noventa por pesquisadores que integravam o Projeto *Vestígios*³⁹ e, na década seguinte, pelos pesquisadores do Projeto *Vertentes*.

Para a seleção dos informantes, foram adotados os mesmos critérios em todas as comunidades, isto é, foram considerados como possíveis informantes apenas aqueles moradores que eram naturais das comunidades em que moravam, ou que para lá tivessem sido levados até a primeira infância. A obediência a esses critérios, deveu-se ao intuito de se procurar registrar, de fato, aspectos lingüísticos representativos de comunidades que mais guardam *vestígios* de processos decorrentes da transmissão lingüística irregular, o que tornou, portanto, a amostra intercomparável.

³⁸ Essas informações foram dadas por João Barreto, fazendeiro da região, a Maria Cristina Silva, pesquisadora do Projeto *Vertentes*, quando de suas idas para a comunidade a fim de realizar as entrevistas. Esse fazendeiro mostrou, inclusive, algumas relíquias que estão em seu poder, herdada de seu avô, ligadas ao passado escravocrata da comunidade, a exemplo de algemas e de correntes.

³⁹ Conforme já expusemos, esse foi o Projeto que antecedeu ao *Vertentes*, antes deste ter ampliado seu campo de interesse para também dialetos populares não marcados etnicamente.

Na realização das entrevistas, freqüentemente, contava-se com cicerones residentes nas respectivas comunidades, que faziam as devidas apresentações entre os pesquisadores e os nativos. Esses cicerones ajudavam para que os informantes sentissem mais confiança ao conversarem com os pesquisadores que, afinal de contas, eram-lhes pessoas estranhas. Salienta-se, no entanto, que durante as entrevistas, os informantes demonstravam-se totalmente à vontade, inclusive, contavam fatos de suas vidas com vários detalhes, sem manifestarem, nenhum tipo de constrangimento⁴⁰ – o que assegurava a coleta da fala vernácula – (nos moldes de Labov, 1972, 1972a, 1975).

A fim de ilustrar a informalidade das entrevistas, expomos a seguir dois trechos de algumas das entrevistas:

1) Essa entrevista foi realizada na comunidade de Cinzento, tem-se que o informante mostra fotografias ao documentador, na companhia de um circundante:

DOC: Imagina! Quero vê a foto de Neuza, cadê a foto de Neuza aqui? Não tem foto de Neuza aqui não?

INF(08): Tem.

DOC: Eu quero vê as foto de Neuza primêiro, depois eu vejo as ôtras.

CIRC 1: Ah! Mas eu queria que visse logo esse aí o meu.

DOC: Não, a estrela aqui é Neuza!

INF(08): Eu acho que, sô vê... nesse aqui Cláudia...Tem uma aqui que tem uns foto minha...Ah! Começano por aqui. Esse aqui ó, ó aqui ó, ó 'qui.

2) Neste outro trecho, em Sapé, a documentadora e a informante conversam sobre a pintura das unhas:

INF: Aqui passa um, [depois] passa um brilhinho po cima. Aí, fica esperando limpá, p'eu limpá aqui assim [os canto].

DOC: Eu também num... sei lim... pintá pa limpá. Tem que esperá secá, né?

INF: É secá ININT, aí eu passo um negoço assim...

DOC: Aí não borra mais, né?

⁴⁰ Na experiência que tivemos com realizações de entrevistas, no levantamento do *corpus* do português não marcado etnicamente, no município de Santo Antônio de Jesus (zona rural e urbana), impressionou-nos bastante a receptividade que os informantes demonstram para com esse tipo de entrevista.

INF: Não. Porque tá seco.

DOC: Ó pra isso! Eu não sei pintá a unha direito, viu?

INF: Tá bem pintada.

Vê-se, portanto, que as entrevistas eram, na verdade, conversas informais, evitando-se, a todo custo, manter o tom de entrevista do tipo “pergunta-resposta”, de forma que não se utilizava um questionário, os tópicos da entrevistas iam surgindo, a depender das especificidades dos informantes. Utilizou-se, contudo, uma ficha, com dados sociais a respeito dos informantes, como, por exemplo, nome completo, idade, sexo, ponto de referência de sua moradia, contato com meios comunicacionais etc. O preenchimento dessa ficha visava a que se levantasse mais informações sobre os informantes, bem como a que se facilitasse algum reencontro, caso se fizesse necessário.

Era contornado, portanto, nessas entrevistas, o *Paradoxo do Observador* (cf. Labov, 1972), pois as amostras de fala dos informantes deveriam ser típicas de sua fala normal, isto é, da forma como normalmente se fala na comunidade (quando não estão sendo observados e nem se observam). Desse modo, os pesquisadores que realizam entrevistas na linha laboviana, devem cercar-se de cuidados para que os informantes falem, sem que saibam que suas falas estão sendo observadas sistematicamente, ou seja, em seus aspectos lingüísticos.

Nesse sentido, ressaltamos que essa fala do informante é, sem dúvida, a mais difícil de ser obtida pelo pesquisador, haja vista que, como já foi salientado anteriormente, o fato de que, geralmente, os pesquisadores não são pessoas da comunidade e, ainda mais, de estarem com gravadores em punho, implica, casos não sejam tomados os cuidados adequados, que se obtenha amostras de “fala policiada”, isto é, amostras de fala em que os informantes tentem com que suas falas fiquem mais próximas da norma culta, na escala de uma possível variação diafásica. No caso das amostras com que trabalhamos, por serem os informantes, analfabetos e semi-analfabetos, não haveria tanto o risco de existir essa variação, mas poder-se-ia, de certa

maneira, levar a que os informantes sentissem “incapazes” de falarem com pessoas “mais estudadas”, o que poderia fazer com que ficassem inibidos durante as entrevistas.⁴¹

Na escolha dos locais das gravações, procurou-se, então, respeitar as condições de cada situação. Assim, as entrevistas foram realizadas nos mais variados locais, a exemplo das casas dos informantes (seja no seu interior, ou nos seus quintais e varandas), de pastos, de plantações, de casas de farinha etc. A informalidade que se pretendia alcançar com as entrevistas, ocasionou que, por vezes, houvesse a presença de circundantes, ou, ainda, de ruídos indesejados como, por exemplo, choro de crianças, barulho de chuvas, ventos ou ainda grunhido de animais.

Ressaltamos, por sua vez, que a qualidade da audição das gravações foi assegurada devido ao bom nível do material utilizado. As entrevistas realizadas em Sapé, por exemplo, contaram com o recurso de gravação já em meio digital, com a utilização de aparelhos de *CD (midisk)*, conectado a microfones, que, apesar de serem muito pequenos, proporcionavam uma ótima captação das vozes. Desse modo, facilitou-se em muito o trabalho de transcrição das entrevistas, pois o som que se gravava apresentava uma qualidade de som bastante perceptível.

Já nas gravações das entrevistas nas outras três comunidades, utilizou-se um material mais antigo, isto é, as mesmas foram gravadas em fitas cassete, em meio analógico, mas, foram depois digitalizadas pelos bolsistas de iniciação científica que atuam no Projeto *Vertentes*. As fitas magnéticas tinham uma duração de noventa minutos, de modo que se evitava a interrupção ao longo das entrevistas. Posteriormente, essas fitas foram digitalizadas

⁴¹A propósito, nas gravações em comunidades rurais, sejam as marcadas etnicamente ou não, é muito comum, que os maridos, tomem a palavra de suas esposas, por acharem que essas não sabem falar, seja no que tange ao conteúdo ou à forma. Cabe, portanto, que o pesquisador exponha que pretende apenas conversar, conhecer os costumes do local, entender como vivem as pessoas do interior etc, o que ajuda a sanar esses problemas.

e gravadas em *CD's* em formato que possibilita que sejam reproduzidas por um aparelho caseiro.

4.4.1 A transcrição das entrevistas

As entrevistas que compõem amostra de nossa pesquisa são todas transcritas ortograficamente com uma série de recursos, o que diminui bastante, mas não exclui, a necessidade de audição posterior das gravações.

Como critério básico para a transcrição, adotou-se que deveriam ser registrados fatos lingüísticos da fala do informante com marcas específicas de seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfossintático (cf. Chave de Transcrição do Projeto *Vertentes*, disponível em sua página na Internet⁴²). Nesse sentido, foram excluídos alguns fatos que, mesmo não estando de acordo com a ortografia oficial, são gerais no PB, a exemplo dos seguintes:

a) Elevação das vogais médias em distribuição pré-acentuada, quer no interior de um mesmo vocábulo, quer no interior de um grupo de força (como no caso das seqüências com a preposição *em*), e pós-acentuada não-final;

Ex.: *estava* e não *istava*; *domingo* e não *dumingo*; *em casa* e não *im casa*; *rédea* e não *rédiá*.

b) Elevação das vogais médias em posição átona final.

Ex.: [*nomi*] > nome; [*matu*] > mato

c) Ditongação antes de consoante constrictiva implosiva.

Ex.: [*meys*] > mês

d) palatalização de **t** e **d**, antes de vogal palatal.

Ex.: [*põtiSi*] > ponte

⁴² www.vertentes.ufba.br

Obs.: palatalizações como em ['mutSu], ['notSe] e ['dodZyo] devem ser registradas:
mntcho, notche, dôdio;

e) epêntese da vogal alta que desfaz o travamento de grupo consonântico.

Ex.: *advogado* e não *adivogado*; *psicologia* e não *pissicologia*.

Obs.: A inserção de uma vogal média deve ser registrada: *adevogado*.

f) Realização velar ou faríngea de certas consoantes constrictivas:

Ex.: *tava* por ['taha] ou ['taxa]; *mais* por [mayh]

g) Supressão da consoante nasal

Ex.: *tenho* por [teâyu]; *uma* por [uâa]

h) Vocalização da consoante lateral pós-vocálica

Ex.: *mel* e não *méu*; *Brasil* e não *Brasiu*; *animal* e não *animau*.

Desse modo, excluindo-se fatores gerais no PB, como esses acima, todos os demais usos variáveis foram registrados durante as transcrições, o que garantia o registro do falar típico daquelas localidades, como, por exemplo:

a) concordância nominal variável:

Ex.: *as coisa tá caro.*

estava no roça.

b) concordância verbal variável.

Ex.: *os menino foi* ou *os menino foro*; *nós vai*; ou mesmo *eu conta* por *eu conto*.

c) Omissão de preposições, artigos, complementizadores, etc.

Ex.: *Deu Júlia isso aí.*

(Port. normal: *Deu à Júlia isso aí*)

Além desses fatos morfossintáticos vários outros de natureza fônica foram marcados, e sendo assim, conclui-se que o acervo do Projeto *Vertentes* traz à disposição da comunidade científica um precioso acervo de fala vernácula, que propicia investigações sistemáticas sobre a realidade lingüística do português rural do Brasil.

4.5 ANÁLISE VARIACIONISTA

4.5.1 A variável dependente

Conforme expusemos no capítulo 03, selecionamos como variável dependente desta pesquisa a expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, e, consideramos essa variável como ternária, possuindo as seguintes formas variantes (i) o pronome **nosso** e suas flexões de gênero e número (*nossa, nossas, nossos*); (ii) a forma analítica **da gente**; (iii) a forma, também analítica, **de nós**. Essas formas alternantes estão exemplificadas nas seguintes construções, extraídas do *corpus* com o qual trabalhamos:

(01) Tem um... um vizinho **NOSSO** aqui, sagento aposentado... ele é de lá de Salvadô. (HV-inq04);

(02) É. **NOSSOS** pai é irmão do ôto. (CZ-inq11)

(03) Também tem muitos aqui nessa região **NOSSA** da comunidade, uns vai pá São Paulo, ôtos vai pá Mata, ôto pr'aqui, pr'aculá. (CZ-inq06);

(04) É, **NOSSAS** festinha quando tem aqui, gosto. A gente zoa um bocado!(RC-inq08)

(05) Espero que daqui pra frente, a gente... a situação **DA GENTE** vai melhorá mais... cada vez mais. (CZ-inq03);

(06) Verdadêra terra **DE NÓS** é esse lá... aocalipto, não. (HV-inq13)

Assim, convém salientar, mais uma vez, que a primeira dessas variantes (*nosso* e flexões) é considerada a forma padrão, a que consta nas descrições tradicionais, exemplificada nos quadros ilustrativos sobre os pronomes possessivos, nas gramáticas pedagógicas, tradicionais e normativas. Já a segunda dessas formas (*da gente*), praticamente não aparece em tais gramáticas, e, da mesma forma, é ainda considerada pouco utilizada nas variedades urbanas do PB, segundo demonstram as análises empíricas realizadas (comentadas na seção 3.2.3 desta dissertação); contudo, essa variante foi considerada neste estudo, sobretudo, porque desejávamos averiguar a correlação com a forma inovadora de referência pessoal *a gente*. Já no que diz respeito à forma *de nós*, esta só foi considerada porque as amostras de fala que constituem o nosso *corpus*, foram gravadas em comunidades que devem ter sido as mais afetadas pelo contato entre línguas na formação do PB; e, sabemos que é uma constante, nos casos de contato entre línguas, a existência de formas analíticas para indicar posse, formada pela perífrase *de + pronome pessoal*, por haver perda ou variação na morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais.

Sendo assim, partimos da hipótese de que a forma *de nós* é a forma crioulizante e, portanto, mais antiga, devendo ser mais freqüente na fala de informantes mais velhos; ao passo que as formas *nosso* e *da gente*, são ambas inovadoras, devendo ter uso mais freqüente entre os informantes com mais facilidade de ter contato com a língua alvo. Nota-se, portanto, que, ao serem realizadas análises sociolinguísticas, não se pode estabelecer quais são as formas inovadoras e as conservadoras, sem se considerar as características sócio-históricas da comunidade de fala em questão.

Cabe ainda explicitarmos que, durante a coleta de dados, foram descartadas várias construções (aproximadamente vinte e seis ocorrências) que, apresentam uso cristalizado na

língua portuguesa, o que gera contexto categórico, não sendo passível a variação. São construções como as seguintes:

(07) Ah! **NOSSA!**... gente gritava qualqué uma coisa, sei lá. (CZ-inq01)

(08) Eu vi uma santa de **NOSSA** Senhora. (CZ-inq01)

(09) Ô minha **NOSSA**, a gente marca nesse mês pá fazê no oto... e eu mesma era assim, o pemêro que eu... ôxe, foi fisso... (CZ-inq01)

(10) É de no...é do nome do **NOSSO** senhô Jesus Cristo...que nós temo que ININT. Cê vê assim cê tá vendo lá um lajedão, uns matão. (CZ-inq09)

(11) Não, por **NOSSA** Senhora! (HV-inq-19)

(12) É. Moro mais Divino Espírito Santo e **Nossa** Senhora Aparecida. (RC-inq24)

(13) E hoje, graças a Deus, **NOSSO** Senhô mandô o arado, mandô a máquina e a gente faz uma rocinha com mais...é... com mais trabai [proque] as coisa tá tudo difíci, o dinheiro... mas... miorô mais...” (RC-inq24)

Foram descartadas ainda construções como as que se seguem, em que o elemento homônimo ao possessivo desempenha outras funções que não indicar posse:

(14) Forum, aí quande já foi já na última hora **DA GENTE** já saímos já, aí ficô me adulano pá mim ir. (CZ-inq01)

(15) Que tem ôtas coisa **DA GENTE** sobrevivê. (CZinq-06)

(16) Antes **DA GENTE** nascê, né... aqueles tempo assim, ele já curô muita gente.(HV-inq01)

(17) Aí ela... ela... Deu na ora **DE NÓS** ‘panhá ônibus, aí nós veio embora. (HV-inq07)

Explicitadas as variantes que foram consideradas na análise empírica desta dissertação, faremos, nas próximas seções deste capítulo, uma exposição acerca das variáveis explanatórias que nortearam a investigação sociolingüística.

4.5.2 As variáveis explanatórias lingüísticas: características e hipóteses

De acordo a teoria sociolingüística, existem, nas línguas, processos contínuos de variação e mudança; sendo assim, um dos principais objetivos dos pesquisadores, que se pautam nesse modelo teórico-metodológico, sistematizar e descrever a heterogeneidade da língua falada; e, para tanto, parte-se do princípio de que a variação nunca é aleatória, ao contrário, defende-se que esta é motivada por fatores lingüísticos (estruturais) e extralingüísticos (sócio-culturais).

Desse modo, com a premissa de que a variação não é aleatória, são controladas variáveis que permitem esclarecer a maneira pela qual a variação é regulada, podendo-se, assim, prever os contextos de ocorrência das variantes. Mais ainda, pode-se detectar a direção da mudança, ou seja, constata-se se está ou não havendo variações em direção à mudança lingüística (essa análise a respeito da direção da variação pode ser mais detalhada a partir da consideração das variáveis explanatórias sócio-culturais comentadas no final deste capítulo).

Quanto às variáveis explanatórias lingüísticas, não se pode ignorar que estas são fundamentais para o entendimento da maneira pela qual a língua funciona. Nesse sentido, na análise da variável dependente deste estudo, estabelecemos algumas variáveis lingüísticas, no total de dez. Ressaltamos que é imprescindível estabelecer o papel que cada variável desempenha dentro do processo de variação, pois, assim, pode-se traçar o perfil lingüístico da comunidade em foco e, também, comparar os resultados alcançados com outros realizados em outras regiões do país.

Nesse sentido, foram consideradas as seguintes variáveis explanatórias lingüísticas:

a) paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito); **b)** alternância das formas de referência pessoal por informante nas entrevistas; **c)** paralelismo discursivo; **d)** tipo de posse; **e)** nível de referencialidade do referente; **f)** presença de determinantes no SN com o elemento possessivo; **g)** distribuição da posse; **h)** quantificação do referente possuído **i)** presença de núcleo; **j)** função sintática do elemento do SN com o elemento possessivo.

Dessas variáveis, algumas foram consideradas em razão da natureza crioulezante das amostras de fala que compõem o nosso *corpus*, a exemplo da *presença de determinantes no SN com o elemento possessivo* e da *quantificação do referente possuído*, enquanto que as demais foram consideradas devido às especificidades do fenômeno em estudo.

4.5.2.1 Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)

A consideração desta variável explanatória foi, em muito, motivada pela análise empreendida por Scherre e Naro (1993), em que, analisando a concordância verbal, correlacionaram a aplicação da regra de concordância verbal (SV) com a concordância nominal no SN sujeito da oração. Os autores chegaram à conclusão de que, no nível clausal (da sentença), a ausência de marcas formais no SN sujeito conduz à ausência de marcas formais no SV, comprovando a hipótese de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” (Poplack, 1980; Naro, 1981). Exemplificando o que defendem Scherre e Naro, em uma oração com sujeito sem marca explícita de concordância nominal, do tipo, “*os menino*”, ocorre uma maior probabilidade de ocorrer o verbo na terceira pessoa do plural sem a regra de concordância, ocorrendo uma frase, como “*os menino brinca*”.

Em nossa análise da variável dependente deste estudo, considerando que há uma forte relação entre a referência pessoal e a referência possessiva (conforme expusemos no

capítulo 03 desta dissertação), postulamos que, nos casos em que o informante utiliza a forma *a gente*, em referência a primeira pessoa do discurso no plural, utilize, com maior frequência a forma *da gente*, para a referência à posse a tal pessoa do discurso. Da mesma forma, o pronome pessoal *nós*, deve favorecer a ocorrência do possessivo *nosso*. A forma *de nós*, teria, também, uso favorecido pela presença da referência pessoal com o pronome *nós*. Foi considerado ainda o recurso “não se aplica”, uma vez que, apareceram muitas formas de referência à posse, sem que houvesse anteriormente expressão de referência pessoal.

Dado o exposto, fica claro que consideramos *paralelismo formal* no nível clausal a correspondência entre a referência pessoal e a possessiva numa mesma sentença. Os exemplos, a seguir, ilustram o que expusemos a respeito dessa variável, em que (18) representa a forma *da gente*, correlacionada à forma *a gente*; (19) o pronome possessivo *nosso* em correlação com o pessoal *nós*; (20) a referência possessiva *de nós*, em correlação à referência pessoal *nós*; e, em (21), (22) e (23) a posse expressa sem que o elemento indicador da posse esteja em relação com elementos de referência pessoal:

(18) Hum... hum.... Não, *a gente* vai mah tem sodade daqui, nasceu aqui... tem sodade do lugá *DA GENTE*. (RC-inq04)

(19) Se chovesse grosso, *nós* tinha, *NOSSA* terra, tinha ido embora, porque a terra branca num guenta muita chuva.(CZ-inq06)

(20) Agora, aí... se num tivé dinhêro... se [papai] *DE NÓS*, governo, num dé esse dinhêro, *nós* num... num come.(HV-inq13)

(21) Que o pai *DA GENTE* morreu. Por idade ela né ainda não...(SP-inq01)

(22) Então, acho que já caí de produção um pouquim... Agora o **NOSSO** time sempre [joga]... brincano.(CZ-inq03)

(23) DOC(1): E o... o costume daqui do povo era sempre plantá roça? Trabalhá na roça?

INF: Quem é... **DE NÓS**? (HV-inq13)

A partir do que se vê em (20), depreende-se que o paralelismo formal entre a expressão pessoal e a possessiva, foi considerada, também em contextos em que a forma de indicação pessoal encontrava-se numa posição posposta à forma possessiva, como se pode notar, também, nos exemplos (24) (25) e (26), a seguir:

(24) Lá no... quand'eu vô lá no... no Posto da Mata, tem uma... uma casa de vizinha lá, amiga **da gente**, [que] quando eu vô, fico lá... ela bota... liga no televisão lá, aí **a gente** fica assistino. (HV-inq03)

(25) Dêxa... dêxa a propriedade lá ININT o pai **da gente** dexô... os irmão dêxô tudo isolado, **nós** dois tá lá peleja, não pode se conseguir, nem compade Alcalino, que segura aquilo ali, andô sempre bem pra conta qu'ê compade Alcalino que segura! (HV-inq20)

(26) É, **nossas** festinha quando tem aqui, gosto. **A gente** zoa um bocado!(RC-inq08)

Em um grande número de ocorrências computadas foi constatado ainda que havia a forma de referência tanto anteposta quanto posposta ao elemento marcador de posse.

(27) Aí eu falô com ININT: “Agora eu já tô com o sinalzim ININT pra tal dia ININT vai... pra **nós** vê quanto o senhô vai dá na... na minha roça, e **nós** abatê **nossa** conta que **nós** temo aqui, porque ININT um porco gordo aí e... de... ININT cinquenta e oito ININT coisa ININT já na mão dele. (HV-inq20)

(28) Eu não quiri... Eu não falei, tava conversando com você, como é que *a gente* estudava? Se o pai *da gente* não tinha como manter *a gente* na escola? (SP-inq06)

Por fim, salientamos que foram consideradas ocorrências, em que a forma de referência pessoal encontra-se não apenas na mesma oração em que está o elemento possessivo, mas que estivessem próximas à mesma, numa distância de até dez orações, conforme exemplos (20), (24), (25) e (26), acima, e o (29), a seguir:

(29) Aí era assim, né... combinação, mas hoje em dia, eles num tão quereno mais não. *A GENTE* chama, mas [num vem não]. É por isso qu'eu tô falano que na associação *NOSSA* já foi [um], e essas, agora, que tão agora, esses novato, entom já tão seno ôtro...(HV-inq07)

Em suma, partimos da hipótese de que há uma forte relação entre os elementos de referência pessoal e os de referência possessiva, pois acreditamos que a variação entre os possessivos decorre de um processo de variação em cadeia, isto é, as variações existentes no sistema de referência pessoal repercutem no dos possessivos. Assim, esperávamos encontrar a forma *da gente*, correlacionada com o uso da forma *a gente*, e, as formas *nosso (a) (s)* e *de nós* correlacionadas à forma *nós*.

Os grupos de fatores para essa variável explanatória foram organizados da seguinte forma:

QUADRO 4.3 – Variável *Paralelismo formal* (correlação com o pronome pessoal)

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Próximo a <i>nós</i>	O elemento indicador de posse encontra-se próximo a <i>nós</i> (anteposto ou posposto).	“ Se chovesse grosso, nós tinha, nossa terra tinha ido embora, porque a terra branca num guenta muita chuva. ”(CZ-inq06)
Próximo a <i>a gente</i>	O elemento indicador de posse encontra-se próximo a <i>a gente</i> (anteposto ou posposto).	“Tinha, que se foi parente <i>da gente</i> que morreu, só minha tia...aí tinha festa aí, <i>a gente</i> saiu.” (SP-inq01)
<i>Não se aplica</i>	O elemento indicador de posse não está nem anteposto nem posposto a forma <i>nós</i> ou <i>a gente</i> .	“Então, acho que já caí de produção um pouquim... Agora o <i>nosso</i> time sempe [joga]... brincano.” (CZ-inq03)

4.5.2.2 Alternância dos pronomes pessoais por informante

Relacionada a variável explanatória exposta acima está a variável *alternância dos pronomes pessoais por informante*. Esperamos, com esta variável, averiguar se havia, de fato, uma distribuição diferenciada das ocorrências das variantes *nosso/ da gente/ de nós*, motivada pela forma de referência pessoal. Aventamos a hipótese de que os informantes que utilizam mais a forma *a gente*, usam também a forma *da gente* com maior frequência, enquanto que os que usam mais a forma *nós*, externam mais as formas *nosso* e *de nós*.

O quadro a seguir traz de forma mais sistematizada o controle a que foi submetida essa variável explanatória:

QUADRO 4.4 – Variável *Alternância das formas de referência pessoal por informante nas entrevistas*

Grupo de fatores	Descrição
Usa apenas <i>nós</i>	O informante apenas usa a forma de referência pessoal <i>nós</i> , durante todo o inquérito.
Usa apenas <i>a gente</i>	O informante apenas usa a forma de referência pessoal <i>a gente</i> , durante todo o inquérito .
Usa <i>nós</i> e <i>a gente</i>	O informante alterna as formas de referência pessoal <i>nós</i> e <i>a gente</i> , durante o inquérito.

4.5.2.3 Paralelismo discursivo

É denominado *paralelismo discursivo* a tendência de uma variante lingüística ter o uso motivado pela forma precedente da mesma natureza, ou melhor, por ela mesma. Assim, seguindo-se esse princípio, espera-se que, nos casos em variação, quando o falante opta por uma dada variante, ele a repita nos contextos subseqüentes.

Esta variável explanatória, *paralelismo discursivo*, é bastante presente na literatura sociolingüística, conforme nos mostram dentre outros estudos, os realizados por Vieira (1997); Omena (1996); Scherre e Naro (1993). Tais autores atestam que há, nas línguas, a tendência de se repetir a variante utilizada no contexto anterior. A propósito, Naro e Scherre (1993) sustentam a hipótese de o *paralelismo* ser um possível universal lingüístico, isto é, de correr em todas as línguas naturais.

Nesse sentido, Omena (1996, p.195), no estudo em que analisa a alternância entre ***nós*** e ***a gente***, na referência à primeira pessoa do plural, observa que ambas formas podem

ocorrer, quando se faz a primeira referência numa série discursiva, de modo que essa primeira escolha se deve a outros fatores que não ao paralelismo discursivo. A mesma autora nota que, por outro lado, a probabilidade de usar *a gente* é maior quando o antecedente for *a gente*, ao invés do pronome *nós*; o que equivale dizer que o uso de *nós*, antecedido por *a gente*, tem probabilidade de ocorrência reduzida, em comparação quando antecedido por *nós*.

Desse modo, resolvemos controlar esse fator na tentativa de sistematizar a variação focalizada neste estudo. A hipótese que tínhamos era a de que o uso da forma *da gente* deve ser favorecido quando o falante já tenha utilizado essa forma anteriormente no discurso; o que também ocorreria em relação às formas *nosso* e *de nós*. Portanto, formulamos a hipótese de que a opção por uma determinada forma de indicação de posse, no início da seqüência discursiva, tende a desencadear uma série de repetições da estrutura empregada na primeira referência.

Cabe, no entanto, salientar que a utilização da variável *paralelismo no nível discursivo* exige que o pesquisador se cerque de cuidados, a fim de que os seus resultados não sejam enviesados por outros fatores envolvidos na mesma, a saber: (1) o grau de distanciamento entre as formas seriadas – espera-se que quanto maior a distância entre elas, maior a tendência da escolha de outras formas; não se repetindo a forma já utilizada anteriormente –; (2) a mudança de referente – quando ocorre mudança do referente diminui a probabilidade de haver menção da forma precedente –; (3) o grau de coesão discursiva – quando menor o grau de coesão entre as orações, menor a possibilidade de ocorrer alterações em relação a forma anteriormente escolhida (cf. nos informa Machado, 1995, p. 17).

Desse modo, para não obtermos resultados enviesados ao controlarmos essa variável, decidimos levar em consideração os seguintes critérios: (i) considerar uma série discursiva seqüências em que o referente da forma possessiva (o possuidor) seja o mesmo da

ocorrência anterior, e, ainda que as formas possessivas não estejam separadas por mais de dez cláusulas. Não foram consideradas séries discursivas, quando a forma de indicação de posse estava presente no discurso do documentador ou de possíveis circundantes.

Para ilustrar o que expusemos acima, a respeito do enviesamento que o paralelismo discursivo poderia ocultar, observemos os exemplos seguintes. Em (30), por exemplo, caso não tivessem sido adotados os critérios expostos acima, poderiam ser desconsiderada a seqüência discursiva com a forma *da gente*, haja vista que as variantes estão em turnos diferentes. Já a ocorrência (31) poderia ser desprezada já que os elementos indicadores de posse encontram-se distantes:

(30) INF: Rapaz, eu espero sempre melhorá, né... nem que num melhor[a], mas o pensamento *da gente* é sempre pra frente... Espero melhorá cada vez mais.
DOC: Hum.

INF: Espero que daqui pra frente, a gente... a situação *da gente* vai melhorá mais... cada vez mais.(CZ-inq03)

(31) Dêxa... dêxa a propriedade lá ININT o pai *da gente* dexô... os irmão dêxô tudo isolado, nós dois tá lá peleja, não pode se conseguir, nem compade Alcalino, que segura aquilo ali, andô sempre bem pra conta qu'ê compade Alcalino que segura! E... que faz isso: "Quand'ê que vai tomá?" Depois: "Quand'ê que não?" "Ele... ele... não toma." "Eu vou conversá com Bernardino que... ele vai lá, diz que tem leitura, vai lá olhá... se o riqui... requirimento que os... pai *da gente* ainda serve, eu vô m'embora pa Bahia.(HV-inq20)

Os fatores deste grupo estão expostos no quadro seguinte:

QUADRO 4.5 – Variável *Paralelismo discursivo*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Primeira menção	O elemento indicador de posse é usado pela primeira vez na série discursiva.	“É tradição <i>da gente</i> .” ⁴³
Precedido por <i>nosso</i> e flexões	O elemento indicador de posse <i>nosso</i> e flexões está em contexto com a forma <i>nosso</i> e flexões precedente.	“Sei lá comé que é a vida <i>nossa</i> ...é <i>nossa</i> vivênça, batalhano pra vivê, trabalhano...” (CZ-inq09)
Precedido por <i>da gente</i>	O elemento indicador de posse, <i>da gente</i> está em contexto com a forma <i>da gente</i> precedente.	“a gente embarcava, aí tomava o ônibus, vinha embora os trabalho <i>da gente</i> ... e era folga <i>da gente</i> , né, que era num domingo, assim (...)”.(HV-inq07)
Precedido por <i>de nós</i>	O elemento indicador de posse, <i>de nós</i> está em contexto com a forma <i>de nós</i> precedente.	“Até... pode sê que eu vô quand'eu tivé... quan... quand'eu morrê, [às vez] vô contente, porque a terra <i>de nós</i> verdadêra é esse lá. DOC: Hum. Verdadêra terra <i>de nós</i> é esse lá... aucalipto, não. Aí [num] tem esse mundo intêro... é mundo... mundo intêro de eucalipto...”[num tem]. (HV-inq13)

4.5.2.4 Tipo de posse

A consideração dessa variável envolve questões semânticas, pois diz respeito ao significado da posse. Assim, cabe salientar que algumas variáveis semântico-discursivas vêm sendo utilizadas em pesquisas sociolingüísticas e têm se mostrado relevantes, na medida em que assinalam a consistência das relações entre grupos de fatores semânticos e formas variantes que envolvem questões de significado (cf. Gryner e Omena, 2003, p. 89).

⁴³ Scherre e Naro (2003, p. 167), narram que, ao pesquisarem a concordância verbal, constataram que os fatores *primeiro verbo de uma série* e *forma isolada*, na variável *paralelismo discursivo*, apresentam pesos relativos, respectivamente, 0,50 e 0,46, ou seja, apresentam uma regularidade. Por essa razão, não separamos esses dois fatores; procedimento, aliás, também, adotado por Vazzata Dias (1996, apud Scherre e Naro, op. cit.).

Em análises variacionistas que envolvem variações na estrutura do SN as variáveis semântico-discursivas têm se mostrado bastante significativas. Nesse sentido, Gryner e Omena (*op. cit.* 92-94), fazem menção a uma série de estudos realizados no âmbito do PEUL, nos quais a consideração da variável **animacidade do referente** foi fundamental para a sistematização das variáveis dependentes consideradas. São comentados pelas autoras os trabalhos de Mollica (1977); Tarallo (1983); Omena (1978); Braga (1986); Paredes e Silva (1998); Duarte (2003) e Silva (1996).

Em todos esses estudos comentados por Gryner e Omena (*op. cit.*), bem como em outros que tivemos conhecimento, a exemplo do realizado por Pedrosa (2004), observa-se que, quando ocorre alternância entre variantes que envolvem o emprego de pronome pessoal, sua ausência ou, ainda, uma outra forma alternante, os referentes animados influenciem o uso da forma com a variante do pronome pessoal, como, por exemplo, na variação entre as formas possessivas *seu* e *dele*, investigada por Silva (1996). A autora constata que possuidores [+animado] favorecem a forma *dele* e os [-animado] a desfavoreciam. Assim, nas construções seguintes (fornecidas pela autora, nas páginas 173-174) “o coração e *suas* válvulas”, vemos que seria pouco provável ocorrer “o coração e as válvulas *dele*”; este fato se dá porque a forma *dele* antropomorfiza o referente.

Ressaltamos que, para o fenômeno que estamos investigando (a posse referente ao “eu-ampliado”, não seria possível controlar a variável *animacidade* referente ao possuidor, haja vista que a primeira pessoa do discurso no plural é sempre humano, podendo envolver a primeira pessoa (EU), a segunda pessoa (NÃO-EU) ou a terceira pessoa (NÃO-PESSOA), no dizer de Benveniste (1976).

Quanto ao traço de animacidade do referente possuído, resolvemos não controlar essa variável, pois intuímos que as diferenças no uso das formas *nosso/ da gente/ de nós*,

seria muito mais decorrente do nível de referencialidade do possuído, do que propriamente devido ao traço de animacidade⁴⁴.

Outra questão que pesou em nossa opção de não considerar a variável *animacidade* do referente possuído foi o fato de julgarmos que seria muito mais produtivo trabalhar com a variável *tipo de posse*, uma vez que esta englobaria, indiretamente, a questão da animacidade do possuído, bem como a questão da concretude vs abstração do possuído.

Nesse sentido, postulamos a hipótese de que haveria uma motivação diferenciada no uso das variantes, na medida em que as formas alternantes teriam níveis de transparência semântica diferenciados, sendo a forma *de nós* intermediário e a *da gente* mais transparente (em forma crescente de transparência semântica: *nosso (a)(s)* > *de nós* > *da gente*). Prevíamos que em posses mais concretas (a posse material), fosse mais utilizadas as formas *da gente* e *de nós*, nas mais abstratas, deveriam ocorrer as forma *nosso(a) (s)*.

Por fim, convém esclarecer que, inicialmente, pensamos em trabalhar com o nível de abstração do referente possuído, mas abandonamos essa idéia, pois vimos que seria muito difícil trabalhar com uma variável binária (concreto vs abstrato), como, aliás, adverte-nos Mattoso Câmara (1968), em que expõe que a distinção entre concretos e abstratos é mais filosófica que lingüística e que, mesmo no âmbito da filosofia, é muito fugidia. Não encontramos, portanto, nenhum critério que pudesse apoiar essa distinção binária, nem mesmo a distinção clássica, proposta por Cunha (1976, p. 121), segundo a qual o substantivo concreto são os que designam os seres e os abstratos são os que designam ações, estados e qualidades.

Sendo assim, no controle dessa variável semântica, resolvemos seguir uma divisão ternária para a variável *tipo de posse*⁴⁵, cujo grupo de fatores é exposto a seguir:

⁴⁴ Na seção 4.5.2.5, comentaremos o controle sobre a variável *referente do possuído* que empreendemos.

QUADRO 4.6 – Variável *Tipo de posse*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Posse material	O possuído é algo que pode ser comprado.	“É.. e... e por aqui... Livramento por aqui mesmo é... é... é o pasto da gente .”(RC-inq24)
Posse abstrata	O possuído é algo que não pode ser comprado, mas, em alguns casos, pode ser adquirido ao longo do tempo. Pode ser de caráter moral, afetivo, social intelectual e espiritual.	“Sei lá come que é a vida nossa ... é nossa vivêça, batalhano pra vivê, trabalhano...”(CZ-inq09) “Que não tinha gente fora de Planalto, alguma pessoas de Planalto que num é conhecido da gente , né?”(CZ-inq01)
Posse inalienável/ inerente	O possuído é inerente ao possuidor; não pode ser adquirido ao longo do tempo.	“Não... sempre... a gente trabaivava com os pai da gente mais’a mãe, né...”(HV-inq12)

4.5.2.5 Referencialidade do referente (possuidor)

Tendo em mente que há uma série de níveis de referencialidade empregados na literatura, tais como [+ ou – genérico]; [+ ou – referente]; [+ ou –coletivo]; [+ ou – arbitrário], [+ ou – definido], dentre outros, fizemos a opção, com base na observação dos dados, que o

⁴⁵ Em muito nos ajudou o trabalho de Mattos e Silva (1991, p.588), em que a autora utiliza essa divisão para os tipos de posse, ao analisar a variação entre os verbos *ter*, *haver*, *possuir*, como indicadores de posse, e, cuja leitura agradecemos a indicação feita pela professora Ilza Ribeiro.

nível de referencialidade com o qual iríamos trabalhar seriam [+ ou – genérico] e [+ ou – definido].

Assim, a partir da constatação de que ocorre em todo o sistema de posse do PB, o fenômeno da generalização da posse, com construções do tipo “Quando você casa, quer *sua* casa”; “Ninguém gosta que falem mal de *nosso* filho”; “A mãe *da gente* é especial”, “Cada um tem o *seu* jeito”; “Quando tu tem consciência de *teu* talento...”⁴⁶, resolvemos investigar se a posse mais genérica influiria em diferenças de uso das variantes.

A hipótese que aventamos foi a de que a forma *da gente* seria mais utilizada em referência à posse genérica; com essa afirmação reforçamos a hipótese sustentada por Omena (1986) de que haveria na forma *a gente* uma permanência diacrônica do traço [+indeterminado] na variante *a gente*. Esclarecemos que estamos entendendo [+genérico], com uma semântica próxima a [-determinado].

No que diz respeito à variável *definitude do referente*, levantamos a hipótese de que o uso da variante *da gente* esteja associado a possuidores de grupos maiores, isto é menos definido, (já que a forma *a gente*, traz a idéia de coletividade e de indefinição) do que com grupos menores que favorecem a forma *nosso*. Assim, em uma sentença como “o *nosso* filho está doente”, o pronome possessivo estaria fazendo referência a possuidores, em apenas duas situações: a mãe e o pai falando sobre o filho (posse coletiva); ou, duas pessoas falando de seus respectivos filhos (posse distributiva).

Dessa forma, o quadro com o grupo de fatores considerados para essa variável explanatória seria configurado da seguinte forma:

⁴⁶ Exemplos fictícios.

QUADRO 4.7 – Variável *nível de referencialidade do referente possuidor*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
[+genérico]	O possuidor abrange todo e qualquer indivíduo de um conjunto.	“É, ela estraga as vista da gente que bebê ela”(HV-inq13)
[-genérico e – definido]	O possuidor abrange certos membros de uma classe (um grupo grande).	“Acho qu’ é mais barato que aqui na nossa cidade, aí...” (CZ-inq03)
[-genérico e +definido]	O possuidor abrange dois ou mais indivíduos, não excedendo ao número maior do que cinco indivíduos.	bocado dessa família nossa aqui, é um bocado mesmo, que dá (CZ-inq03)

4.5.2.6 Presença de determinantes no SN com o elemento possessivo

Essa variável foi considerada, principalmente, pela razão de que as amostras de fala que compõem o nosso *corpus* são provenientes de habitantes de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas; as quais, acreditamos devem trazer os mais evidentes traços do contato entre línguas na história sociolingüística do PB (conforme expusemos no capítulo 1 desta dissertação). Partimos da hipótese de que, por serem os determinantes de pouca funcionalidade para o estabelecimento da comunicação, e de pouca transparência semântico-referencial, essas estruturas, no passado dos dialetos afro-brasileiros, devem ter sido perdidas, de modo que não ocorreriam acompanhadas de formas possessivas com características mais criouliizantes. Estaria, nesses casos, atuando o *princípio da coesão estrutural*, postulado por Lucchesi (2000, p.140), segundo o qual existe maior propensão, nos processos de alternância de códigos, à coocorrência de estruturas provenientes de uma mesma gramática numa mesma porção da estrutura da sentença.

Desse modo, seguindo o princípio de coesão estrutural, não devem existir, no mesmo SN, a presença de determinantes e a forma mais conservadora *de nós*. Os exemplos (32), (33) e (34), exemplificam o que foi dito acerca dessa variável, pois vemos que a

ausência do determinante nos exemplos (32) e (33) é acompanhado de outras ausências, como de flexão de gênero em (32), ao passo que a forma *nossa*, em 34 - com flexão de gênero e de marcação de genitivo - é acompanhada do determinante.

(32) Verdadeira Terra *de nós* é esse la' (...) (HV-inq13)

(33) se [papai] de nós, governo, num dé esse dinhêro, nós num... num come (HV-inq13)

(34) A *nossa* criação foi essa.(HV-inq01)

QUADRO 4.8 – Variável *Presença de determinantes*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Com determinantes	Há determinantes no sintagma com o elemento possessivo	“É, ela estraga as vista <i>da gente</i> que bebê ela”(HV-inq13)
Sem determinantes	Não há determinantes no sintagma com o elemento possessivo	“Agora, aí... se num tivé dinhêro... se [papai] <i>de nós</i> , governo, num dé esse dinhêro, nós num... num come.”

Ressaltamos ainda que Câmara Jr (1970/ 2002, p. 121-122) destaca o caráter definidor do artigo diante de possessivos – em empregos com função adjetiva ou como determinante, posposto ao determinado – conforme vemos, nos exemplos fornecidos por ele: “este é o **meu** livro”, “o livro **meu** não está aqui”. Defende, ainda, o autor que “com determinantes e antecedentes de um determinado, o caráter definidor do artigo desaparece e ele pode figurar uma variação livre (*meu livro* ou *o meu livro*)”.

4.5.2.7 Distribuição da posse

Conforme já salientamos na seção 3.1 a relação expressa pelo elemento possessivo envolve dois referentes: o possuído e o possuidor, o que faz com que no sistema de posse nem sempre ocorra uma equivalência do número gramatical com o semântico.

Desse modo, a posse referente à primeira pessoa do plural tem como referentes o *possuidor* (com duas ou mais pessoas) e o *possuído* (com um ou mais de um possuído), que pode estar ou não distribuído igualmente entre os possuidores. Há, portanto, duas formas de combinações entre possuidores e possuído(s), conforme se vê no quadro, a seguir:

QUADRO 4.9 – Variável Distribuição da posse

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Posse coletiva	O(s) elemento(s) possuído(s) pertencente(m) igualmente aos possuidores.	“mas vêi chovê agora, agora dia dezessete foi uma chuvona, não pá todo mundo, mas, nessa região <i>nossa</i> aqui, juntô até água.” (CZ-inq06)
Posse distributiva	O(s) elemento(s) possuído(s) não pertencente(m) igualmente aos possuidores.	“Não... sempre... a gente trabaiava com os pai <i>da gente</i> mais’ a mãe, né... (HV-inq12)

Esclarecemos que controlamos essa variável para averiguar se havia influência na escolha das variantes motivadas pelo fato de o(s) possuído(s) pertencer(em) aos possuidores coletivamente ou distributivamente. A propósito, ressaltamos que as diferentes combinações entre elemento possuído e possuidores podem gerar uma outra variação no sistema de posse – a alternância entre presença ou ausência de morfema de plural –, o que possibilita a ocorrência de construções como as seguintes, exemplificadas em Silva (1982, p.28):

(35) estão faltando uns filhotinhos na **nossa** vida... (Mônica nº 121, p. 37)

(36) Conversaremos sobre **nossas** vidas. (Cebolinha, Almanaque, p. 40)

Essa variação de morfema de plural no sintagma nominal com o elemento possessivo não foi controlado neste trabalho, porque julgamos que a mesma mereceria um trabalho à parte, resultando, até mesmo, em uma outra variável dependente. Por outro lado, não podemos ignorar que o enfraquecimento da regra da concordância nominal presente nos dialetos de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (cf. Andrade, 2003), e, supomos, assim, que tal fato poderia influir na alternância **nosso/ da gente/ de nós**, fato este que nos levou a postular a variável explanatória *quantificação do referente possuído*, apresentada na seção seguinte.

4.4.2.8 Quantificação do referente possuído

O controle dessa variável explanatória foi proporcionada pela constatação de que, em nosso *corpus*, é visível a variação da regra de concordância nominal, no grupo nominal com o elemento possessivo, fato que pode estar influenciando na variável dependente, numa espécie de variação de cadeia.

A hipótese que sustentamos foi a de que, sendo a regra da concordância nominal inibida nas normas populares do PB, e, em especial, em comunidades rurais afro-brasileiras, julgamos que o falante optaria com maior frequência pela forma **da gente**, como uma maneira de evitar a marcação redundante de plural no SN. Assim, supomos que, em construções em que fosse necessária a marcação de plural nos determinantes (artigo, demonstrativos, possessivo, adjetivos etc) e no nome, o falante optaria pelas formas analíticas **de nós** e **da gente**, as quais permitem a marcação com morfema de plural apenas de gênero. Por exemplo,

acreditamos que “*nas nossas mãos*” é mais improvável de ocorrer que “*nas mão da gente*” ou “*nas mãos da gente*”.

O quadro seguinte ilustra como foram codificados os dados:

QUADRO 4.10 – Variável *quantificação do referente possuído*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Possuído único	Há apenas um possuído (não existe marca de plural no nome possuído)	“Acho que mais barato que aqui na <i>nossa</i> cidade, aí...”(CZ-inq03)
Possuído múltiplo	Há mais de um possuído (pode existir ou não marca de plural no nome possuído).	“É, <i>nossas</i> festinha quando tem aqui, gosto. A gente zoa um bocado!”(RC-inq08)

Portanto, a hipótese aventada é a de que nos sintagmas com mais de um possuído – que exigem a presença de morfema de plural no possessivo *nosso(a) (s)* – haja maior prevalência do uso das formas analíticas. Desse modo, postulamos o princípio de que menos concordância favoreça o uso de formas analíticas (*da gente* e *de nós*) e mais concordância, o da forma sintética *nosso(a) (s)*.

4.5.2.9 Presença de núcleo

Tendo em vista que encontramos várias ocorrências no *corpus* em que o elemento indicativo da posse existia sem que tal elemento estivesse acompanhado de um sintagma nominal, resolvemos investigar se essa alternância em relação à presença do núcleo (o referente possuído) seria motivadora da variação *nosso/ da gente/ de nós*.

O quadro seguinte ilustra a forma como controlamos essa variável:

QUADRO 4.11 – Variável *Presença de núcleo*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
Com núcleo	O elemento possessivo pode ocorrer tanto seguido ou precedido do nome, núcleo do SN (o possuído).	“Que o pai <i>da gente</i> morreu. (SP-inq01)
Sem núcleo	O elemento possessivo ocorre sendo ele próprio núcleo do SN em função substantiva.	“Não, num foi o <i>nosso</i> não, é o que ela tá me relembro, né... O <i>nosso</i> não!”(CZ-inq01)

A princípio, a hipótese que tínhamos era de que o apagamento do núcleo favoreceria a forma pronominal sintética (Det + possessivo + Ø), ao passo que desfavoreceria as formas analíticas (Det + Ø + SP).

4.5.2.10 Função sintática do elemento do SN com o elemento possessivo

Outra variável que consideramos foi a função sintática de todo o SN que contém a referência possessiva; assim, no exemplo (37), “*Nossa vida*” é o SN que exerce função de sujeito na oração, o que também acontece com *uma da gente*, em (38). Já, em (39), (40), a os SN’s que contém a expressão de posse *da gente* exerce função de adjunto adnominal e de complemento nominal.

(37) *Nossa vida* tem que sê perdida. Agora, quem qué chorá chora, quem num qué fica assim ININT.(HV-inq22)

(38) É, Vitória também é ótimo, agora a gente preferia o Rio porque, assim, *uma da gente* já mora lá, né?(HV-inq01)

(39) Me levaro em casa, era até na casa de uns parente *da gente* aí, me levo, aí correu pa chamá carro.(HV-inq03)

(40) Num pode ficá saindo só, assim, andando, então a gente tem de fica(r) mais aqui dentro da casa *da gente* mehmo.(HV-inq07)

A hipótese que sustentamos, é a de que a forma *da gente* é favorecida em todos os contextos sintáticos, excetuando a de sujeito da oração, como nos exemplos (37) e (38), pois acreditamos que, nessa posição, as formas possessivas são empregadas envolvendo a pessoa do discurso, como uma informação conhecida (sabemos que funcionalmente o sujeito é tido como sendo de papel temático, por conter informação conhecida), o que deve levar a uma variação equilibradas entre as formas. Já, no que diz respeito às outras funções, supomos que as funções de complementos verbais, que veiculam informações novas, são mais favorecedoras das formas analíticas, por serem de característica menos ambígua, principalmente no que diz respeito à combinação entre o número dos possuidores e de possuído(s).

No quadro seguinte, estão expostos os grupos de fatores controlados para essa variável, de maneira mais detalhada:

QUADRO 4.12 – Variável *função sintática do SN com o elemento possessivo*

Grupo de fatores	Descrição	Exemplos
SN sujeito	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de sujeito da oração.	“Se <u>o pai da gente</u> não tinha como manter a gente na escola?”(SP-inq06)
SN adjunto adverbial	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de adjunto adnominal na oração.	“... Esse santo vinha, dormia <u>na casa da gente...</u> ”(HV-inq13)
SN Predicativo do sujeito	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de predicativo do sujeito da oração.	“Que não tinha gente fora de Planalto, alguma pessoas de Planalto que num é <u>conhecido da gente</u> , né?”(CZ-inq01)
SN objeto indireto	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de objeto indireto na oração.	“É... minha mulé pegô... não... a... aquela que... bate <u>nos olho da gente</u> , né?”(CZ-inq03)
SN objeto direto	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de objeto direto na oração.	Às vez, as pessoas costumam comprá <u>as coisa na mão da gente</u> (HV-inq01)
SN adjunto adnominal	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de adjunto adnominal na oração.	“Na igreja? ININT <u>o culto da comunidade</u> nossa comé?”(HV-inq09)
SN complemento nominal	O elemento possuidor está localizado no sintagma nominal com função sintática de complemento nominal na oração.	“Não, a gente vai, mas tem sodade daqui, nasceu aqui... tem sodade <u>do lugá da gente</u> .”(RC-inq04)

Terminada a explanação acerca das principais características e hipóteses das variáveis explanatórias lingüísticas, discorreremos nas próximas subseções, sobre as variáveis explanatórias sócio-culturais consideradas nesta análise.

4.5.3 As variáveis explanatórias sócio-culturais: características e hipóteses

Na literatura lingüística, a influência de fatores sociais é uma questão há muito abordada (Gauchat, 1905; Fischer, 1958; Labov, 1966). No que tange aos estudos sociolingüísticos, a consideração desses fatores reveste-se de grande importância para a sistematização da variação e, principalmente, para a projeção da variável dependente no curso do tempo, isto é, na identificação do fenômeno variável como estável ou como uma mudança em progresso, pois, a depender de como uma mudança está encaixada, não só na estrutura lingüística, mas também na estrutura social da comunidade de fala, a variação poderá ou não se configurar como mudança.

Assim, como nas comunidades de fala sempre existem formas em co-ocorrência ou em concorrência (conforme expusemos no capítulo 02 desta dissertação), é inevitável que tais formas sejam associadas aos grupos sociais que as utilizem com maior frequência. Acreditamos, pois, que, embora nem sempre existam variantes de prestígio e variantes estigmatizadas, as diferenças no modo de falar podem, ao mesmo tempo, distinguir o falante de um grupo, ou, o enquadrar em outro, o que comprova a co-variação entre variáveis lingüísticas e sociais.⁴⁷

Desse modo, quando são consideradas variáveis sociais no trato de questões lingüísticas, está se averiguando o peso de questões sociais na estrutura lingüística da comunidade de fala; de forma que o termo *Sociolingüística* foi considerado redundante por Labov (1972), na medida em que sempre há um enraizamento social no uso de formas

⁴⁷ Atente-se para o que diz Labov (1974) a respeito de *estereótipos*, *marcadores* e de *indicadores* lingüísticos.

lingüísticas. Associa-se, por exemplo, um certo modo de falar a pessoas jovens, escolarizadas, naturais de determinadas regiões do país, ou, ainda, a pessoas que têm contato com a mídia, que têm determinadas ocupações profissionais etc. Em suma, o ambiente, em que indivíduo está inserido, as pessoas com as quais convive, o seu nível de instrução determinam uma maneira peculiar de falar.

Assim, algumas variáveis sócio-culturais têm sido amplamente empregadas em pesquisas sociolingüísticas, demonstrando serem bastante relevantes para a compreensão dos fenômenos estudados. A propósito, Silva e Paiva (1996), em uma ampla revisão da influência de variáveis sociais na análise de fenômenos variáveis no português falado no Rio de Janeiro, atestam ser imprescindível a consideração das variáveis *sexo, escolarização, idade*, bem como o cruzamento das mesmas. Assim, o pesquisador, ao utilizar variáveis tão divulgadas como essas, poderá traçar o perfil lingüístico da comunidade em estudo e, ainda, comparar os seus resultados com outros apresentados por estudiosos que investigaram o mesmo fenômeno em outras regiões do país. Do mesmo modo, é importante que outras variáveis sociais sejam consideradas, levando-se em consideração as peculiaridades da comunidade de fala em estudo.

Nesta pesquisa, foram consideradas cinco variáveis sócio-culturais: *sexo, faixa etária, comunidade, estada fora da comunidade e escolaridade*, cujas características e hipóteses estão expostas a seguir. Consideramos, portanto, variáveis sociais com o objetivo de verificar a nossa hipótese de que há no sistema de posse um percurso de formas mais criouliizantes para mais próximas das variedades urbanas do PB.

4.5.3.1 Sexo

Um dos fatores que levam à diversidade lingüística é o sexo dos falantes. Obviamente, não estamos nos referindo às diferenças concernentes ao timbre e ritmo de voz, tampouco ao volume, posto que, se assim o fosse, estaríamos priorizando fatores fisiológicos/ biológicos, o que fugiria ao nosso objetivo: observar a influência do sexo dos informantes no uso de formas lingüísticas intercambiáveis.

Assim, partimos da premissa de que a construção social dos papéis feminino e masculino são fatores a serem considerados na análise das escolhas lingüísticas dos falantes, na medida em que existem formas que são associadas ao comportamento masculino, e outras, ao feminino. Falamos, então, da ideologia ligada à masculinidade e à feminilidade.

Certamente, as diferenças lingüísticas mais salientes distribuídas entre os sexos estão concentradas no nível lexical. Formas lexicais consideradas *tabu* nas sociedades são, geralmente, impulsionadas, nas comunidades de fala, por informantes do sexo masculino, uma vez que, há uma pressão social para que as mulheres assumam um comportamento mais recatado, isto é, mais conservador, conservadorismo este que se expande ao seu comportamento lingüístico. Esse comportamento mais pacato das mulheres, muitas vezes, é explicado devido aos papéis tradicionalmente que lhes são atribuídos, a exemplo da educação dos filhos, o que pede um comportamento exemplar. Por outro lado, não se pode ignorar que mudanças ocorridas nas sociedades industrializadas ocidentais – inserção das mulheres no mercado de trabalho, inclusive, em ocupações antes restritas aos homens, bem como uma maior participação de homens em questões domésticas/ familiares – vêm contribuindo para amenizar diferenças no modo de falar característico de homens e mulheres.

Já no que se refere às variações em padrões fonológicos e morfossintáticos, para uma análise coerente acerca da variável *sexo*, faz-se necessário uma observação mais detalhada sobre esse fator; devendo ser investigado à forma como a comunidade de fala está

organizada, bem como o valor social das formas inovadoras e conservadoras. Salientamos, no entanto, que vários estudos sociolingüísticos que focalizaram variáveis dessa natureza já demonstraram ser essa variável produtiva na análise sociolingüística.

Um dos primeiros estudiosos a controlar a variável *sexo* foi Gauchat (cf. Labov, 1983, p. 371), em um trabalho sobre a variabilidade dos *patois* de Charmey, em que descobriu que o uso de novas formas está mais estendido entre as mulheres do que entre os homens. Na moderna sociolingüística, é, consensualmente, considerado um trabalho precursor o estudo realizado por Fischer (1958), conforme nos informa Silva (1996).

Fischer investigou a variação na pronúncia *-ing*, formador de gerúndio na língua inglesa (*talking, walking*), em uma comunidade rural da Nova Inglaterra (EUA), observando que intercambiavam as formas *-ing* e *-in*. Nesse estudo, o autor constata a preferência dos informantes femininos pelo uso da forma de prestígio *-ing*, comprovando, com isso, a sensibilidade das mulheres ao uso da forma padrão, de prestígio.

Também Labov (1966) investigou o efeito dessa variável em relação à presença ou ausência do /r/ pós-vocálico, como, por exemplo, em *car* (carro), na comunidade de fala nova-iorquina, e chegou à conclusão de que as mulheres empregam o /r/ mais do que os homens, ou seja, elas utilizam mais a variante padrão.

De fato, a maioria dos estudiosos que analisaram a importância da variável *sexo* em fenômenos lingüísticos postula que informantes do sexo feminino utilizam com maior frequência formas padronizadas, isto é, há uma tendência de as mulheres usarem as formas mais aceitas socialmente; sendo este um fenômeno bastante regular, seja em fenômenos fonológicos, seja em morfossintáticos, independente de se tratar de variação estável ou de casos de mudança em curso (cf. Silva, 1996, p. 336).

Desse modo, façamos algumas considerações sobre a importância da variável *sexo* na difusão da mudança. Paiva (2003, p. 36), por exemplo, defende que, quando se trata de implementar na língua uma forma considerada de prestígio, são as mulheres que lideram o processo de mudança; o contrário do que ocorre quando se trata de uma mudança em direção a uma forma socialmente desprestigiada, em que as mulheres assumem uma atitude conservadora, e os homens tomam a liderança do processo.

Esse quadro acima esboçado por Paiva é de validade questionável, inclusive, ela própria, adiante, assevera que nem sempre se pode assegurar que tal realidade se estenda a todos os processos de mudança, já que nem sempre se verifica uma polarização entre variante de prestígio e estigmatizada. Nesse sentido, em consonância com a autora, acreditamos que o que se pode generalizar quanto ao sexo feminino é a maior sensibilidade das mulheres ao prestígio social atribuído pela comunidade às variantes lingüísticas. Acreditamos, ainda, que o sexo dos falantes não deva ser considerado isoladamente, mas associado a outros fatores como idade, escolaridade, situações discursivas e, principalmente, às especificidades da história das comunidades em estudo.

Desse modo, pautando-nos em observações parciais do *corpus* e em leituras realizadas sobre a temática desta pesquisa, bem como nos resultados a que chegamos a partir dos resultados de um estudo piloto que realizamos (Araújo, 2004), sustentamos, nesta dissertação, a hipótese de que a variante *de nós*, sendo um vestígio da história crioulezante do dialeto rural afro-brasileiro, deve aparecer apenas na fala de mulheres. Esse fato se explica porque, nas comunidades rurais afro-brasileiras, as mulheres estão em desvantagem em relação à aquisição de estruturas descrioulizantes (aquisição de regras da morfologia flexional).

Ressalvamos, assim, que o *corpus* que utilizamos é representativo de uma comunidade de fala rural isolada e com fortes sinais de um processo de transmissão lingüística irregular, no seu processo de formação. Acreditamos, então, que o papel desempenhado pelas mulheres na propagação e difusão da mudança, difere do que, normalmente, é postulado para comunidades urbanas, como, por exemplo, quando se afirma que as mulheres tendem à utilização de formas de prestígio, pois são mais sensíveis ao valor social das formas lingüísticas.

Situação bastante distinta é a que se pode observar em comunidades rurais afro-brasileiras. Nestas, as mulheres encontram-se em situação mais desfavorável ao processo de aquisição de estruturas da língua alvo (que podemos chamar de *descrioulizantes*), pois, ao contrário dos homens, poucas têm contato com o mundo exterior, ficando apenas restritas aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos. Os homens, por outro lado, relacionam-se com a comunidade externa, já que são eles que saem para trabalhar nos grandes centros urbanos e vendem seus produtos agrícolas nas feiras das cidades próximas etc.

4.5.3.2 Faixa etária

A variável *faixa etária*, melhor ainda, permite-nos projetar historicamente o processo de difusão e propagação da mudança *de nós > nosso > da gente*. Essa análise corresponde à observação de possíveis processos de mudanças lingüística na comunidade de fala, feita através de verificação no chamado *tempo aparente* (cf. LABOV, 1972). Ao considerarmos diferentes gerações de falantes, podemos verificar a co-variação sistemática entre variáveis lingüísticas e sociais. Assim, a mudança lingüística é detectada se houver uma maior freqüência de ocorrências de formas inovadoras na fala dos mais jovens da comunidade e a conservação de formas mais antigas na fala dos mais velhos, configurando um padrão

ascendente, ao passo que, num processo de variação estável, esse padrão é plano ou curvilíneo, correspondendo ao uso de formas inovadoras pelas faixas intermediárias.

Expondo com outras palavras, temos uma situação em que se uma variante ocorre indistintamente em todas as faixas, indica uma estabilidade dentro do sistema – nesses casos, existe um padrão curvilíneo com uma representação em que os grupos extremos apresentam o mesmo comportamento, contrastando com o falante de meia idade (Naro, 2003, p.47). E, quando ela ocorre com maior frequência nos grupos de idade mais avançada e vai gradativamente diminuindo a sua participação pelos grupos de menor idade (como expusemos acima) isso indica um desaparecimento da variante. Já, quando ocorre mais nos grupos de menor idade e é pequena a sua participação nos grupos de idade mais avançada, pode-se estar diante de um processo de mudança com vistas à implementação dessa variante.

Vale, no entanto, ser salientado, conforme já expusemos na seção 2.1.1, que o pesquisador deve estar atento, ao trabalhar a variável *faixa etária* (tempo aparente), para identificar se os seus resultados, em vez de indicarem mudança em curso, caracterizam apenas a linguagem de jovens e idosos que se repetem a cada geração; em que se postula, geralmente, que os mais jovens são responsáveis pela implantação de formas inovadoras e os mais velhos, de formas conservadoras.

Estamos assumindo uma posição favorável à importância dessa variável, embora exista uma controvérsia em relação a isso, na medida em que os estudos da linguagem ainda não esclareceram, de todo modo, até que ponto a língua falada pelo indivíduo pode mudar ou não no decorrer dos anos. Nesse sentido, há duas posições teóricas referentes à questão: para a primeira, a linguagem é adquirida em sua grande parte na infância, até o início da puberdade, ficando a língua, a partir desse momento, estável. Acredita-se, então, que a língua de um falante adulto reflete o estado da língua correspondente ao período em que o indivíduo estava

na puberdade; assim, *o tempo aparente* está em correspondência com *o tempo real*: a fala de uma pessoa com sessenta anos permite descobrir as principais características da língua há quarenta e seis anos.

A outra teoria, defende que a fala do indivíduo não permanece estável após o período da puberdade, o que, claramente, invalida o recurso do tempo aparente. Naro (2003, p. 47), por exemplo, manifesta sua descrença a respeito da estabilidade da gramática do indivíduo, baseando-se em alguns resultados de pesquisas que demonstram que o indivíduo pode, por razões sociais, a exemplo de pressões ligadas a sua vida profissional, adotar padrões lingüísticos mais formais, retomando a padrões informais, quando estiver, por exemplo, aposentado, ou seja, livre de tais pressões.

A esse respeito, acreditamos que existem, sim, aspectos da gramática do indivíduo que permanecem estáveis, mas que, para uma melhor credibilidade do recurso da variável *faixa etária*, o recurso do tempo aparente deve ser considerado dentro da estrutura social mais ampla da comunidade.

Desse modo, a hipótese inicial que tínhamos, quando consideramos essa variável, era que haveria, nas faixas etárias, uma distribuição diferenciada da variável dependente. Deduzimos, então, que a forma *de nós* ocorreria na fala de informantes mais velhos e as formas *nosso* e *da gente* na dos mais jovens.

4.5.3.3 Comunidade

Conforme expusemos nas seções 4.2 e 4.3, foi controlada a variável comunidade do informante. Com essa variável, buscamos averiguar se o intenso contato entre línguas que marca, igualmente, a história das quatro comunidades rurais observadas tenha gerado os mesmos reflexos em suas estruturas lingüísticas.

Partimos da hipótese de que essas comunidades de fala, uma vez que, possuem características sócio-histórico-culturais semelhantes, não apresentariam grandes diferenças lingüísticas. No entanto, ao observarmos mais detalhadamente as particularidades dessas comunidades, vimos que poderia haver diferenças no comportamento lingüístico concernente à variável dependente, principalmente, devido ao entrelaçamento com outras variáveis extralingüísticas que a variável *comunidade* poderia camuflar.

A propósito, observamos que a grande mobilidade espacial que marca a realidade lingüística brasileira (em que a construção de estradas asfaltadas muito favoreceu) não repercute da mesma forma nas quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas que investigamos. As comunidades de Barra e Bananal, por exemplo, por estarem situadas em uma região com grande tradição turística, recebem grande contingente de pessoas, favorecendo o contato com falares típicos dos grandes centros; daí que inferimos que, nessas duas comunidades de fala, o comportamento da variação deveria tender para um maior uso do pronome *nosso (a) (s)*, mas também, com grande freqüência de uso da forma *da gente*.

Igualmente, aventamos a hipótese de que na comunidade de Helvécia – com seus moradores demonstrando um certo espírito empreendedor – buscando, por exemplo, trabalho fora da comunidade, deveria ser freqüente o uso de estruturas próximas da língua alvo, já que esse contato externo favoreceria tal aquisição, o que pode levar a que se tenha tanto a forma *nosso(a) (s)*, quanto a forma *da gente*.

Já quanto às comunidades de Cinzento e de Sapé, por serem comunidades localizadas em regiões de acesso ainda mais difícil que as outras duas, supomos que seria freqüente o uso com tom mais criouliizante, isto é, a forma analítica *de nós*.

Contudo, acreditamos que para uma melhor sistematização da variável dependente, o peso dessa variável explanatória (comunidade) deva ser medido considerando-se a sua

correlação com as outras variáveis sócio-culturais utilizadas neste estudo, bem como as lingüísticas. Essa observação deve ser ainda mais posta em relevo se ponderarmos que, no fenômeno focalizado, concorrem duas forças de mudança: a forma *da gente* e a forma *nosso*, ambas inovadoras, sendo, também, motivadas por fatores lingüísticos, anteriormente sumarizados, o que pede muita cautela para a aferição dos pesos das variáveis explanatórias. Por outro lado, não devemos esquecer que a própria região em que se localiza a comunidade pode influir no uso das variantes.

Desse modo, ratificamos a crença tão difundida, atualmente, mesmo entre estudiosos da Dialetologia, de que uma análise apenas espacial (monodimensional) pode ser falha, pois, à variação diatópica, acrescenta-se a diastrática, a diafásica, a diagenérica etc. Acreditamos, assim, que um estudo mais aprofundado das comunidades, em seus aspectos históricos e etnográficos, bem como uma correlação a aspectos mais sutis das comunidades, como, por exemplo, facilidade de acesso a visitantes, atividades turísticas, número de escolas, atividades profissionais presentes nas comunidades podem melhor explicitar o peso da variável comunidade, e, da zona geográfica a que pertence o informante.

4.5.3.4 Estada fora da comunidade

A variável *estada fora da comunidade* não é uma variável muito utilizada em estudos sociolingüísticos, tampouco, em dialetológicos. Mas, cremos que, para o *corpus* com que trabalhamos, a consideração dessa variável é imprescindível, pois sabemos que existem particularidades nessas comunidades de fala, em grande parte, decorrentes do relativo isolamento desses habitantes afro-brasileiros em relação a centros urbanos, o que reforçava a preservação de características do contato entre línguas presentes na história sociolingüística dessas comunidades.

A hipótese aventada, ao controlarmos essa variável, foi a de que os informantes que mantiveram um maior contato com habitantes de comunidades urbanas, a partir de estadas mais prolongadas fora da comunidade, apresentariam um comportamento lingüístico diferenciado em relação àqueles que não tiveram esse maior fluxo de redes comunicacionais com pessoas de fora da comunidade.

Sabemos, por exemplo, que a “imitação lingüística” é algo muito freqüente em situações de contato entre falantes de regiões diferentes. Nesse sentido, sabendo que, embora essa imitação possa ocorrer de forma inconsciente, nos casos de habitantes de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, a julgar pelo prestígio do comportamento de falantes da “cidade”, é esperado que essa imitação seja um fenômeno recorrente.

Assim, pautando-nos na evidência de que os estudos realizados sobre a expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, apontam para o pouco uso da forma *da gente*, esperávamos que os informantes que estiveram fora da comunidade rural por um período de seis meses ou mais, apresentassem um maior uso da forma *nosso*, em detrimento da forma *da gente*. Quanto à forma *de nós*, diante do que expusemos nesse texto, obviamente esta deveria existir nos informantes que não estiveram fora da comunidade por um período relativamente prolongado.

4.5.3.5 Escolaridade

A variável explanatória *escolaridade* tem sido amplamente utilizada em estudos sociolingüísticos. Acredita-se que os informantes com maior nível de escolaridade exteriorizam uma gramática com estruturas mais prestigiadas socialmente. Assim, conforme expusemos na seção 1.1.2, os indivíduos com nível superior completo, apenas utilizam formas estigmatizadas em contextos muito específicos e com uma freqüência muito baixa.

De fato, não se pode desconhecer que a escola pode funcionar como freio às mudanças lingüísticas, principalmente, daquelas que levem à implementação de formas não padrão e sofram estigma social.

Esse conservadorismo difundido pela escola deve ser explicado pelo fato de nesta sempre ter sido dada ênfase modalidade escrita, em detrimento da modalidade oral; é inevitável, então, que ela seja uma grande difusora da norma padrão, cabendo a ela oportunizar a aquisição das formas de prestígio e erradicar as formas sem prestígio, com ênfase nas estigmatizadas (cf. Votre, 2003, p. 53).

Nesse sentido, Kato (1999, p.04) demonstra, por exemplo, que a instituição escolar pode, inclusive, interferir na fala das pessoas, funcionando como recuperação de perdas lingüísticas, na medida em que alguns fatos morfossintáticos do PB só são aprendidos por meio da escola (a colocação pronominal enclítica, o apagamento do sujeito pronominal, o objeto direto anafórico pronominal de terceira pessoa, entre outros).

Sendo assim, é compreensível que indivíduos com nível superior completo tenham um comportamento lingüístico diferenciado em relação àqueles que não o possuem, na medida em que tende a existir, em suas falas, certas influências da escrita. Cabe, por outro lado, averiguar se ocorrem essas influências também na fala de indivíduos com um rápido período de contato com a escola.

Desse modo, uma vez que as amostras de fala que compõem o nosso *corpus* são procedentes de pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas, não esperávamos encontrar grandes diferenças em suas falas. Essa observação deve ser acrescentada à de que as escolas rurais brasileiras funcionam com sérios problemas – professores leigos, salas multisseriadas, escassos materiais didáticos, entre outros –, o que só impossibilita uma efetiva influência da escola na fala desses informantes. Ainda deve ser salientado que foram considerados semi-

alfabetizados informantes que haviam estado na escola, até mesmo, por um período de um ano; e, assim, apenas sabiam assinar o próprio nome, e sequer, liam ou escreviam com muitas dificuldades.

É preciso ainda notar que nem todos os usos lingüísticos que não se enquadram no ideal lingüístico brasileiro (a norma padrão) são alvo de críticas explícitas no contexto escolar, mas, mesmo assim, podemos afirmar que, direta ou indiretamente, acaba sendo decisiva a função da escola em inibir a implementação de formas inovadoras no sistema lingüístico. A título de exemplificação do que estamos afirmando, basta sublinhar que a forma *da gente*, ainda que não seja estigmatizada socialmente, tem uso inibido pela escola, uma vez que, a descrição sobre os possessivos presente em gramáticas normativas e pedagógicas alude à forma *nosso* e flexões, para a expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, o que implicitamente censura a forma inovadora *da gente*.

Assim, a hipótese que norteou a utilização da variável *escolaridade* foi a de que a forma *de nós* deveria ocorrer na fala de informante sem escolarização, devido à avaliação negativa a ela associada. Já quando às variantes *nosso(a) (s)* e *da gente*, presumimos que, estando a primeira mais presente nos contextos escolares, deveria ter uso mais freqüente em falantes semi-alfabetizados.

4.6 O TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS

Conforme frisamos no capítulo 02 desta dissertação, um dos grandes pilares da teoria Sociolingüística Variacionista é a defesa do princípio de que a heterogeneidade lingüística é inerente às línguas humanas, sendo essa heterogeneidade vista não como um defeito, mas como uma realidade constitutiva das línguas, que confere, inclusive, funcionalidade às diversas atividades interativas dos usuários.

Ainda segundo o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, postula-se que a variação/ heterogeneidade das línguas é passível de ser descrita sistematicamente; daí a importância da adoção de modelos matemático-estatísticos que auxiliem o pesquisador na análise de fenômenos variáveis, no sentido de esclarecer quais são os fatores lingüísticos e extralingüísticos que influem no uso das variantes. Assim, em pesquisas sociolinguísticas, têm sido adotados com bastante frequência, e êxito, os pacotes do programa VARBRUL, que têm se mostrado um poderoso recurso para a identificação dos fatores que interferem na variação lingüística.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o programa VARBRUL fornece para além das frequências absolutas, outros resultados provenientes de vários cálculos estatísticos associativos entre as diversas variáveis. A seguir, expomos, de forma resumida, o que se pode conseguir com o recurso ao VARBRUL:

- (i) as frequências das ocorrências das variáveis dependentes associadas a cada um dos fatores das variáveis independentes;
- (ii) o peso relativo de cada um dos fatores das variáveis independentes;
- (iii) a seleção das variáveis independentes estatisticamente relevantes,;
- (iv) o nível de significância dos resultados obtidos.

A seguir, faremos, uma breve exposição acerca do funcionamento dos programas do pacote VARBRUL, para, em seguida, explanarmos sobre os procedimentos metodológicos que adotamos durante a nossa análise.

O programa VARBRUL, introduzido na Sociolinguística por Codergren e Sankoff (1974) e modificado e aperfeiçoado por este último e Rousseau, em 1978, são de grande importância na análise variacionista na linha laboviana, já que fornece valores que são confiáveis do ponto de vista estatístico, realizando cálculos bem mais seguros (com pesos

relativos) do que os antigos, que se baseavam apenas em percentagens, ou seja, nas frequências brutas. A propósito, Naro (2003, p. 19) chama atenção para o fato de essas frequências absolutas, embora “concretas e intuitivamente bastante *reais*”, serem, às vezes, falaciosas, pois seu cálculo não leva em conta as inter-relações existentes entre as categorias que atuam numa dada regra variável.

Assim, torna-se central para a Teoria medidas que isolem os pesos relativos das variáveis (valores projetados com base nos desvios em relação à média da variante analisada), uma vez que sabemos que, na realização dos fenômenos lingüísticos, concorrem vários fatores. Por exemplo, em “*nosso* carro”, podem exercer importância na escolha pela variante *nosso*, e não por *da gente*, o sexo do informante, a idade, a escolaridade, a seqüência discursiva em que se encontra a forma *nosso*, dentre outros. A propósito, estipulou-se que valores acima de .50 são favorecedores de uma dada variante, abaixo de .50, desfavorecedores e próximo a .50, um valor irrelevante, isto é, neutro quanto à realização das variantes. O VARBRUL fornece ainda medidas estatísticas, a exemplo do nível de significância, que mostram se as variáveis selecionadas têm valor do ponto de vista estatístico, e, para tanto, convencionou-se que um valor de até .05 dá uma margem de segurança, e acima disso os valores não teriam valor estatístico.

Desse modo, podemos afirmar que programas matemático-estatísticos como o VARBRUL são importantíssimos para a pesquisa sociolingüística, na medida em que, nesta, parte-se do uso real do sistema lingüístico, para que se possa fazer descrições e generalizações acerca das diversas maneiras de se dizer a mesma coisa. Podemos acrescentar ainda que seria inviável realizar pesquisas lingüísticas, tendo-se por base os postulados de Labov (1972), sem se contar com modelos que operassem com grande número de dados, fornecendo valores acerca dos usos variáveis.

Assim, nesta pesquisa, após termos escolhido o fenômeno variável que iríamos investigar, demos procedimento à coleta de dados, a partir da leitura dos vinte e oito inquéritos que compunha a nossa amostra, já transcritos em formato Word, momento em que buscávamos nos familiarizar com as ocorrências de uso, procurando, inclusive, formular grupos de fatores (variáveis independentes) que pudessem exercer importância na sistematização da variação.

Após termos formulado os diversos fatores – levando também em consideração trabalhos publicados na literatura lingüística –, atribuímos códigos a cada um dos fatores e executamos os programas do pacote VARBRUL, o CHECKTOK (que lê arquivo de dados e gera arquivo de erros grosseiros, principalmente os decorrentes de codificação inadequada), o READTOK (que lê arquivo(s) corrigido(s) e gera arquivo só com a cadeia de codificação) e, então, analisamos os resultados fornecidos, cujos detalhes serão expostos e comentados com maiores detalhes no capítulo seguinte.

5. A ANÁLISE DOS DADOS: A variação no uso de formas indicativas de posse referente ao “eu-ampliado”

5.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao analisarmos os resultados fornecidos pelo VARBRUL, verificamos ser necessário empreender dois níveis de análise: um com a variante *de nós*, ou seja, uma variação ternária; e outro, sem essa variante criouliizante, ficando, assim, a variação binária, com as variantes *nosso* e *da gente*. Esse procedimento metodológico foi adotado em razão das poucas ocorrências que existiam no *corpus* com a forma analítica *de nós*, o que acarretou uma série de KNOCKOUT^s na primeira rodada do VARBRUL, no programa MAKECELL, impossibilitando uma análise variacionista que abarcasse as três variantes identificadas no *corpus*.

Entretanto, de forma alguma, podemos julgar que a primeira rodada – com a variação ternária – tenha sido inválida; pois, ao contrário, conseguimos chegar por meio desta, a importantes conclusões acerca da variação *de nós/ nosso/ da gente*, revelando a influência das variáveis independentes sociais para o uso da variante criouliizante *de nós*, comentada ao longo deste capítulo.

Essa escassez de dados com a forma *de nós* é facilmente justificada, pois tal forma é aqui entendida como um vestígio da história criouliizante das variedades rurais afro-brasileiras, marcada pelo processo de transmissão lingüística irregular do português; as quais, devido à assimilação de comportamentos lingüísticos e sociais urbanos, estariam perdendo as principais marcas do processo do contato lingüístico. A propósito, ressaltamos que esse uso original, com a forma analítica **de + pronome de referência pessoal** (*de nós*), talvez, tenha influenciado a implementação mais rápida de *da gente* (uma forma também analítica), que,

nas variedades urbanas, estaria ainda em processo inicial de implementação; ao contrário do que se dá nas comunidades que estudamos, em que a forma *a gente* encontra contexto pouco resistente na função de adjunto adnominal, ou seja, na indicação de posse.

Desse modo, no cômputo geral dos dados, encontramos uma distribuição equilibrada de ocorrências com as formas *nosso (a) (s)* e *da gente*, ao passo que a forma *de nós* apresenta um número de ocorrência bastante reduzido, como se pode ver na tabela abaixo:

TABELA 5.1 – Distribuição geral das ocorrências das formas *nosso (a) (s)/ da gente/ de nós*

<i>nosso (a) (s)</i>	<i>da gente</i>	<i>de nós</i>
58 ocorrências 48,33%	57 ocorrências 47,5%	05 ocorrências 4,16%

Quanto ao índice de frequência da forma *de nós* – 4,16% –, chamamos a atenção ao fato de o mesmo não ser desprezível, a ponto de se postular uma flutuação de uso, ou seja, uma falha do desempenho lingüístico, devido a, por exemplo, lapsos de memória dos usuários da língua. Frisamos, ainda, que, tendo em vista que um dos objetivos desta dissertação é analisar a relevância do contato entre línguas na formação do PB, a presença dessa variante não pode ser desprezada, haja vista que pode lançar luzes à hipótese aventada neste estudo de que o contato entre línguas diversas e mutuamente ininteligíveis, no processo de formação do PB, foi fundamental para dar a feição brasileira à língua portuguesa; o que, para nós, ficou bastante evidente ao traçarmos um paralelo entre o sistema de posse nas comunidades rurais afro-brasileiras e em línguas que passaram pela mescla lingüística, a exemplo dos crioulos falados no arquipélago de Cabo Verde (conforme seção 3.3, do capítulo 3, desta dissertação).

Nesse sentido, esclarecemos que antes de iniciar a nossa explanação acerca das variáveis selecionadas pelo programa como estatisticamente relevantes, na variação binária –

nosso e da gente –, teceremos, na seção seguinte, alguns comentários sobre os resultados fornecidos pelo arquivo MAKECELL (na rodada ternária), principalmente, no que tange à influência das variáveis sociais no uso da variante *de nós*.

5.1.1 O percurso *de nós*> *nosso/ da gente*

O modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, ao conjugar fatores lingüísticos e sociais para o estudo da variação lingüística, converte-se em uma verdadeira teoria da mudança lingüística, sendo capaz de auxiliar o pesquisador na identificação do percurso histórico das variantes lingüísticas, principalmente, por meio das variáveis sócio-culturais. Com esse enquadramento, conseguimos confirmar a hipótese de que a variante *de nós* seria um resquício do passado lingüístico nas comunidades rurais afro-brasileiras. Nesse sentido, ressaltamos, a análise dos resultados das variáveis sociais consideradas neste estudo, focalizou as particularidades das comunidades, como, por exemplo, o fato de haver, nas quatro comunidades estudadas, uma nítida separação entre os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres.

Assim, apresentaremos, nas próximas seções, os resultados que obtivemos sobre a influência das variáveis sociais na variação ternária. Esclarecemos que, para uma melhor visualização dos resultados, faremos uma exposição por variável, separadamente, mas o nosso objetivo com essa exposição é um só: mostrar o percurso da implementação das formas menos crioulizantes, no dialeto afro-brasileiro, em comunidades rurais baianas.

5.1.1.1 A variável *sexo*

A variável explanatória **sexo** mostrou-se muito importante para o entendimento da presença da variante *de nós*, conforme podemos depreender a partir da leitura da tabela 5.2, apresentada a seguir:

TABELA 5.2 – Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável *sexo*

Sexo	Formas de expressão de posse					
	<i>nosso(a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	Número de ocorrências/ Total	%	número de ocorrências/ Total	%	número de ocorrências/ Total	
Feminino	22/48	46%	21/48	44%	5/48	10%
Masculino	36/72	50%	36/72	50%	0/72	-
TOTAL	58/120	48%	57/120	47%	5/120	4%

Os resultados revelam que o sexo do informante não exerce grande influência no uso das formas *nosso* e *da gente*: entre os informantes do sexo masculino, por exemplo, as duas formas co-ocorrem em número exatamente igual de ocorrências. Da mesma forma, entre os do sexo feminino, essa variável mostra-se pouca produtiva para o entendimento dessa variação binária, já que a diferença na frequência de uso das duas formas é ínfima, num índice de 2% em favor da forma sintética. No entanto, os dados da mesma tabela 5.2, acima, mostram-nos uma considerável influência da variável **sexo** no uso de *de nós*, pois, não encontramos nenhuma ocorrência dessa forma analítica na fala dos homens, de modo que a frequência geral da variante, que é de 4%, aumenta para 10% no fator sexo feminino.

É importante ressaltar que, durante a elaboração das hipóteses sobre o peso da variável **sexo**, apesar de intuirmos que não haveria grandes diferenças percentuais no uso das formas *nosso (a) (s)* e *da gente*, uma vez que não se percebe grandes pressões sociais para o uso da forma mais conservadora, supomos, inicialmente, que haveria uma maior propensão na fala dos informantes do sexo masculino ao uso da variante *nosso (a) (s)*, já que esses são os que têm maior contato fora das comunidades estudadas, e essa forma pronominal é a mais utilizada nos centros urbanos (conforme nos informa os vários estudos com base em dados da norma culta realizados no Brasil – Monteiro (1994); Neves (1993; 2000) –, bem como o trabalho de Omena (1996) acerca da variedade popular urbana). Apesar dessa hipótese, os dados que encontramos mostram, entretanto, uma leve tendência de uso à forma *nosso (a) (s)* nos dados de informantes do sexo feminino, com leve diferença, é verdade, mas que pode reforçar a hipótese que aventamos, de que a variante *da gente* implementa-se, nas comunidades rurais, por meio de influência da forma *a gente* (na função de sujeito) em expansão nas variedades urbanas do PB, já que as mulheres, nessas comunidades rurais afro-brasileiras, são as que menos têm contato com informantes da norma urbana.

Nesse momento, cremos que é importante destacar uma observação feita por Naro (2003) e Scherre e Naro (2003), ao discorrerem sobre a importância do tratamento estatístico nos dados lingüísticos; afirmam os autores que o VARBRUL é uma valiosa ferramenta na interpretação de fenômenos variáveis, que auxiliam, em muito, os pesquisadores, mas que só tem valor estatístico, pois o valor lingüístico é atribuído pelo lingüista, ou seja, pouco servirá se os pesquisadores não forem capazes de interpretar os resultados numéricos dentro de uma visão teórica da língua. Assim, os números expostos na tabela 5.2 poderiam ser até ignorados, se não estivéssemos familiarizada com o fenômeno lingüístico que estamos analisando e com uma teoria acerca do processo de mudança em implementação no dialeto afro-brasileiro.

Nesse sentido, inferimos que a expressão de posse referente ao “eu-ampliado” nas comunidades rurais afro-brasileiras, em vista de seu passado criouliante, tenha seguido o seguinte esquema evolutivo *de nós* > *nosso* > *da gente*. Há, portanto, na história dessas comunidades, dois fenômenos em processos de mudança: um, com a aquisição da forma *nosso*; e, outro, com a aquisição de *da gente*⁴⁸, ambas motivadas pela adoção de padrões externos às comunidades; o que, talvez, explique o fato de os homens usarem tanto a forma *nosso* como *da gente*, ocorrendo, porém, um aumento da frequência total da forma *da gente*, de 47% aumenta para 50%, na fala desses informantes.

Por conseguinte, podemos argumentar, partindo da hipótese de que, na diacronia desses dialetos, a forma *de nós* foi sendo substituída pela forma sintética, à proporção que aumentava a sua relação com o mundo externo; ao mesmo tempo em que a forma *a gente*, em franca expansão nas variedades urbanas, entrou na estrutura lingüística dos dialetos, principalmente, na função de adjunto adnominal (*da gente*, como na construção “o livro *da gente*”), já que, anteriormente, já existia a forma analítica *de nós* no sistema de marcação de posse.

Assim, acreditamos que o entendimento da variável ternária poderá ser melhor alcançado, ao refletirmos sobre os resultados obtidos por meio da variável **faixa etária**, cujas principais conclusões estão exposta na próxima seção.

5.1.1.2 A variável *faixa etária*

Novamente, é importante reforçarmos o valor dos modelos e tratamentos estatísticos nos estudos sociolingüísticos, aliados à capacidade do pesquisador em interpretar os resultados obtidos, pois, conforme constatamos, na primeira rodada do programa VARBRUL,

⁴⁸ Tal questão será retomada, adiante, quando explanarmos sobre a variável **faixa etária**.

os resultados que obtivemos poderiam ser considerados contraditórios, e, até, serem subestimados. Vejamos:

TABELA 5.3 – Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável *faixa etária*

Faixa etária	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%
Faixa I (24 a 37 anos)	10/36	28%	26/36	72%	0/36	0%
Faixa II (42 a 57 anos)	26/38	68%	12/38	32%	0/38	0%
Faixa III (63 a 76 anos)	12/36	33%	19/36	53%	5/36	14%
TOTAL	48/110	44%	57/110	52%	5/110	4%

Vemos que os informantes da faixa I, os mais jovens da amostra, apresentam uma forte tendência ao uso da forma *da gente*, mas que, no passado, essa forma esteve em desvantagem em relação à forma *nosso (a) (s)*, coincidindo com o período em que a morfologia deve ter sido adquirida, após ter passado por uma perda, durante o processo de transmissão lingüística irregular. Aliás, os resultados da faixa etária II ratificam essa interpretação, posto que, nessa faixa etária, os informantes utilizam a forma pronominal *nosso* e suas flexões de gênero e número, no índice de 68%, contra 32% para o sintagma preposicionado *da gente*. Ressaltamos que essa prevalência da variante padrão, em informantes com média de idade de 49,25 anos, que fixou os padrões de sua gramática há aproximadamente 34 anos, nos levam a salientar que esses são os mais afetados pelo processo de urbanização verificado no Brasil, nas décadas de sessenta e setenta do século passado.

Assim, a interpretação dos resultados expostos na tabela acima nos revela uma predominância, na gramática do dialeto afro-brasileiro, de formas analíticas (com índice percentual de 51%). Porém, o que mais chama a atenção nesses resultados é a identificação de um processo de mudança com duas forças concorrentes, com a implementação da forma pronominal *nosso* e flexões de gênero e número, ao mesmo tempo em que se implementava a forma *da gente*, conforme ilustram os gráficos seguintes:

Gráfico 5.1– Uso de *nosso* (a) (s)

entre as faixas etárias

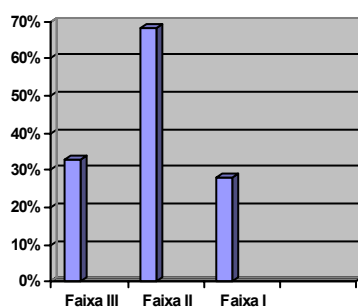
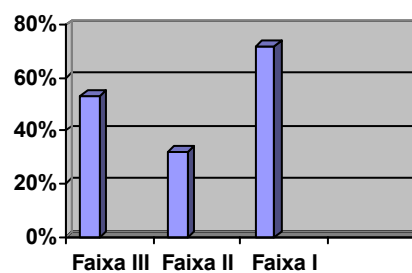


Gráfico 5.2– Uso de *da gente*

entre as faixas etárias



Detendo-nos no tópico central desta seção, isto é, no percurso da forma mais crioulezante para formas mais próximas dos usos cultos, vemos que a faixa etária do informante nos permite projetar historicamente o processo de difusão e propagação da mudança no sistema de posse. Assim, na tentativa de deslindar o processo de variação e mudança na expressão da posse referente à primeira pessoa do plural, detectamos, a partir da variável faixa etária, quatro fases distintas do processo em foco.

Durante a primeira fase, a julgar pelas evidências sócio-históricas ocorridas no processo de formação da realidade lingüística brasileira, deve ter havido uma acentuada variação na expressão da referida posse com usos, como “*nós vaso*”, “*vaso de nós*”,

alternando com formas mais próximas da língua alvo, “*nosso vaso*”, “*vaso da gente*”. Acreditamos que essa fase abarca o período de tempo que vai do século XIX até início do século XX. Ainda em relação à primeira fase, acrescentamos que não há registros relativos às comunidades que estudamos no que concerne a esse período histórico.

A partir dos resultados da distribuição das variantes entre os informantes da faixa III, identificamos uma realidade identificada como a segunda fase no processo de variação e mudança, que representa o estado da variedade lingüística nos idos do início de século XX até a primeira metade desse século. Não podemos ignorar que o fato de termos encontrado um percentual de freqüência de uso, no valor de 67% de formas analíticas em detrimento da forma sintética pronominal, entre os informantes da faixa III, confirma a hipótese de que, no vernáculo das comunidades rurais afro-brasileiras, a posse é expressa preferencialmente pelo recurso às expressões analíticas, sendo a forma sintética, portanto, a mais inovadora na gramática da comunidade, haja vista que acreditamos que a forma *da gente*, embora também seja inovadora, tenha se implementado primeiro, por ser analítica.

No que diz respeito à terceira fase desse processo de variação e mudança, que compreende o período seguinte, ou seja, as décadas de sessenta e setenta do século XX, marcadas pelo processo de urbanização do Brasil, vemos, a partir dos resultados da faixa II, que há um aumento de uso da forma pronominal sintética, suplantando, pois, o período anterior de predominância da forma *da gente*.

A quarta fase do processo diz respeito ao momento presente da língua, em que se vê uma marcante variação entre as formas *nosso(a) (s)* e *da gente*. Os informantes da faixa I apresentam uma predominância pela forma *da gente*, como reflexo do avanço da forma *a gente*, em alternância com o pronome *nós*, em franca expansão nas variedades urbanas do PB,

que, no português afro-brasileiro, é mais assimilada entre os informantes da faixa I, conforme vemos na tabela seguinte:

TABELA 5.4 – Distribuição das formas *nós* e *a gente* na função sintática de sujeito

Faixas etárias	<i>nós</i>	<i>a gente</i>
Faixa I	110 18,3%	490 81,7%
Faixa II	162 41%	233 59%
Faixa III	145 49%	151 51%
TOTAL	417 32,3%	923 67,7

Na subseção 5.2.4, teceremos, com maiores detalhes, algumas conclusões a que chegamos acerca da alternância *nosso (a) (s)/ da gente*, a partir da variável faixa etária.

5.1.1.3 A variável *comunidade*

A variável social **comunidade** também se mostrou importante para o entendimento do processo de mudança *de nós > nosso (a) (s) > da gente*, confirmando as hipóteses que tínhamos acerca do processo de implementação das variantes. Nesse sentido, faz-se necessário ratificar uma observação que fizemos ao término da subseção 4.5.3.3, em que explanando sobre as hipóteses acerca dessa variável, expomos que, na análise da mesma, deve-se fazer a sua correlação a aspectos mais sutis da comunidade em questão.

A variável comunidade foi a primeira a ser selecionada pelo programa de regras variáveis como importante à sistematização da variação *nosso (a) (s)/ da gente*, e, as hipóteses que tínhamos a respeito da influência dessa variável foram, em parte, confirmadas.

A hipótese geral aventada foi a de que, nas comunidades cujos habitantes têm maior contato com falantes residentes nos centros urbanos, seria encontrada maior prevalência do

uso da variante *nosso (a) (s)*. É importante ressaltar que, embora admitamos que a forma indicativa de posse *da gente* também seja adquirida por influências externas à comunidade, não podemos ignorar que a maior facilidade de acesso a estruturas da língua-alvo, favoreça a aquisição da forma sintética (com marcação de caso, indicando um processo de recuperação da perda da morfologia flexional). Assim, expomos os resultados que obtivemos, para que se possa melhor esclarecer a interpretação sobre a variação:

TABELA 5.5 – Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável *comunidade*

Comunidade	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%
Cinzento	29/35	83%	6/35	17%	-	-
Helvécia	19/43	44%	20/43	47%	4/43/	9%
Rio de Contas	9/19	47%	9/19	47%	1/19	5%
Sapé	1/23	4%	22/23	96%	-	-
Total	58/120	48%	57/120	57%	5/120	4%

É importante a observação da distribuição da variante *da gente* entre as comunidades do português afro-brasileiro, pois vemos que há uma distribuição diferenciada de uso no que diz respeito às formas *nosso(a) (s)* e *da gente*, na medida em que as duas comunidades que se encontram no recôncavo (Sapé e Helvécia) mais próximas da capital baiana são as que mais utilizam a forma *da gente*. Ao passo que as duas comunidades localizadas mais no interior baiano, a presença dessa variante encontra-se em processo mais inicial. Podemos argumentar, por conseguinte, que há uma variação diatópica nos uso das variantes *nosso(a) (s)* e *da gente*. Quanto a *de nós*, vemos um aumento da frequência geral de 4% para 9%, em Helvécia, o que confirma a hipótese do percurso *de nós* > *nosso(a) (s)* > *da gente* nessa comunidade.

Para finalizarmos as considerações acerca da variação ternária, ou melhor, sobre o percurso histórico *de nós > nosso (a) (s) > da gente*, elucidado por meio das variáveis explanatórias sócio-culturais, devemos comentar, também, os resultados apresentados pelo programa MAKECELL, para as variáveis **estada fora da comunidade** e **escolaridade**, cujos comentários serão feitos nas duas seções que se seguem.

5.1.1.4 A variável *estada fora da comunidade*

Os resultados da variável **estada fora da comunidade**, expostos na tabela 5.6, a seguir, nos revelam que essa variável pouco influencia na variação entre as formas *nosso(a) (s)* e *da gente*, pois os resultados apontam uma distribuição equilibrada nas frequências de uso das mesmas, entre os informantes que estiveram fora da comunidade, por um período mínimo de seis meses, e aqueles que nunca se ausentaram por igual intervalo de tempo. Aliás, já esperávamos encontrar essa aproximação no uso dessas duas variantes, posto que, nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, tanto a forma *nosso* e flexões, quanto a forma *da gente* são entendidas como inovadoras, adquiridas a partir do contato com comunidades urbanas.

TABELA 5.6 – Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável *estada fora da comunidade*

Estada fora da comunidade	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%
Sim	24/35	53%	21/48	47%	-	-
Não	34/75	45%	36/72	48%	5/75	7%
Total	58/120	48%	57/120	47%	5/120	4%

Também comprovaram as hipóteses aventadas neste estudo a maior frequência de formas analíticas, no total de 65%, entre os informantes que permaneceram sempre em suas respectivas comunidades. Observamos que a frequência geral da forma *nosso (a) (s)*, que é 48%, cai para 45% na fala dos informantes que não se ausentaram por um período considerável da comunidade, o que nos faz reforçar a crença de que, nesse fenômeno lingüístico, há dois processos em mudança (*de nós > nosso (a) (s)* e *de nós > da gente*). Destacamos, ainda, que a variante mais crioulizante, a forma *de nós*, foi encontrada apenas entre informantes que não se ausentaram da comunidade.

Ressaltamos que essa variável foi selecionada pelo programa Ivarb ou Varb2000 como relevante à sistematização da variação *nosso/ da gente* e essa seleção será comentada neste estudo, na subseção 5.2.5, quando discorrermos acerca da seleção das variáveis.

5.1.1.5 A variável *escolaridade*

A variável **escolaridade**, por sua vez, embora não tenha sido selecionada pelo programa como estatisticamente relevante ao entendimento da variação *nosso (a) (s)/ da gente*, comprovam a hipótese de que a expressão de posse tem sua realização, no dialeto afro-brasileiro, por meio de formas analíticas, haja vista que são os informantes que menos tiveram contato com a ação normatizadora da escola que mais utilizam formas analíticas para a expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, conforme vemos na tabela 5.7, a seguir:

TABELA 5.7 – Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável *escolaridade*

Escolaridade	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	Número de ocorrências/Total	%	Número de ocorrências/Total	%	Número de ocorrências/Total	%
Semi-alfabetizado	22/40	55%	18/40	45%	-	-
Alfabetizado	36/80	45%	39/80	49%	5/80	6%
Total	58/120	48%	57/120	47%	5/120	4%

Assim, podemos afirmar que, embora a escassez de dados com a forma *de nós* não tenha nos possibilitado realizar uma análise variacionista acerca da influência das variáveis lingüísticas e sociais para a realização da forma *de nós*, (em termo de probabilidade de ocorrência) podemos sustentar que a análise que realizamos a partir dos resultados das variáveis sociais, comprovam a hipótese aventada neste estudo de que, nos dialetos afro-brasileiros das comunidades rurais isoladas, existiu o percurso *de nós* > *nosso (a) (s)* > *da gente*, de modo que a primeira dessas formas, em razão do processo de descrioulização (no sentido mais amplo do termo) e das particularidades dessas comunidades, exista apenas na fala de informantes do sexo feminino, analfabetos, que pouco se ausentaram da comunidade, e residentes nas comunidades com menor acesso a estruturas da língua-alvo, por estarem mais distantes mais dos centros difusores da forma *a gente*.

Terminada a explanação acerca do percurso *de nós* > *nosso (a) (s)* > *da gente*, que realizamos, por meio das variáveis explanatórias sócio-culturais, consideradas neste estudo, faremos, nas próximas seções, uma exposição acerca das conclusões que chegamos sobre a variação *nosso (a) (s)* e *da gente* nas comunidades rurais afro-brasileiras “isoladas”.

5.2 AS VARIÁVEIS SELECIONADAS COMO RELEVANTES À SISTEMATIZAÇÃO DA VARIAÇÃO *NOSSO/ DA GENTE*

Conforme expusemos na seção 5.1, em nossa análise sociolingüística sobre a variação na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, consideramos apenas as variantes *nosso (a)(s)/ da gente*, uma vez que, os poucos dados que tínhamos com a variante *de nós* invalidaria a investigação com a variável dependente ternária, por meio do programa de regras variáveis.

Assim, na análise da variação *nosso (a) (s)/ da gente* foram propostas quinze variáveis, das quais nove são de natureza lingüística e cinco, sócio-cultural. Das variáveis averiguadas, o programa de regras variáveis – VARBRUL – selecionou apenas seis como relevantes do ponto de vista estatístico (tendo comportamento significativo em favor do uso da forma analítica *da gente*): **(a)** comunidade; **(b)** paralelismo formal; **(c)** tipo de posse; **(d)** faixa etária; **(e)** estada fora da comunidade; **(f)** referencialidade, as seguintes listadas em ordem decrescente de relevância. As outras variáveis explanatórias controladas (presença de determinantes, função sintática, distribuição da posse, escolaridade, alternância com a referência pessoal, sexo)⁴⁹ não foram consideradas pertinentes na rodada global do *corpus*.

Na rodada com os pesos relativos, escolhemos ordenar a seleção das variáveis em relação à variante *da gente*; essa escolha se deu por termos em mente que essa é a forma mais característica nas comunidades rurais afro-brasileiras, fato que fica bem evidenciado quando constatamos que os autores que pesquisaram esse tópico, em comunidades de fala urbanas, atestam que essa forma analítica está ainda em processo inicial de implementação. Desse modo, a tabela 5.8, abaixo, ordena os fatores mais favoráveis ao uso de *da gente*.

⁴⁹ Essas variáveis estão listadas em ordem que foram apresentadas pelo programa como irrelevantes ao uso da variante *da gente*.

TABELA 5.8 – Contextos mais favoráveis ao uso da variante da variante *da gente* na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)

Variáveis independentes	Fator condicionador	Nº de ocorrências/ Total	Frequência	Peso relativo
Comunidade	Sapé	22/23	96%	.94
Paralelismo formal	Próximo a <i>a gente</i>	38/50	76%	.87
Tipo de posse	Inalienável/ inerente	25/31	81%	.88
Faixa etária	Faixa etária III	19/31	61%	.81
Estada fora da comunidade	Estiveram fora da comunidade	21/44	48%	.75
Referencialidade	Genérica	12/16	75%	.92

Nas subseções que se seguem, será feita uma interpretação dos resultados das variáveis selecionadas.

5.2.1 Comunidade

Entendemos que a interpretação dos resultados das variáveis sociais devem ser empreendida buscando-se correlacionar o fenômeno lingüístico com as particularidades das comunidades focalizadas pelo pesquisador. Estamos, pois, defendendo que não se pode fazer generalizações a respeito das variáveis sociais, sem se considerar a sistematização do fenômeno lingüístico como um todo. A propósito dessa questão, Lucchesi (2000, p. 282), argumenta:

A maioria das conclusões (...) se referem a processos de variação/ mudança ocorridos nos grandes centros urbanos do chamado *primeiro mundo*. Na forma como são apresentados, em nada contribuem para o esclarecimento de um processo de variação/ mudança numa comunidade rural isolada nos rincões do *terceiro mundo* (...) Para mim, a caracterização de um processo de variação estável ou mudança em curso independe dos resultados isolados de cada variável social, ela deve apoiar-se fundamentalmente na coerência argumentativa da representação que o lingüista constrói do processo como um todo, a partir das evidências empíricas fornecidas pelos resultados de cada variável (...)

Assim, para um melhor entendimento do fenômeno em variação, expomos, na TABELA 5.9, os resultados da pesquisa da influência da variável *comunidade*, fornecidos pelo programa de regras variáveis:

TABELA 5.9 – Influência da variável *comunidade* no uso da variante *da gente* na expressão de posse referente ao “eu-ampliado”. (Nível de significância: **.033**)

Comunidades	Nº de oco./TOTAL	Frequência	Peso relativo
Cinzento	6/29	21%	.12
Helvécia	20/35	57%	.66
Rio de Contas	9/18	50%	.18
Sapé	22/23	96%	.94
TOTAL	57/105	54%	.59

Ao analisarmos os dados de cada comunidade isoladamente, verificamos, nas comunidades de Cinzento e Rio de Contas, uma tendência ao uso da forma pronominal sintética *nosso (a) (s)* em detrimento da forma analítica *da gente*, uma vez que, nessas, os pesos relativos a favor dessas últimas são muito baixos, respectivamente, **.12** e **.18**.

Observamos que a comunidade de Cinzento, a comunidade mais afastada do litoral, localizando-se na região mais interiorana da amostra (*vide* mapa em anexo), apresenta uma frequência de uso a favor da forma *nosso (a) (s)* muito superior à forma *da gente*, o que nos leva a ratificar a hipótese de que a forma *da gente* é implementada nas comunidades rurais afro-brasileiras por influência da forte presença da forma *a gente* na função sintática de sujeito nos centros urbanos; entrando, assim, nas comunidades rurais afro-brasileiras, a forma analítica *da gente*, por influência externa. Aqui, é importante destacar que, no estudo-piloto que realizamos sobre a temática desta dissertação, limitando ao *corpus* de Helvécia (Araújo,

2004), constatamos que os informantes mais idosos usam mais o pronome **nós**, em detrimento da forma **a gente**, conforme a tabela seguinte:

TABELA 5.10 – Distribuição das ocorrências de referência à primeira pessoa do discurso no plural (*nós* e *a gente*) na função sintática de sujeito entre as faixas etárias dos informantes de Helvécia – Ba

Faixas etárias	Pronomes sujeitos				
	<i>Nós</i>		<i>a gente</i>		Total
	Número de ocorrências	%	Número de ocorrências	%	
Faixa I	15	5,86%	241	94,14%	256
Faixa II	72	51,4%	68	48,57%	140
Faixa III	100	80%	25	20%	125
Totais	187	35,9%	334	64,1%	521

Ainda observando os resultados expostos na tabela 5.9, vemos que, na comunidade de Helvécia, também se constata uma grande probabilidade de uso da forma *da gente*, com peso relativo .66, o que confirma que a forma *da gente* vem implementando na comunidade por influência de padrões lingüísticos externos, já que, essa comunidade, localizando-se no sul da Bahia, seus habitantes viajam muito para grandes centros urbanos, a exemplo Belo Horizonte, de Vitória (no Espírito Santo), Rio de Janeiro, São Paulo, implementando, assim, a forma *a gente* na função de adjunto.

É interessante notar que a comunidade de Rio de Contas, embora apresente índice de freqüência neutro em relação ao uso das variantes *nosso(a) (s)* e *da gente*, com valor de 50%, apresente uma baixa probabilidade de favorecer o uso da variante *da gente*, **.18**, o que, de certa forma, ratifica o que já expusemos na subseção 5.1.1.3, ficando, assim, evidente que, nessa comunidade, o contato com falantes da variedade padrão *nosso (a) (s)* tenha dificultado

a implementação da variante *da gente*, tendo o processo de descrioulização passado de *de nós* para *nosso (a) (s)*.

As comunidades de Sapé e de Helvécia funcionam, pois, como bastante favorecedoras ao uso da variante *da gente*, com pesos relativos de **.94** e **.66**, respectivamente. Tais fatos nos levam a afirmar que essas comunidades, com fortes indícios de terem passado pelo processo de transmissão lingüística irregular, em razão das evidências das suas particularidades sócio-históricas⁵⁰, tenham assimilado o processo de mudança verificado nas comunidades urbanas (*a gente*) justamente na função de adjunto adnominal (*da gente*).

Ressaltamos que para testar a hipótese de que a forma *da gente* implementa-se por influência externa, contabilizamos a distribuição das formas *nós* e *a gente*, na função de sujeito, entre as comunidades, e constatamos que, de fato, nas comunidades mais litorâneas, há o predomínio da forma *a gente* na função de sujeito, o que deve favorecer a implementação daquela forma analítica indicativa de posse. Em Sapé, por exemplo, a comunidade mais próxima de Salvador, encontramos apenas quatro ocorrências da forma *nós* e duzentos e vinte e quatro ocorrências de *a gente*; também em Helvécia, a outra comunidade litorânea da amostra, constatamos uma prevalência de *a gente*, com duzentos e dezesseis ocorrências, contra cento e cinquenta e seis ocorrências do pronome *nós*. É interessante salientar que, nas duas comunidades localizadas nas regiões mais interioranas da amostra, o uso de *nós* e *a gente*, em referência à pessoa do discurso se inverte, pois há o predomínio da forma sintética pronominal: em Cinzento, contabilizamos trezentos e seis ocorrências *de nós* e duzentos e noventa de *a gente*; já, em Rio de Contas, apenas sessenta e nove ocorrências de *nós*, e cento e oitenta e seis de *da gente*.

⁵⁰ Conforme salientamos, na seção 4.3.4, em Sapé, por exemplo, foi narrado por informantes mais velhos que realmente a região abrigou um grande contingente de escravos e ex-escravos africanos; inclusive, foi mostrado, à inquiridora do Projeto *Vertentes*, materiais dessa época, a exemplo de algemas e de correntes (vide anexo).

Desse modo, acreditamos que se possa estabelecer a existências de isoglossas no Estado da Bahia, em relação ao uso de *a gente/ da gente* e *nós/ nosso(a) (s)*, uma vez que, os resultados desta pesquisa nos fazem sustentar que essas variações são motivadas por fatores espaciais/ diatópicos.

Nesse sentido, acrescentamos, ainda, que na pesquisa bibliográfica que empreendemos, constatamos que, no que se refere à norma urbana culta, o fator geográfico não é um fator que favorece o uso da forma *a gente*. Monteiro (1994, p. 152), por exemplo, afirma, mediante os resultados de sua pesquisa, que esse fator pode até ser desprezado, conforme vemos nos valores probabilísticos encontrados por ele e expostos abaixo:

QUADRO 5.2 – Valores probabilísticos a favor da forma *a gente* na norma urbana culta (cf. Monteiro, 1994, p. 152)

POA = 0,54
SSA = 0,52
SP = 0,43
RE = 0,54
RJ = 0,45

Diante desses resultados, concluímos que existe uma oposição nos resultados, pois, enquanto na norma urbana culta, a variável geográfica é insignificante, em nossos resultados, relativos à norma popular das comunidades rurais afro-brasileiras, a variável *comunidade* mostrou-se a mais importante dentre todas as variáveis lingüísticas e extralingüísticas. Nesse sentido, levando em consideração que, na pesquisa sociolingüística, busca-se sistematizar a variação, a fim de se projetar historicamente as variantes, podemos argumentar, com base no

que se postula no *Empirical foundations for theory of language change* (WLH, 1968), que a distribuição espacial reflete o processo da difusão da mudança.

5.2.2 Paralelismo formal

No controle dessa variável explanatória, partimos da premissa de que o sistema de posse está intimamente relacionado ao sistema de referência pessoal. Essa hipótese norteia-se pelo princípio de que qualquer mudança no sistema de referência pessoal repercute no sistema pronominal do português, a exemplo no quadro dos possessivos e dos clíticos.

Nesse sentido, conforme expusemos na seção 4.5.2.1 (no capítulo 4 desta dissertação), aventamos a hipótese de que nos contextos em que o falante expresse a referência pessoal por meio da forma *a gente*, expresse a posse por meio da forma *da gente*, do mesmo modo em que, quando utilize o pronome *nós*, utilize a forma sintética *nosso (a) (s)*. Os resultados a que chegamos para essa variável explanatória comprovam essa hipótese, como se depreende a partir da leitura da tabela abaixo, fornecida pelo MAKECELL, na rodada binária:

TABELA 5.11 – Distribuição das ocorrências *nosso (a) (s)* e *da gente* segundo a variável *Paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)*, na variação binária

Forma mais próxima	Formas de expressão de posse			
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>Da gente</i>	
	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%
Nós	7/32	22%	25/32	78%
a gente	38/50	76%	12/50	24%
Total	45/82	55%	37/82	45%

Constatamos que, de fato, a frequência de uso das variantes está condicionada a escolha da forma de referência pessoal, pois os resultados da frequência das formas,

praticamente, se invertem a depender da forma de referência pessoal utilizada, isto é, *a gente* favorece o uso de *da gente*, na ordem de 76%, enquanto *nós* favorece o uso de *nosso (a) (s)* na ordem de 78%.

Quando analisamos os resultados da rodada com a variação ternária *nosso (a) (s)/ da gente/ de nós*, vemos que também o uso do pronome *nós*, na referência pessoal, influi no uso da forma *de nós*, uma vez que há um aumento na frequência geral de ocorrência da referida forma possessiva de 5% para 8%, quando se está em contexto de referência possessiva com o pronome *nós*, e, um leve decréscimo, quando a forma está em contexto de referência pessoal por meio da forma *a gente*. A tabela seguinte ilustra essa conclusão:

TABELA 5.12 – Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável *paralelismo formal (correlação com o pronome pessoal sujeito)*, na variação ternária

Forma próxima	mais		Formas da expressão da posse			
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	Númer o de ocorrên cias/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%
Nós	29/39	74%	7/39	18%	3/39	8%
A gente	15/53	25%	38/53	72%	2/53	4%
Total	42/92	46%	45/92	49%	5/92	5%

Assim, a seleção do programa das regras variáveis, pelo Ivarb, veio ratificar a prevalência da forma analítica quando se faz a referência pessoal com a forma nominal *a gente*. Vejamos os números apresentados pelo rodada:

TABELA 5.13 – Influência da variável *paralelismo formal* (correlação com o *pronome pessoal sujeito*) no uso da variante *da gente* na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)

Fatores	Nº de oco./TOTAL	Freqüência	Peso relativo
Próxima a <i>nós</i>	7/32	22%	.05
Próxima a <i>a gente</i>	38/50	76%	.87
TOTAL	45/82	55%	.59

É visível a atuação do fator referência pessoal com a forma *a gente* na verbalização da forma analítica de indicação de posse (*da gente*) referente ao “eu-ampliado”. Desse modo, confirma-se a hipótese da estreita relação entre o sistema de referência pessoal e o de posse, de maneira que qualquer mudança no sistema de referência pessoal repercute no sistema de referência possessiva, desencadeando uma série de variação/ mudança em cadeia.

5.2.3 Tipo de posse

Retomaremos, em parte, nesta seção, algumas das considerações que tecemos na seção 4.5.2.4, no capítulo 4, acerca da importância da variável explanatória **tipo de posse** no uso das variantes *nosso (a) (s)/ da gente/ de nós*. Assim, observando os resultados fornecidos pelo programa MAKECELL, do programa de regras variáveis, constatamos que o contexto mais favorecedor da forma *da gente* é a expressão da posse inalienável/ inerente, conforme nos revela a leitura da tabela 5.14:

TABELA 5.14 – Distribuição das ocorrências *nosso (a) (s)* e *da gente* segundo a variável *Tipo de posse*

Tipo de posse	Formas de expressão de posse			
	<i>da gente</i>		<i>nosso (a) (s)</i>	
	Número de ocorrências/ Total	%	Número de ocorrências/ Total	%
Inalienável/ inerente	25/31	81%	6/31	19%
Material	13/30	43%	17/30	57%
Abstrata	19/44	43%	25/44	57%
TOTAL	57/105	54%	48/105	46%

A partir da leitura da tabela acima, constatamos que o uso de *da gente*, apresenta maior freqüência, em termos de uso, em contexto de posse inalienável; na análise dos resultados do programa de regras variáveis, confirmamos que a posse inalienável/ inerente é, de fato, a que mais favorece o uso da forma analítica *da gente*, conforme ilustra a tabela seguinte:

TABELA 5.15 – Influência da variável *tipo de posse* no uso da variante *da gente* (Nível de significância: .033)

Fatores	Nº de oco./TOTAL	Freqüência	Peso relativo
Posse inalienável	25/31	81%	.88
Posse material	13/30	43%	.51
Posse abstrata	19/44	43%	.19
TOTAL	57/105	54%	.59

Na interpretação desses resultados, vemos que, em construções como as seguintes, extraídas do *corpus* com o qual trabalhamos: “bate nos olho *da gente*” (CZ-inq03); “mas o corpo *da gente* ficava toda empoladinha...” (HV-inq13); “Mesmo, *nosso* pai pegava, eu

comia” (HV-inq12); A mãe *da gente*, ia tomá conta, ia prá lá e voltava (HV-inq20), há maior probabilidade de ocorrer a forma analítica *da gente*. Nesse sentido, buscamos uma explicação para tal fato, baseando-nos na premissa de que, no vernáculo das comunidades rurais afro-brasileiras, a posse é expressa majoritariamente pelo recurso às formas analíticas, de modo que, nos contextos, com posse inalienável, que são posses com traços [+naturais], seja freqüente a expressão vernacular *da gente*, ao passo que, nas abstratas, com traços [-naturais], o falante busque a expressão por meio de recursos mais formais, que, no caso do dialeto afro-brasileiro, é a forma pronominal sintética, *nosso (a) (s)*.

5.2.4 Faixa etária

Na subseção 5.1.1.2, em que explanamos sobre o percurso *de nós > nosso (a) (s) > da gente*, apresentamos algumas considerações acerca da influência dessa variável explanatória. Naquela subseção, inclusive, apresentamos uma tabela com os índices percentuais de ocorrência da forma *nosso/ da gente/ de nós*. Desse modo, nesta subseção, acrescentamos os pesos relativos dos fatores relativos à faixa etária, para o uso da variante *da gente*, em que teceremos, também, alguns comentários acerca da variação entre as formas *nosso (a) (s)* e *da gente*.

Na tabela seguinte, vemos os resultados acerca da influência da variável *faixa etária*:

TABELA 5.16 – Influência da variável *faixa etária* no uso da variante *da gente* na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)

Fatores	Nº de ocor./ Total	Freqüência	P. R
Faixa I (24 a 37 anos)	26/36	72%	.66
Faixa II (42 a 57 anos)	12/38	32%	.14
Faixa III (63 a 107 anos)	19/31	61%	.81
TOTAL	57/105	54%	.59

Uma questão inevitável que surge, a partir da análise dos resultados expostos na tabela acima, reside no fato de que é o fator **Faixa III**, e não o **Faixa I**, favorecer o uso de *da gente*. Diante desses resultados, buscando explicações na sócio-história dos dialetos afro-brasileiros, acreditamos que os informantes mais velhos favorecem o uso da forma analítica *da gente* devido à existência da forma *de nós*, a mais antiga nas comunidades de fala afro-brasileiras.

Assim, são bastante esclarecedores os resultados fornecidos pela rodada, pois, vemos que se confirma a hipótese de que a forma *da gente* predomina entre os informantes da faixa III por ser mais ajustada à gramática crioulezante da origem do dialeto.

Nesse sentido, levando em consideração que o peso relativo da outra variante *nosso (a) (s)*, é o complemento para 1, observamos que o uso da forma pronominal sintética é mais favorecido entre os informantes da faixa II (com peso relativo .86), o que coincide com o aumento da influência externa nas comunidades (nas décadas de sessenta e sessenta do século passado).

No fator faixa I, também ocorre um favorecimento ao uso da forma analítica *da gente*, o que coincide com o incremento de *a gente* nas normas urbanas.

5.2.5 Estada fora da comunidade

Apresentamos, na tabela seguinte, os resultados obtidos com a rodada do programa de regras variáveis:

TABELA 5.17 – Influência da variável *estada fora da comunidade* no uso da variante *da gente* na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)

Fatores	Nº de ocor./ Total	Freqüência	P. R
Estada fora da comunidade (SIM)	21/44	48%	.75
Estada fora da comunidade (NÃO)	36/61	59%	.31
TOTAL	57/105	54%	.59

Ao analisarmos os resultados da tabela acima (.75 de probabilidade de o fator **estada fora da comunidade** favorecer o uso de *da gente*) torna-se clara a comprovação de que essa forma analítica é adquirida por meio da assimilação de padrões externos nas comunidades rurais afro-brasileiras.

Desse modo, concluímos que a forma analítica *da gente* encontra-se presente nos dialetos afro-brasileiros como reflexo do processo de generalização de *a gente* (na função de sujeito), em expansão no português brasileiro. Assim, se ponderarmos que essa forma analítica indicativa de posse não é freqüente nas comunidades urbanas, somos levadas a afirmar que esta, no dialeto afro-brasileiro, é favorecida devido a sua sócio-história marcada pelo contato entre línguas.

5.2.6 Nível de referencialidade

Salientamos, na seção 4.5.2.5, que existe uma permanência diacrônica do traço [+indeterminado] na forma *a gente*. Na oportunidade, também, levantamos a hipótese de que

o uso da variante *da gente* está associado a possuidores (com grupos maiores), enquanto os grupos menores favoreciam o uso da forma *nosso (a) (s)*.

A propósito, conforme nos narra Lopes (1993, p. 130), diversos estudos sincrônicos já demonstram que o emprego de *nós* e *a gente* apresentam uma diferenciação no emprego dessas formas, em relação ao uso mais restrito ou mais genérico:

O falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (não-eu), ou a não pessoa: referente [+ perceptível] e [+determinado]. No momento em que o falante amplia a referência, e indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente*.

Adiante, à página 174, a autora, após observar a distribuição de ocorrências da forma *a gente*, em dados do NURC, das décadas de 70 e de 90, conclui que:

aparentemente, configura-se de forma acelerada, nesse fim do século pelo menos no PB, em emprego funcional específico para as formas *nós* e *a gente*, como ocorre nos processos de gramaticalização. A forma conservadora mantendo seu uso em contexto de referência específica, enquanto a forma inovadora se vai tornando cada vez mais genérica, impessoal e difusa.

Feitas essas colocações, entendemos que a variável **nível de referencialidade** (sendo a última selecionada pelo programa de regras variáveis, como favorecedora ao uso da forma analítica) veio confirmar as nossas hipóteses e as conclusões dos pesquisadores que se detiveram em dados da variedade urbana do PB, acerca do caráter genérico da forma *a gente*⁵¹.

⁵¹ Frisamos que, nesta dissertação, a forma *da gente* é entendida como *a gente* gramaticalizada na função sintática de adjunto adnominal – *da gente* – (caso genitivo).

Lopes (1998, p.11), ainda, discorre sobre esse grau de determinação no uso das formas *nós* e *a gente*, apresentando o seguinte gráfico, em que vemos um maior uso da forma *a gente* em contextos mais indeterminado e mais genérico:

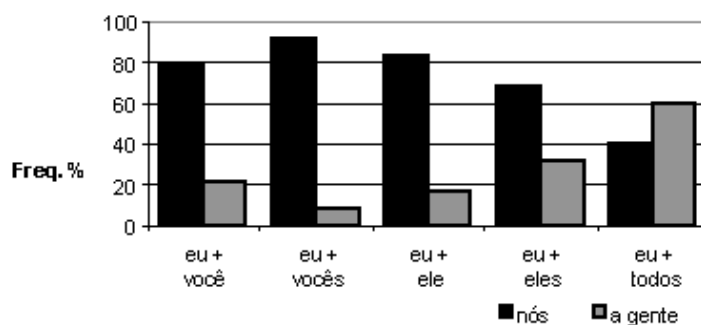


Gráfico 1 - Graus de amplitude do "EU"

Assim, os nossos resultados relativos ao uso da forma *da gente* no dialeto afro-brasileiro confirmam a afirmação de Lopes de que a forma nominal *a gente* ainda guarda o traço de indeterminação, por isso, essa forma analítica indicativa da posse é mais utilizada nos contextos [-determinado] e [+genérico], conforme ilustra a tabela seguinte:

TABELA 5.18 – Influência da variável *nível de referencialidade* no uso da variante *da gente* na expressão de posse referente ao “eu-ampliado” (Nível de significância: .033)

Fatores	nº de ocor./ Total	Freqüência	P. R
+ determinado	31/61	51%	.30
- determinado	14/28	50%	.60
+ genérico	12/16	75%	.92
TOTAL	57/105	54%	.59

Terminada a explanação acerca das variáveis selecionadas pelo programa de regras variáveis como importantes à sistematização da variação *nosso (a) (s)/ da gente*, concluímos

que, na gramática do português afro-brasileiro, a forma *da gente* está bem presente, sendo seu uso motivado por fatores lingüísticos e extralingüísticos, ao contrário do que apontam os estudos realizados com dados da norma urbana do PB. Desse modo, podemos afirmar que se confirma a relevância do contato entre línguas na formação do português do Brasil.

CONCLUSÃO

Com a pesquisa que realizamos sobre a expressão de posse, em comunidades de fala do português rural afro-brasileiro, cremos que reunimos elementos que nos permitem chegar a importantes conclusões sobre o sistema de posse e sobre a realidade lingüística brasileira.

Quanto ao sistema de posse, embora por limitação de dados, não tenhamos empreendido uma análise variacionista relativa a todas as pessoas do discurso, vimos que, no que se refere à primeira pessoa do plural, isto é, à posse referente ao “eu-ampliado”, há divergências entre os resultados que obtivemos e os resultados sustentados por outros autores que tomaram como *corpus* dados relativos a variedades urbanas do português do Brasil. Certamente, a principal dessas divergências está na existência da variante *de nós*, não documentada nas variedades cultas, semicultas e populares do PB. Outra diferença encontrada foi a presença de uma variação bem estruturada entre as formas *da gente* e a forma canônica *nosso* e flexões.

Frente a esse quadro de variação – *nosso (a) (s)*, *da gente* e *de nós* –, postulamos que a forma analítica *de nós* relaciona-se com o passado sociolingüístico das comunidades rurais afro-brasileiras, marcado pelo contato entre línguas e pelo processo de transmissão lingüística irregular do português. Esse entendimento foi orientado pelos estudos acerca das situações de contato lingüístico, notadamente pelos princípios da Crioulística, em que se assume, por exemplo, que línguas que passaram pelo contato entre línguas, durante o seu processo de formação, apresentam variação ou perda de marcas morfológicas devido a um enfraquecimento da morfologia flexional.

Presumimos que, na história sociolingüística das comunidades rurais afro-brasileiras, no que tange ao sistema de posse, houve uma fase de perda de marcas de caso dos pronomes possessivos com usos como *de eu*, *de tu*, *de ele*, *de nós*, *de você*, sendo que

encontramos com um valor significativo apenas a forma *de nós*, o que nos levou a interpretá-la como um vestígio da história dessas comunidades.

Essa interpretação da forma *de nós* como crioulizante ficou visível quando analisamos os resultados fornecidos pelas variáveis explanatórias sócio-culturais correlacionando-as à organização sócio-histórica das comunidades rurais afro-brasileiras. Vimos, por exemplo, que essa forma analítica foi empregada por informantes idosos, do sexo feminino, que não se ausentaram da comunidade por um período considerável e que não eram alfabetizados; fatores esses que, conforme salientamos ao longo desta dissertação, inibem a aquisição de estruturas mais próximas das variantes urbanas do PB.

Quanto à variação entre as formas *nosso (a) (s)* e *da gente*, constatamos que, ao contrário do que afirmam os autores que analisaram dados relativos às variedades urbanas do PB, há, nas comunidades rurais afro-brasileiras, uma forte variação entre as mesmas. Procuramos, então, traçar um percurso das formas de expressão de posse referente ao “eu-ampliado”, e, mediante os resultados a que chegamos, concluímos que houve, inicialmente, o uso da forma *de nós* para posteriormente haver a implementação das formas *da gente* e *nosso (a) (s)*. O resultados fornecidos pelo controle da variável faixa etária nos levam a fazer tal predição, pois vimos que os informantes da faixa III são os que mais usam formas analíticas iniciadas pela preposição *de*, ao passo que os da faixa II usam mais a forma sintética pronominal *nosso (a) (s)*.

Desse modo, considerando que os informantes da faixa II são os mais afetados pelo processo de urbanização impulsionado no Brasil, a partir das décadas de sessenta do século passado, concluímos que no vernáculo das línguas que passaram pela mescla lingüística, em seu processo de formação, a posse é expressa preferencialmente pelo recurso às formas analíticas. Daí termos detectado, por meio do programa de regras variáveis do VARBRUL,

que são os informantes mais idosos que apresentam maior probabilidade de usarem a forma *da gente*, probabilidade maior, inclusive, da encontrada entre os informantes as jovens, que mais utilizam a forma analítica *a gente* na função de sujeito.

Assim, entendemos que, na expressão de posse referente ao “eu-ampliado”, houve no português rural afro-brasileiro, dois processos de mudança, um de implementação da forma *da gente* e outro da forma *nosso (a) (s)*, seguindo o esquema evolutivo: *de nós* > *de gente*^{*52} > *da gente* > *nosso* > *da gente*. No que diz respeito à alternância das formas *da gente/ nosso (a) (s)*, presente no estágio atual da língua, vimos que a mesma é regulada por fatores lingüísticos e extralingüísticos, sendo a comunidade o fator que se mostrou mais significativo para o uso da forma analítica. As comunidades mais próximas de grandes centros urbanos foram as que demonstraram maior probabilidade de ocorrência da forma *da gente*, bem como o fator estada fora da comunidade. Tais fatos comprovam a hipótese de que tanto a forma *da gente* quanto a forma *nosso* e flexões são inovadoras no dialeto afro-brasileiro, adquiridas pelo contato com comunidades urbanas.

Nesse sentido, defendemos que a forma *da gente* foi implementada com maior vitalidade nas comunidades rurais afro-brasileiras, mais do que nas comunidades urbanas, devido à existência anterior da forma *de nós*, o que deve ter favorecido uma maior assimilação de *a gente* na função de adjunto; o contrário do que se deu nas variedades urbanas, em que as funções de sujeito e de argumentos são os contextos mais favoráveis.

Vimos, também, que o paralelismo formal (no nível causal) é um contexto que afeta bastante o uso das variantes, de modo que quando o falante utiliza a forma *a gente* para a referência pessoal, há um favorecimento ao uso de *da gente* na referência possessiva, do mesmo modo que o uso de *nós* favorece o uso de *nosso* e flexões; comprovando, assim, a estreita relação entre os pronomes sujeito e os adjetivos, o que faz que haja um retorno à

⁵² Forma hipotética.

forma *da gente* entre os informantes mais jovens (criando o efeito de paralelismo formal), superando a predominância da forma *nosso (a) (s)* entre os informantes da faixa II.

Outras variáveis que se mostraram reveladoras ao entendimento da variação das formas *nosso (a) (s)* e *da gente* foram as variáveis tipo de posse e referencialidade, as quais comprovaram, respectivamente, que, no vernáculo da comunidade, mantém-se preferencialmente o recurso às formas analíticas e que a forma *da gente* ainda guarda traço de indeterminação e de generalização associada à forma *a gente*.

Nesse sentido, diante do comportamento da forma *a gente*, no português afro-brasileiro, implementando-se mais fortemente nas funções de argumentos e de adjuntos, ao contrário do que se dá nas variedades urbanas do PB – em que a penetração de *a gente* se dá preferencialmente na função de sujeito –, ratificamos a visão defendida por Lucchesi (1994, 2000, 2001, 2002, 20004) acerca do português do Brasil como uma língua bipolarizada, com tendências distintas de usos – existindo um pólo que abriga as normas cultas e outro que abriga as populares.

A polarização exposta acima levou-nos, por sua vez, a ponderarmos a formação sócio-histórica da realidade lingüística brasileira, entendendo que a formação das variedades populares se deu marcada por uma forte influência do contato entre línguas, principalmente, pela aquisição de um modelo imperfeito da língua portuguesa.

Foi traçado o percurso da expressão de posse referente ao “eu-ampliado” nas comunidades que mais guardam marcas do intenso contato entre línguas ocorrido nos quatro primeiros séculos do Brasil. Resta, portanto, verificar como está estruturada essa variação em outras variedades populares do PB, a exemplo das comunidades rurais não marcadas etnicamente, para que se possa averiguar com maior acuidade a heterogeneidade do português

brasileiro; pontuando, assim, com maior precisão, quais foram as principais conseqüências do contato entre línguas na formação da realidade brasileira atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia (2001). Sociolinguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à lingüística**, vol. 1. Domínios e Fronteiras. São Paulo: Cortez Editora.

ALMADA, Maria Dulce de Oliveira (1961). **Cabo Verde**: contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1985). **Gramática metódica da língua portuguesa**. 33ª ed. São Paulo: Editora Saraiva.

AMARAL, Amadeu (1920). **O dialeto caipira**. São Paulo: Casa Editora do livro.

ANDRADE, Patrícia Ribeiro de (2003). **Um fragmento da constituição sócio-história do Português do Brasil**: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro. Salvador, UFBA/ PPGLL. Dissertação de mestrado.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias (2000). Possessivos de terceira pessoa em textos escritos. In: **Anais da XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos – GELNE**. Salvador-Ba, Brasil, 2000. (Publicação em CD).

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias (2004). A expressão de posse referente à primeira pessoa do discurso no dialeto afro-brasileiro de Helvécia-Ba. In: **Anais da XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos - GELNE**. João Pessoa-PB, Brasil, 2004 (publicação em CD).

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias (2004a). A variação entre formas sintéticas e analíticas na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural no dialeto afro-brasileiro de Helvécia. In: **Revista Hyperion**, nº 7, Salvador-Ba. Disponível em < <http://www.hyperion.ufba.br/> >. Acesso em 03/03/05.

ARENDS, Jacques; MUYSKEN, Pieter; NORVAL, Smith (1995). **Pidgins and creoles: an introduction**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

BAGNO, Marcos (2001). **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola.

BAKER, Philip (1982). On the origins of the first Mauritians and of the creole languages of their descendants. In: BAKER, Philip; CORNE, Chris. **Isle de France Creole**. Ann Arbor: Karoma.

BAXTER, Alan (s/d) **A reestruturação do português numa situação de contato africana**. mimeo.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1993). Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro, **Papiá**, 2: 59-71.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos lingüísticos e literários**, 19: 65-84, Salvador, UFBA/ PPGLL.

- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; GUIMARÃES, Marx (1997). Gender agreement as a decelerating feature of the afro-brazilian rural dialect of Helvécia, **Journal of pidgin and creole language**, 12 (1): 1-57.
- BECHARA, Evanildo. (1967). **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Ed. Nacional.
- BENVENISTE, ÉMILE (1976). Saussure após meio século. In: **Problemas de lingüística geral**; tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Néri. São Paulo: Ed. Nacional.
- BERNSTEIN, B. (1975). **Langage et classes sociales**. Paris: Éd. de Minuit.
- BICKERTON, Derek (1981) **Roots of language**. Ann arbor: Karoma.
- BICKERTON, Derek (1984). Language bioprogram hypothesis. **Behavioural and Brain Sciences**, 7: 173-203.
- BOAS, F. (1911). **Introduction to the handbook of American Indian languages**.
- BRAGA, Maria Luíza (1986). Construções de tópico de discurso. In: NARO, Anthony Julius et alii. **Relatório final de pesquisa: Projeto Subsídios Sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 3v. p. 393-453. mimeo.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (1997). Aspectos sociolingüísticos de um dialeto rural. In: HORA, Dermeval da (org.) **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, p. 61-69.
- BRIGHT, William (1974). As dimensões da Sociolingüística. Tradução de Elizabeth Neffa Araújo. In: FONSECA, Maria Stella V.; Neves Moema F. (org.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, p. 41-47.
- BRIGHT, William. (org.) (1966). **Sociolinguistics. Proceedings of the UCLA sociolinguistics conference**. La Haye, Paris, Mouton.
- BURGOS, Luiz Eduardo Simões de (2003). **Estratégia de uso das relativas em uma comunidade de fala afro-brasileira**. Salvador, UFBA/ PPGLL. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa.
- CALLOU, Dinah (1996). Caminhos e perspectivas da Dialectologia e da Sociolingüística no Brasil: variação e ensino. In: CARDOSO, Suzana (org.) **Diversidade lingüística e ensino**. Anais do Seminário Nacional sobre a diversidade lingüística e o ensino da língua materna. Salvador. UFBA/ PPGLL, p. 99-104.
- CALVET, Louis-Jean (2002). **Sociolingüística: uma introdução crítica**; tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1968). **Dicionário de filologia e gramática**. 3ªed. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1970/2002). **Estrutura da língua portuguesa**. 35ªed. Petrópolis: Vozes.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1972). Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1972). **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 71-87.

CASTILHO, Ataliba de (1992). O Português do Brasil. In: Ilari, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3ª ed. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos), p. 237-269.

CASTRO, Yeda pessoa de (2002). **A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

CEDERGREN, H; SANKOFF, D. (1974). Variable rules: performance as a statistical reflection of competence. **Language**.50, p. 333-355.

CELANI, M. ; Antonieta A. (org.) (1997). **Ensino de segunda língua: redescobrimo as origens**. São Paulo: EDUC.

CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva *dele* e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp: 129-160.

CERQUEIRA, Vicente C. (1996). **A sintaxe do possessivo no português brasileiro**. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Tese de doutorado.

CERQUEIRA, Vicente C. (1999).Aquisição de possessivos. In: **Cadernos de estudos lingüísticos** (36): 1-209, Jan./Jun, p. 47-69.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter (1994). **La dialectologia**. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros.

CHAVES DE MELO, Gladstone (1946/ 1972). **A língua do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.

COHEN, M. (1956). **Matériaux pour une sociologie du langage**. Paris, Maspero, v. 2.

COUTO, Hildo Honório do (1996). **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora da UNB.

CUNHA, Celso. (1970). **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CUNHA, Celso (1976). **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.

CUNHA, Celso (1985). **A questão da norma culta no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley (1985). **Nova Gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, Cláudia (1993). **Indeterminação pronominal do sujeito**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2003). O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: C. RONCARATI e J. ABRAÇADO (org.) **Português brasileiro, contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras. p. 123-131.

ELIA, Sílvio (1961). **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, Ministério da Educação e Cultura.

ELIA, Sílvio (1979). **A unidade lingüística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão.

ELIA, Sílvio (2003). Introdução geral. In: ELIA, Sílvio. **Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, p. 13-20.

FARACO, Carlos Alberto (1991). **Lingüística histórica** - uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos).

FERGUSON, C. A. (1959). **Directions in Linguistics**: report on a interdisciplinary seminar. S. S. R. C. ITEMS. 19, n.1, pp. 1-14.

FERREIRA, Carlota (1984) Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (helvécia – Bahia). In: FERREIRA, Carlota et alii. (org.). **Diversidade do português do Brasil. Estudos de dialectologia rural e outros**. 2ªed. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, p. 21-32.

FISCHER, J. L. (1958). Social influences on the choice of a linguistic variant. **Word**. 14: 47-56.

FREITAS, Judith; ALBÁN, M. Del Rosário (1986). NÓS ou A GENTE? **Estudos lingüísticos e literários v.5**. Salvador. Universidade Federal da Bahia, p.179-194.

GALVES, Charlotte (1987). A sintaxe do português brasileiro. In: **Ensaio de Lingüística**, 13, p.31-50.

GALVES, Charlotte (1998). A gramática do português brasileiro. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, 7:.. Campinas: Pontes, p.79-96.

GALVES, Charlotte (1998a). Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. In: LUZ, Geraldo et alii. **Cadernos de estudos lingüísticos**, 34:18-31, Jan/ Jun. UNICAMP.

GAUCHAT, L. (1905). L.' unité politique dans le patois d'une commune. In: **Festabe für H. Morf**. Halle: (p.165-232).

GRYNER, Helena; OMENA, Nelize Pires de (2003). A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, p. 89-100.

GUY, Gregory (1989): On the nature and origins of Popular Brasilan Portuguese. In: **Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afro americana**, Bogotá: Instituto Caro y Cuervom: p. 227-245.

HOUAISS, Antônio (1985).**O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura.

Hymes, D. (1972). Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J. ; HYMES, D. (orgs.). **Directions in sociolinguistics**.The ethnography of communication. New York, Holt, Rinehart and Winston.

KATO, Mary A. (1985). A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: Réplica a Perini. **D.E.L.T.A.**, v. 1 e , p.107-120.

KATO, Mary A. (1993). Apresentação: como e por que por que escavar? In: KATO, Mary A. e ROBERTS, Ian (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp: p.13-30.

KATO, Mary A. (1993a). Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica In: KATO, Mary A. e ROBERTS, Ian (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp: p. 223-261.

KATO, Mary (1999). Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico. In: **Investigações à linguagem: ensaios em homenagem a Leonor Scliar-Cabral**. Florianópolis: Editora Mulher.

LABOV, William (1963). The social motivation of a sound change. **Word** 19: 273-309.

LABOV, William (1966). **The social stratification of english in New York City**. Washington, D.: Center for Applied Linguistics.

LABOV, William (1972). **Sociolinguistics patterns**. 3ª edição. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

LABOV, William (1974). Stages in the acquisition of standard English. In: SHUY, R. (ed.). **Social dialects and language learning: proceedings of the Bloomington**: Indiana.

LABOV, William (1982). Building on empirical foundations. In: LEHMAN, W; MALKIEL, Y. (eds.). **Perspectives on historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins: 17-92.

LABOV, William (1983). **Modelos sociolingüísticos**. Madri: Ediciones Cátedra.

LABOV, William (1987).The overstimulation of functionalism. In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (eds). **Functionalism in linguistic**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company,p. 311-332.

LABOV, William (1990). The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language variation and change: social factors**. Oxford: Blackwell Publishing.

LABOV, William (1994). **Principles of linguistic change**. Oxford/ Cambridge: Blackwell Publishers.

LAVANDERA B. (1984). **Variación y Significado**. Buenos Sires: Hachette.

LIGHTFOOT, David (1979). **Principles of Diachronic Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press.

LIGHTFOOT, David (1991). **How to set parameters: arguments from language change**. Cambridge, Mass.: MIT Press.

LIMA, Francisco Ferreira de (2000) . A Bahia de Gabriel Soares de Sousa. **Quinto império** 12: 49-64: Gabinete português de leitura - Bahia.

LOBO, Tânia (1994). Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa** 12: 9-16.

LOBO, Tânia; LUCCHESI, Dante (1988). Gramática e ideologia. In: **Sitientibus** - Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, vol. 5, nº 8, p. 73-81.

LOPES, Célia Regina dos Santos (1996). Nós por a gente: uma contribuição da pesquisa sociolingüística ao ensino. In: CARDOSO, Suzana (org.). **Diversidade lingüística e ensino**. Salvador: EDUFBA, p. 115-123.

LOPES, Célia Regina dos Santos (1998). *Nós e a gente* no português falado do Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol.14, nº2, p. 405-422.

LOPES, Célia Regina dos Santos (1999). **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**: percurso histórico. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. mimeo.

LOPES, Norma da Silva (2000). PEPP, O estudo da fala popular de Salvador. In: **Anais da XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos – GELNE**. Salvador-Ba, Brasil, 2000. (Publicação em CD).

LOPES, Norma da Silva (2001). **Concordância nominal, contexto e sociedade**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LUCCHESI, Dante (1993). Projeto vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas. **Guia para realização das entrevistas**. mimeo.

LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, 12:17-28.

LUCCHESI, Dante (1998). **Sistema, mudança e linguagem**. Lisboa: Colibri.

LUCCHESI, Dante (1999). A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. Feira de Santana. **A cor das letras**, 3, p. 73-100.

LUCCHESI, Dante (2000). **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Rio de Janeiro. UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Lingüística.

LUCCHESI, Dante (2001). As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). In: **D.E.L.T.A.**, São Paulo, 17:1, p. 97-130.

LUCCHESI, Dante (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola.

LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.) **Português brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras.

LUCCHESI, Dante (2004). Acervo/ Comunidades/ Quadro das amostras de fala do português afro-brasileiro do Estado da Bahia. Disponível em: < [http:// www. vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br) >.

LUCCHESI, Dante (2004a). A participação do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil: novas evidências empíricas. In: FERNANDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VEIGA, Nancy Vasquez. **Los criollos de base ibérica**. Madrid. Lingüística Iberoamericana ACBLPE 2003.

LUCCHESI, Dante; LOBO, Tânia (1996). Aspectos da sintaxe do português brasileiro. In: FARIA, Isabel Hub et alii (orgs.). **Introdução à lingüística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, p. 303-311.

LUCENA, Rubens Marques (2004). Comportamento sociolingüístico da preposição *para* na Paraíba. In: HORA, Dermeval da (org.). **Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa.

MACHADO, Márcia do Santos (1995). Sujeitos pronominais *nós* e a *gente* em dialetos populares. In: **Graphos: revista da Pós-graduação em Letras**. UFPB v. 2, p. 05-23.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989). **Estruturas trecentistas** – Elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1993). Português brasileiro: raízes e trajetórias. **Discursos**, 3: 75-92.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1995). A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. **Boletim da Abralin**, 17, p. 73-85.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Idéias para história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba de (org.). **Para a história do português brasileiro: primeiras idéias**. São Paulo: Humanitas, p. 21-52.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2000). Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro, **Gragoatá**, n° 9.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001). Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil. **Conferência no XIII Congresso da ALFAL**. Costa Rica.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola.

MEILLET, A. (1926). **Linguistique historique et linguistique générale**. [1906-1920]. Reed. Paris, Kincksieck. v. 1.

MENDONÇA, Renato (1933) **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer.

MENON, Odete Pereira da Silva (2000). Pronome de segunda pessoa no Sul do Brasil: *tu/ você/ o senhor* em Vinhas da Ira. Porto Alegre, **Letras de Hoje** v. 35, n° 1, p. 121-163.

MENON, Odete Pereira da Silva (2000a). *Seu/ de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos*. In: HORA, Dermeval da (org.) **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, p. 79-92.

MENON, Odete Pereira da Silva; LOREGIAN-PENKAL, Loremi (2002). In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação no indivíduo e na comunidade: tu/ você no sul do Brasil*. **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: Educat, 69-188.

MOLLICA, Maria Cecília (1977). **Estudo da cópia nas construções relativas em português**. Rio de Janeiro. PUC, Departamento de Letras. Dissertação de mestrado em Lingüística.

MONTEIRO, José Lemos (1994). **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC.

MONTEIRO, José Lemos (2000). **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes.

MÜLLER, Ana Lúcia de Paula (1997). **A gramática das formas possessivas no português do Brasil**. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Tese de doutorado.

MUSSA, A. (1991). **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa.

NARO, Anthony J. (1981). Morphological constraints on subject deletion. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (orgs.). **Variable Omnibus**. Canadá, Linguistic Research Inc. 351-8.

NARO, Anthony (2003) Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, p. 15-25.

NARO, Anthony (2003a). O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, p. 43-50.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (1991). Um caso de definitude. **Organon** 18. A variação no português do Brasil. Instituto de Letras da UFRGS, p. 90-108.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (1993). *Sobre as origens do português popular do Brasil*. **D.E.L.T.A.**, vol. 9, nº Especial: 437-454.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia (1996). As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? In: **D.E.L.T.A.**, vol.12, nº 1, p. 125-152.

NEVES, Maria Helena de Moura (1993). Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **Gramática do português falado. Volume III: As abordagens**. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, p. 149-213.

NEVES, Maria Helena de Moura (2000). **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP.

OMENA, Nelize Pires de (1978). **O pronome pessoal de 3ª pessoa**: suas formas variantes em funções acusativa. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras. Dissertação de mestrado. mimeo.

OMENA, Nelize Pires de (1996). A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.183-215.

OMENA, Nelize Pires de (1996a). As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.309-324.

PAGOTTO, Emílio (1998). Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, 2, p.49-68.

PAIVA, Maria da Conceição de (2003). A variável gênero/ sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, p. 33-42.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia (1998).Variação e funcionalidade no uso de pronomes de 2ª pessoa do singular no português carioca. **Estudos da linguagem v.7, nº 2**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Jul./ Dez., p. 121-138.

PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro (2004). A ordem sujeito verbo/ verbo sujeito na fala pessoense. In: HORA, Dermeval da (org.). **Estudos sociolingüísticos**: perfil de uma comunidade. João Pessoa.

PERINI, Mário.(1985). O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma abordagem funcional. **D.E.L.T.A.**, 1, 1 e 2, p 1-16.

PINTZUK, Susan (1988). **VARBRUL programs**. University of Minchigan.

POPLACK, Shana (1980). The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, William (org.) **Locationg language in time and space**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. P. 55-67.

RAMOS, Conceição de Jesus; SILVA, Terezinha de Jesus B.; ROCHA, Maria de Fátima Sopas (2004). *Nós, nos, conosco, nosso* ou *a gente, com a gente, da gente*: o que faz parte de *nosso* cotidiano/ cotidiano *da gente*? **Anais da XX Jornada de Estudos Lingüísticos do - GELNE**. João Pessoa-PB, Brasil, 2004 (publicação em CD).

RIBEIRO, Ilza (2002).Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIN, Tânia (org.) **Para a história do português brasileiro. v. III**. São Paulo: Humanitas/ FLP/USP, p. 358-381.

RIBEIRO, João (1933). **A língua nacional**. Notas aproveitáveis, 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RODRIGUES, Ada Natal (1974). **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática.

RODRIGUES, Aryon D. (1986). **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola.

ROLLEMBERG, Vera et alii (1991). A pessoa e a não-pessoa em discursos de informantes do Projeto NURC/ Salvador. In: **Estudos lingüísticos e literários**, 11: 39-51, Salvador, UFBA/ PPGLL.

ROLLEMBERG, Vera et alii (1991a). Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. In: **Estudos lingüísticos e literários**, 11: 53-74, Salvador, UFBA/ PPGLL.

ROUSSEAU, P. e SANKOFF, D. (1978). Advances in variable rule methodology. In: ROUSSEAU, P. e SANKOFF, D. (orgs.) **Linguistics variation: models and methods**. New York: Academic Press, p. 57-69.

SAID ALI, M. (1971). **Gramática histórica da língua portuguesa**. 5ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

SANKOFF, D. (1988). Variable rules. In: AMMON, U. e DITTMAR, K. J. (eds.) **Sociolinguistics** – An international handbbook of the science of language and society. Berlin/ New York Walter de Gruyter, p. 984-998.

SAPIR, Edward (1921). **A linguagem:** introdução ao estudo da fala. Trad.: Câmara Jr., Joaquim Mattoso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SAUSSURE, Ferdinand (1916). **Curso de lingüística geral**. 5ª ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; Prefácio de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1973.

SCHERRE, Marta Maria Pereira; NARO, Anthony Julius (1993). Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 9 nº1, p. 1-14.

SCHERRE, Marta Maria Pereira (1996) Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: **sociolingüísticos:** análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, p. 37-50.

SCHERRE, Marta Maria Pereira (1996a) Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: Silva, Giselle Machline de Oliveira e; SHERRE, Maria Marta (orgs.). **Padrões sociolingüísticos:** análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, p. 87-117.

SCHERRE, Marta Maria Pereira; NARO, Anthony Julius (2003). Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolingüística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto.

SILVA NETO, Serafim da (1951/1963). **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: INL.

SILVA NETO, Serafim (1960). **A língua portuguesa no Brasil:** problemas. Ro de Janeiro: Livraria Acadêmica.

SILVA, Baltasar Lopes da (1984) **O dialeto crioulo de Cabo Verde**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. (1982). **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. UFRJ.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. (1984). Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. **Tempo Brasileiro**, 78/79, Rio de Janeiro, p.54-72.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e (1996). Estertores da forma seu na língua oral. In: Silva, Giselle Machline de Oliveira e; SHERRE, Maria Marta (orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, p. 171-182.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e (1996a). Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico In: Silva, Giselle Machline de Oliveira e; SHERRE, Maria Marta (orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, p. 120-145.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; PAIVA, Maria da Conceição (1996). Conclusão: visão de conjunto das variáveis sociais. In: Silva, Giselle Machline de Oliveira e; SHERRE, Maria Marta (orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, p. 335-378.

SILVA, Jorge Augusto Alves da (2003) **A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais da Bahia**. Salvador, UFBA/PPGLL. Dissertação de mestrado.

SILVA, Maria Cristina Vieira de F (2004). **Objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Salvador, UFBA/PPGLL. Dissertação de mestrado.

SILVA-CORVALÁN, C. (1989), **Sociolingüística: Teoria y análisis**. México: Alhambra.

SOARES DE SOUSA, Gabriel (1851/1987). **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, coleção brasileira, vol. 117.

STADEN, Hans (1974). **Dois viagens ao Brasil. São Paulo**. Trad. Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 17).

TARALLO, Fernando (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da Unicamp: 69-106.

TARALLO, Fernando (1993a). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatória. In: Roberts, Ian & Kato, Mary (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da Unicamp: p. 35-68.

TARALLO, Fernando (1983/2000). **A pesquisa sociolingüística**. 7ª ed. São Paulo: Ática.

TARALLO, Fernando (1989). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, Pontes/ UNICAMP.

TEYSSIER (1982). **História da língua portuguesa**. 6ª ed. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1994.

VEADO, Rosa Maria Assis (1982). **Comportamento lingüístico do dialeto rural**. Belo Horizonte: UFMG/ PROED.

VENÂNCIO, Renato (2001). Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.) **Para a história do português brasileiro**. V. II, t.II, p. 391-399.

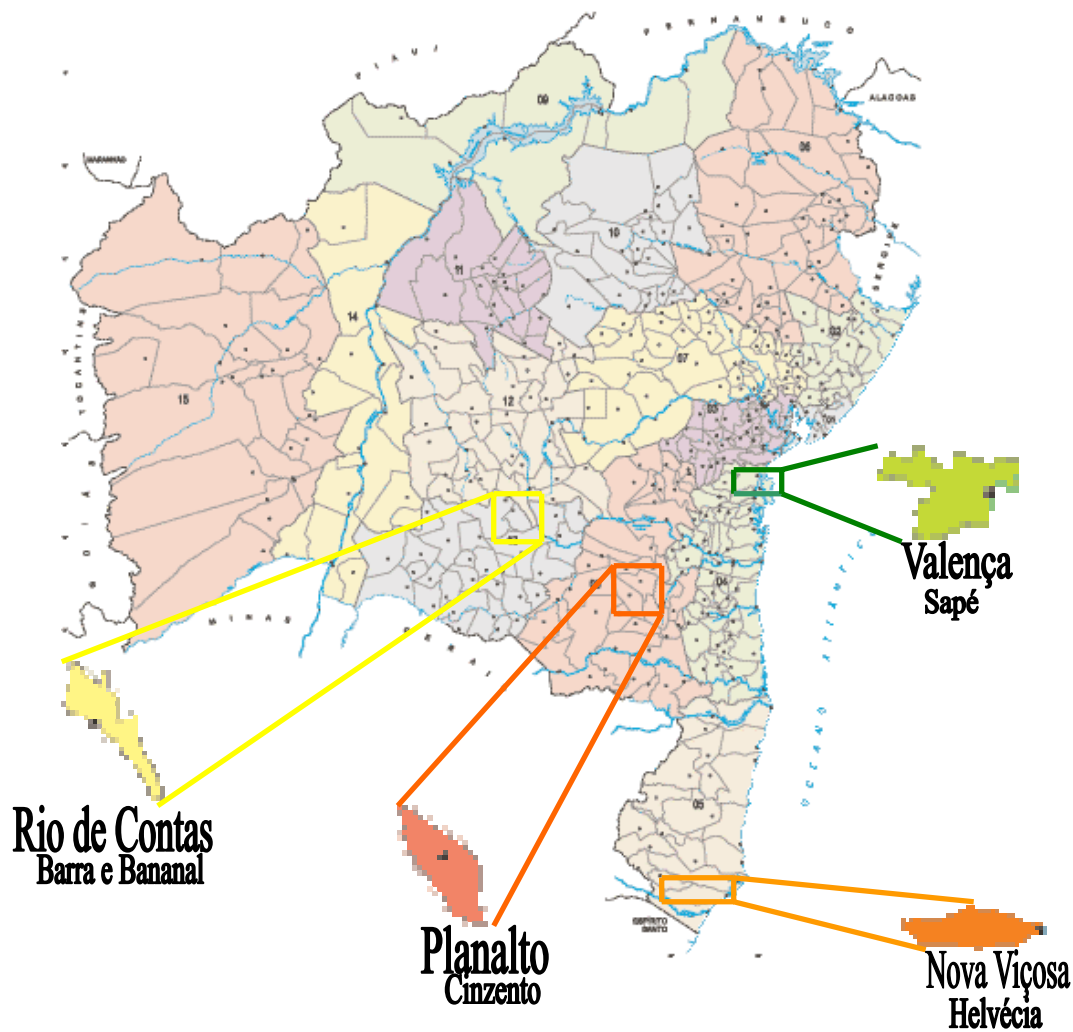
VIEIRA, Silvia Rodrigues (1997). A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. In: HORA, Dermeval da. Variação lingüística. **Graphos** – Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB, vol.2, nº1, João Pessoa.

VOTRE, Sebastião Josué (2003). Relevância da variável escolaridade. In: In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, p. 51-57.

WEINREICH, U. ; LABOV, W; HERZOG, M. (1968). Empirical foundations for theory of language change. In: LEHMANN, P. ; MALKIEL, Y. (eds.) **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press: 95-188.

ANEXOS

**ANEXO A – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS
COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS***



* Agradecemos a Maria Cristina Silva pelo fornecimento do referido mapa.

**ANEXO B – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS COMUNIDADES RURAIS
AFRO-BRASILEIRAS**

RIO DE CONTAS



SAPÉ



OBJETO REVELADOR DO PASSADO ESCAVOCRATA DA COMUNIDADE DE SAPÉ



CINZENTO

